

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO
ESCOLA DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

MICHELLE CAROLINA DE BRITTO

**“COM PODER E JURISDIÇÃO”
CONFLITOS JURISDICIONAIS NA CONSTRUÇÃO DA DIOCESE DE SÃO PAULO
(1682-1765)**

**GUARULHOS
2018**

MICHELLE CAROLINA DE BRITTO

**“COM PODER E JURISDIÇÃO”
CONFLITOS JURISDICIONAIS NA CONSTRUÇÃO DA DIOCESE DE SÃO PAULO
(1682-1765)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de São Paulo como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História.

Área de concentração: História e Historiografia

Linha de Pesquisa: Instituições, vida material e conflitos

Orientação: Prof. Dr. Bruno Feitler

**GUARULHOS
2018**

BRITTO, Michelle Carolina de.

“Com poder e jurisdição”: conflitos jurisdicionais na construção da diocese de São Paulo (1682-1765) /Michelle Carolina de Britto. – 2018.

1 f.

Dissertação de Mestrado em História – Universidade Federal de São Paulo, Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Guarulhos, 2018.

Orientação: Prof. Dr. Bruno Feitler

1. Diocese de São Paulo. 2. Tribunal episcopal. 3. Limites diocesanos. 4. Conflitos. 5. Regalismo pombalino I. Prof. Dr. Bruno Feitler.

II. “Com poder e jurisdição”: conflitos jurisdicionais na construção da diocese de São Paulo (1745-1765).

MICHELLE CAROLINA DE BRITTO

**“COM PODER E JURISDIÇÃO”
CONFLITOS JURISDICIONAIS NA CONSTRUÇÃO DA DIOCESE DE SÃO
PAULO (1682-1765)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de São Paulo como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História.
Área de concentração: História e Historiografia
Linha de Pesquisa: Instituições, vida material e conflitos

Orientação: Prof. Dr. Bruno Feitler

Aprovação: ____/____/____

Orientador: Prof. Dr. Bruno Feitler
Instituição: Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP)

Titular: Prof. Dr. Iris Kantor
Instituição: Universidade de São Paulo (USP)

Titular: Prof. Dr. Andrea Slemian
Instituição: Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP)

Suplente: Prof. Dr. Evergton Sales Souza
Instituição: Universidade Federal da Bahia (UFBA)

Para Bruno Feitler, pois sem o seu apoio, ensino, dedicação e confiança este trabalho não seria possível.

Para Claudio, Tania e Lethicia Britto por serem meu alicerce e suporte em todos os momentos da minha vida.

Para Carol (*in memoriam*) e Drica por serem as melhores amigas e estarem sempre ao meu lado.

AGRADECIMENTOS

“Aqueles que passam por nós, não vão sós, não nos deixam sós. Deixam um pouco de si, levam um pouco de nós”.

Antoine de Saint-Exupéry

Chegamos aos portões de Erebor após uma longa jornada nos meandros do passado e da historiografia. Uma jornada inesperada e caracterizada por altos, baixos e becos sem saída. Certamente a trajetória de um aluno de mestrado não é simples, muito pelo contrário, é complexa, instigante e provocativa. Muito parecida com as aventuras vividas pelos protagonistas das histórias de fantasia que costumo ler e que desbravam territórios desconhecidos, galáxias inexploradas e multiversos para encontrar a si mesmo em seus feitos. Obviamente, não sou uma exploradora de galáxias ou territórios sombrios da Terra Média, mas assim como os heróis da ficção pude contar com o auxílio de pessoas incríveis ao longo da elaboração deste trabalho.

Agradeço imensamente ao meu pai, Claudio, por sempre me ensinar a nunca desistir dos meus sonhos e não mudar para agradar ninguém. À minha mãe, Tania, por estar sempre ao meu lado e me incentivar a fazer História porque “sempre fui uma profissional das ciências humanas”. Obrigada por me apoiarem e acreditarem em minhas escolhas. Obrigada por ouvirem falar sobre os bispos e a justiça eclesiástica paulista 24 horas por dia nos últimos três anos e, principalmente, obrigada por serem meus pais. Agradeço à minha irmã, Lethicia (gnomo), por me tirar do sério e me lembrar que a vida é muito maior que meus arquivos do Word. Obrigada por me ouvir e me levantar nos momentos de fraqueza. Agradeço à Carol (*in memoriam*) e a Drica por estarem sempre ao meu lado dia e noite e por trazerem cor a minha vida diante dos problemas.

Agradeço ao meu orientador (a quem ousou chamar de amigo), o Prof. Dr. Bruno Feitler pela paciência, compreensão, confiança, ensinamentos, conselhos, indicações bibliográficas (literárias e historiográficas) e, principalmente, por ser um excepcional historiador. Obrigada por me apresentar à História Moderna no começo da minha graduação e aos tribunais da igreja em meados dela. Obrigada também por compartilhar comigo um pouquinho de seu conhecimento e por me lembrar sempre de colocar os pés

no chão e não querer abraçar a diocese de São Paulo e suas comarcas eclesiásticas de uma vez, já que no âmbito do mestrado seria impossível dar conta de tudo. E, por fim, obrigada por sempre me incentivar a ser cada dia uma historiadora melhor e dedicada.

Agradeço à FAPESP (Fundação de Amparo à pesquisa do Estado de São Paulo) pela bolsa concedida em nível de mestrado (processo nº 2015/03527-5) que possibilitou o desenvolvimento dessa pesquisa e sua divulgação por meio da participação em eventos acadêmicos nacionais e internacionais. Gostaria de agradecer ao Jair Mongelli Jr, arquivista do Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo, pela ajuda atenciosa e paciência em meio a minha curiosidade excessiva quanto a documentação presente no acervo da instituição. Ainda no âmbito arquivístico e institucional, deixo meus sinceros agradecimentos à equipe do acervo bibliográfico do Arquivo Histórico de São Paulo que me acolheu e auxiliou com os registros e atas da Câmara de São Paulo.

Agradeço às Professoras Doutoras Iris Kantor e Andrea Slemian por acompanharem o desenvolvimento da minha pesquisa de mestrado e pelas colocações e sugestões realizadas no exame de qualificação. Agradeço ao Professor Doutor José Pedro Paiva pelas sugestões e questionamentos realizados dentro das atividades do *Seminário Historia de las Inquisiciones*. Aos Professores Doutores Yllan de Mattos e Ângelo Assis por aceitarem minhas comunicações em todos os simpósios temáticos que coordenaram, assim como pelas colocações e indicações bibliográficas. À Professora Doutora Dalila Zanon pelas discussões sobre o D. Bernardo Rodrigues Nogueira e as cartas pastorais integrantes ao acervo do Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo. Um agradecimento especial ao Professor Doutor Tiago Gil e a equipe do laboratório cartográfico de História Social da Universidade de Brasília (UNB), principalmente o aluno Manoel Rendeiro, que me auxiliaram no geoprocessamento das informações paroquiais e na elaboração dos mapas presentes em nosso trabalho. A todos vocês, meus sinceros agradecimentos!

Agradeço aos meus amigos da pós-graduação e aos professores da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP) que me acompanharam desde os meus primeiros passos como historiadora. Tenho certeza que minha formação não seria a mesma sem o ambiente universitário que construímos e as longas discussões historiográficas com meus colegas durante nosso percurso ao campus. Gostaria de exprimir minha gratidão à Tuanny Folieni Antunes Lanzellotti por ser minha amiga, pelas longas conversas sobre

justiça eclesiástica e loucura, risadas e apoio. À Patrícia Moreira Nogueira pela amizade, pelas discussões sobre o ensino de História Moderna, assuntos aleatórios, Harry Potter e por não me cobrar a devolução do livro do Paiva nos últimos dois anos. Ganhamos nossas meias! Obrigada meninas.

À Sheila Mendes Santos pela amizade, irmandade, risadas, confusões, aventuras, discussões sobre os inquisidores, os bispos, a justiça, as rendas, as novelas, as séries e a Netflix. Obrigada pelos conselhos, apoio, ajuda acadêmica e, principalmente, por ser uma amiga incrível. Creio que nossa amizade foi um presente e espero que dure por mais uns séculos porque tenho certeza que não esgotei minha cota de perturbação e ainda temos muito o que compartilhar. Agradeço à Aline Vitor Ribeiro pela amizade, irmandade, conselhos, broncas, risadas, sustos e, sobretudo, por ser uma amiga incrível. Tenho certeza que nossa amizade foi abençoada pelo Mjolnir e os deuses nórdicos. Obrigada por me acompanhar nas nerdices e chorar em Star Wars. Lembre-se: os capas vermelhas estão chegando!

Agradeço ao Samuel Rocha pela amizade, conselhos, indicações bibliográficas e o apoio. Obrigada por tudo e pelas longas conversas sobre literatura e cinema. Agradeço ao Vitor Pafille pelas risadas, aconselhamentos, palavras de conforto e preocupação com meu bem estar. Saiba que a preocupação é mutua e obrigada por sempre estar ao meu lado, mesmo nos momentos de maior turbulência em sua vida. Agradeço à Aline Cerqueira pela amizade inesperada e maluca que construímos nos últimos dois anos. Obrigada pelas mensagens de sabedoria e risadas! Agradeço também à Marina Passos Tufolo pelas discussões sobre justiça na Colônia, companhia em congressos, risadas, músicas, momentos Master Chef e historiografia. Obrigada pela amizade baseada no direito comum. Gostaria de agradecer à Rita Cavalcante pela paciência e realização dos serviços burocráticos, além de aguentar minha paranoia quanto aos procedimentos da secretaria de pós. Obrigada por tudo e pelas conversas sobre análise do discurso, mercado de trabalho e por aí vai.

Neste momento importante, gostaria de agradecer também aos meus colegas do curso de francês pelas gargalhadas e peças teatrais que desafiaram a minha timidez e introspecção. À Mayara Linhares de Sousa por me ensinar muito mais que a língua francesa e por ser minha amiga. Obrigada pelas conversas sobre Game of Thrones e spoilers trocados. À Beatriz Garcia por ser uma amiga incrível, paciente, dedicada e

esforçada. Obrigada pelo apoio e conselhos em francês e por sempre me lembrar que a alegria está nas pequenas coisas. À Luana Angelin pelos ensinamentos de AutoCad, cartografia e espacialidade. Obrigada pelas risadas e pela companhia aos sábados de manhã com o *passé composé*.

À Gelson Iezzi, Lucy Moraes e Lourdes Carvalho por serem membros da família que escolhi, por me apoiarem, auxiliarem, respeitarem e me aceitarem como sou. Obrigada por nunca me pedirem para mudar e por mostrarem que a vida vai além dos muros da escola. Simplesmente, obrigada por estarem na minha vida e serem minhas mães e pai de coração.

Agradeço também as garotas do The nerds single ladies, Flávia Gregghi e Adriana Ribeiro, por entrarem na minha vida misteriosamente e se tornarem amigas sensacionais. Obrigada por aceitarem minhas habilidades de compreender wookie, droide e élfico e sempre me lembrarem que a diferença nos torna únicos e especiais.

Que a Força esteja sempre com vocês!

“O poder episcopal era de uma tríplice natureza: ordem, jurisdição e magistério. O poder de *ministerium*, ou ordem, corresponde às faculdades sacramentais e penitenciais que detinha; o poder de *imperium* significa a possibilidade de legislar, julgar e condenar nos seus territórios, competência que exercia quer sobre o clero, quer sobre os fiéis; o poder de *magisterium* implicava responsabilidades no ensino e catequização dos fiéis e ainda na erradicação dos erros de doutrina”.

José Pedro Paiva
Os Bispos de Portugal e do Império
(1495-1777)

RESUMO

O objetivo deste trabalho é compreender o processo de construção da diocese de São Paulo, no período de 1682-1765, por meio das medidas empreendidas pelo prelado paulista para preservar e confirmar a jurisdição eclesiástica pela territorialidade diocesana. Enfatizando os usos do tribunal episcopal, atentaremos para a organização, expansão e consolidação da malha jurídico-administrativa paulista. Problematizaremos também os conflitos jurisdicionais em torno do estabelecimento dos limites eclesiásticos de São Paulo entre D. Bernardo Rodrigues Nogueira, bispo paulista, e D. Frei Antônio do Desterro, bispo fluminense. Para tal, analisamos os processos-crimes julgados pelo juízo eclesiástico paulista e as práticas jurídicas utilizadas pelo oficialato episcopal na preservação da jurisdição eclesiástica e construção das fronteiras diocesanas em meio ao crescente regalismo monárquico e a política episcopal do prelado fluminense. Além dos processos-crimes, privilegiamos em nossa análise as correspondências trocadas entre os bispos paulista e fluminense sobre a posse e jurisdição das freguesias localizadas na comarca eclesiástica do Rio das Mortes e nos confins meridionais da América portuguesa que nos permitiram compreender o complexo processo de criação das unidades eclesiásticas no Império ultramarino português.

Palavras-chaves: Diocese de São Paulo; tribunal episcopal; conflitos jurisdicionais; limites diocesanos; regalismo pombalino.

ABSTRACT

The purpose of this research is to understand the process of construction of the diocese of São Paulo, in the period 1682-1765, through the measures taken by the prelate of São Paulo to preserve and confirm ecclesiastical jurisdiction by the diocesan territoriality. Emphasizing the uses of the ecclesiastical court, we will consider the organization, expansion and consolidation of the São Paulo's ecclesiastical legal-administrative network. We will also reflect about the jurisdictional conflicts surrounding the establishment of the ecclesiastical limits of São Paulo between D. Bernardo Rodrigues Nogueira, bishop of São Paulo, and D. Frei Antônio do Desterro, bishop of Rio de Janeiro. Therefor , we will analyze the criminal processes judged by the São Paulo's ecclesiastical court and the legal practices used by the Episcopal official to preserve ecclesiastical jurisdiction and the construction of the diocesan borders in the midst of the increasing monarchical regalism and episcopal politics of the prelature of Rio de Janeiro. In addition to the criminal processes, we favored in our analysis the correspondences exchanged between the São Paulo and Rio de Janeiro's bishops about the possession and jurisdiction of the parishes located in the ecclesiastical district of the Rio das Mortes and in the southern confines of Portuguese America, which allowed us to understand the complex process of creation of the ecclesiastical units in the Portuguese overseas empire.

Keywords: Diocese of São Paulo; Ecclesiastical court; jurisdictional conflicts; ecclesiastical boundaries; regalism.

MAPAS

Mapa 1 – Freguesias criadas em São Paulo nos séculos XVI e XVII	p. 36
Mapa 2 – Freguesias criadas em São Paulo no século XVIII	p. 43
Mapa 3 – Infográfico sobre o desmembramento das freguesias paulistas	p. 81
Mapa 4 – Infográfico sobre o desmembramento das comarcas eclesiásticas	p. 85

QUADROS

Quadro 1 – Visitas pastorais realizadas na comarca eclesiástica de São Paulo	p. 52
Quadro 2 – Visitas pastorais realizadas na diocese de São Paulo (1745-1765)	p. 54
Quadro 3 – Processos-crimes julgados na vigararia da vara de São Paulo	p. 56
Quadro 4 – Processos-crimes julgados pelo tribunal episcopal por decênio	p. 87
Quadro 5 – Tipologia dos delitos julgados na vigararia da vara de Curitiba e vigararia geral-forense de Paranaguá (1747-1822)	p. 117

SIGLAS

ACMRJ – Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro

ACMSP – Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo

AHSP – Arquivo Histórico de São Paulo

AHU – Arquivo Histórico Ultramarino

ASV – Arquivo Secreto do Vaticano

RGCMSP – Registro Geral da Câmara Municipal de São Paulo

Sumário

Introdução	15
-------------------------	-----------

Capítulo I - A atuação dos bispos fluminenses na comarca eclesiástica de São Paulo

A) O bispado do Rio de Janeiro e a comarca eclesiástica de São Paulo.....	27
B) As visitas pastorais em São Paulo: cronologia	46
C) A vigararia da vara de São Paulo e autoridade jurisdicional fluminense	54

Capítulo II - A criação do bispado de São Paulo: justiça eclesiástica e o redimensionamento da jurisdição fluminense

A) Nova diocese, nova jurisdição eclesiástica: a bula <i>Candor Lucis Aeternae</i> e o bispado paulista.....	60
B) O tribunal episcopal do bispado de São Paulo.....	71
1) Regalismo pombalino e enquadramento normativo: um esboço	71
2) Organização e funcionamento.....	75
C) A ação dos bispos paulistas e a justiça eclesiástica nos setecentos	79
1) A malha da justiça eclesiástica paulista: capilaridade e enraizamento das estruturas do poder episcopal	79
2) Usos do tribunal episcopal: fazer justiça e construir o espaço diocesano.....	86

Capítulo III - Construindo a jurisdição eclesiástica paulista: conflitos jurisdicionais e as medidas do episcopado para organizar o novo bispado

A) A comarca eclesiástica do rio das Mortes e os clérigos em disputa pela área de atuação pastoral e jurídica.....	93
B) As comarcas eclesiásticas nos confins meridionais: cultura jurídica e fronteiras em litígio.	108
C) “Com poder e jurisdição”: as vigararias da vara de Curitiba e Paranaguá	116

Considerações Finais	122
-----------------------------------	------------

Bibliografia

Fontes Manuscritas	128
Fontes Impressas	138
Bibliografia	138

Anexos.....	149
--------------------	------------

Introdução

Rio de Janeiro, outubro de 1747

D. Frei Antônio do Desterro, bispo fluminense, escreveu no palácio episcopal com vista para a baía de Guanabara sua *Satisfação apologética em defesa da jurisdição eclesiástica (...) e contra a injusta pertença do Exmo. Rmo. Sr. D. Bernardo Rodrigues Nogueira, bispo de São Paulo*¹. O documento episcopal representava o ápice de uma longa discussão sobre as fronteiras eclesiásticas entre os prelados paulista e fluminense. O objetivo da *Satisfação apologética* era esclarecer os limites diocesanos entre São Paulo, Mariana e Rio de Janeiro, assim como legitimar as medidas administrativas e pastorais empreendidas pelo oficialato episcopal fluminense nas freguesias da comarca eclesiástica do Rio das Mortes e dos confins meridionais da América portuguesa.

Enfatizando o avanço da jurisdição eclesiástica paulista sobre as paróquias pertencentes à comarca diocesana do Rio das Mortes (Aiuruoca, Pouso Alto, Baependi, Carrancas e Santo Antônio do Rio Verde), D. Frei Antônio do Desterro defendia sua autoridade sobre a região por meio da correta interpretação da documentação pontifícia sobre a criação do bispado de São Paulo e os limites eclesiásticos paulista tanto nos sertões com as minas quanto no extremo sul. Estava claro em sua argumentação que o redimensionamento da jurisdição episcopal fluminense e a construção de uma nova geografia eclesiástica no Centro-Sul da América Portuguesa por meio da criação de duas novas dioceses (São Paulo e Mariana) e duas novas prelazias (Goiás e Mato Grosso), em 1745, não agradara o corpo clerical fluminense. O descontentamento do bispo do Rio de Janeiro residia na redução do seu espaço de exercício do poder eclesiástico às freguesias e comarcas circunvizinhas à baía de Guanabara e aos morros que seguiam para os veios auríferos.

¹AHU-CARTA do Bispo do Rio de Janeiro, D. Antônio [do Desterro] ao rei [D. João V], informando os conflitos de jurisdição eclesiástica ocorridos por ocasião da divisão do Bispado do Rio de Janeiro e da criação dos Bispados de São Paulo e de Mariana e da prelazia de Goiás. Anexo: bula (cópia), carta pastoral (cópia). AHU-Rio de Janeiro, cx. 47, docs. 108, 54; cx. 46, doc. 26, fls. 49-63. (Doravante, AHU-Rio de Janeiro, cx. 47, docs. 108, 54; cx. 46, doc. 26).

Concomitante às indagações do prelado fluminense, editais e cartas pastorais do bispo paulista saíam do palácio episcopal de São Paulo com destino às freguesias e comarcas eclesiásticas localizadas nas regiões de contenda entre as dioceses². D. Frei Antônio do Desterro, dialogando com os editais e pastorais de D. Bernardo Rodrigues Nogueira, procurou anular as medidas organizacionais do bispo paulista por meio do reforço da autoridade episcopal fluminense nas paróquias em disputa e a alegação de que o prelado de São Paulo administrava sua diocese com base em interpretações contraditórias da bula papal e seu *motu proprio* no tocante às divisas eclesiásticas.

O bispo do Rio de Janeiro não perdeu tempo para comprovar sua afirmação sobre o “equivoco” interpretativo do prelado de São Paulo e reconstruiu os parágrafos do *motu proprio* que determinavam os limites diocesanos paulista apresentando três tópicos argumentativos que poderiam justificar os conflitos jurisdicionais entre os prelados e oficialatos episcopais de São Paulo e Rio de Janeiro. Primeiramente, D. Frei Antônio do Desterro esclareceu que os limites eclesiásticos entre as dioceses paulista e marianense deveriam seguir as divisas seculares entre as capitanias de Minas Gerais e São Paulo (“*infra scriptas terminos inter praefecturas S. Pauli*”)³ em oposição à adoção do rio Grande como divisa natural entre os bispados. Um argumento que não seria simples de resolver na prática, pois as fronteiras seculares entre as capitanias de São Paulo e Minas Gerais estavam em construção e apresentavam instabilidades devido às expansões jurisdicionais constantes de paulistas e mineiros até a serra da Mantiqueira, sobretudo após a Guerra dos Emboabas e os inúmeros redimensionamentos territoriais da capitania de São Paulo⁴.

Considerando o estabelecimento dos limites eclesiásticos de São Paulo conforme as fronteiras seculares, o prelado fluminense demonstra que os conflitos jurisdicionais entre os bispos passaram de uma questão *de jure* para uma questão *de facto*, uma vez que a jurisdição sobre as freguesias e comarcas em litígio deveria ser atribuída ao bispado cuja posse pudesse ser comprovada por meio do direito de posse e domínio. Este estaria assegurado na presença dos clérigos seculares providos pelos bispos do Rio

² ACMSP-Registro das provisões e alvarás régios referentes à criação do bispado de São Paulo e ordens dos excelentíssimos bispos diocesanos (1746-1842), cota 1-2-39, documentos 5, 7 e 8.

³ AHU-Rio de Janeiro, cx. 47, docs. 108, 54; cx. 46, doc. 26, fl.50. [Tradução livre da autora: entre e abaixo da prefeitura de São Paulo].

⁴ FUNCHAL, William de Andrade. *Governo local em uma capitania sem governador (São Paulo, 1748-1765)*. Faculdade de Ciências Humanas e Sociais de Franca. UNESP-Franca, 2016. (Dissertação de Mestrado), pp. 133-135.

de Janeiro nas freguesias em disputa no período anterior à criação da diocese paulista (1745). O argumento de D. Frei Antônio do Desterro pressupunha a redução do território diocesano de São Paulo em detrimento da manutenção da jurisdição episcopal fluminense na comarca do Rio das Mortes e confins meridionais, já que a organização diocesana do Centro-Sul da Colônia tinha como centro irradiador a antiga prelazia do Rio de Janeiro (1576). Para além disto, D. Frei Antônio do Desterro procurava interromper a confluência nos provimentos das paróquias circunvizinhas ao rio Grande, uma vez que D. Bernardo Rodrigues Nogueira proveu com párocos e vigários da vara de sua confiança as freguesias e comarcas eclesiásticas localizadas nos territórios limítrofes da diocese paulista com o objetivo de organizar a estrutura jurídico-administrativa episcopal de São Paulo e salvaguardar a sua autoridade jurisdicional nas regiões de fronteira entre os bispados paulista, marianense e fluminense.

D. Bernardo Rodrigues Nogueira, consciente das medidas e intenções do prelado do Rio de Janeiro, escreveu uma epístola em resposta aos argumentos expostos na *Satisfação apologética*, sobretudo as premissas referentes à adoção das divisas seculares para o espaço diocesano de São Paulo e a correlação entre a jurisdição e a posse territorial, afirmando que as freguesias em disputa se encontram em território povoado e descoberto pelos sertanistas oriundos da cidade de São Paulo, assim como os clérigos que acompanhavam as expedições em direção aos veios auríferos. Para o bispo paulista, D. Frei Antônio do Desterro estava se antecipando ao afirmar que a posse por meio do oficialato episcopal confirmaria a jurisdição fluminense na comarca eclesiástica do Rio das Mortes e freguesias ao sul, e deveria recorrer à comum opinião dos doutores para sanar tal equívoco e interromper as medidas de anulação da autoridade eclesiástica paulista nas comarcas diocesanas fronteiriças⁵.

O cenário conflituoso entre os prelados pela posse jurisdicional das comarcas eclesiásticas e a sobreposição de membros do oficialato episcopal atuante nas diversas freguesias, assim como as medidas adotadas para a consolidação da autoridade paulista nas mesmas, sustentaram o último argumento do prelado fluminense em sua *Satisfação apologética*: a necessidade do envio de um juiz competente pelo monarca, D. João V, para analisar e deferir os limites diocesanos entre os bispados de São Paulo, Rio de Janeiro e Mariana. Após a análise da situação *in loco* pelo representante monárquico, D.

⁵ AHU-Rio de Janeiro, cx. 47, docs. 108, 54; cx. 46, doc. 26, fl.53.

Frei Antônio do Desterro propunha a uniformização das divisas diocesanas entre São Paulo e Rio de Janeiro por meio da prerrogativa de modificação dos termos e limites territoriais da arquidiocese da Bahia e demais dioceses da América portuguesa concedidas à D. João V e seus sucessores, em 1746, pelo sumo pontífice Bento XIV⁶. Aos olhos do bispo fluminense, a uniformização das fronteiras eclesiásticas paulistas resolveria o quadro litigioso entre os prelados e alinharia as premissas limítrofes das novas dioceses com aquelas presentes nas bulas papais de criação dos demais bispados da América portuguesa, nos quais os acidentes geográficos eram adotados como marcos fronteiriços entre os espaços diocesanos (*“per montium cacumina flumina, et vias lastissimas, per alia q signa notabilia”*)⁷.

Os conflitos jurisdicionais em torno do estabelecimento das fronteiras diocesanas de São Paulo expostos pelo prelado fluminense em sua *Satisfação apologética* ilustram o complexo processo de construção do espaço diocesano e de organização da estrutura jurídico-administrativa episcopal paulista após o desmembramento territorial do bispado do Rio de Janeiro em novas unidades eclesiásticas. Indo ao encontro com o contexto conflituoso exposto, o objetivo deste trabalho é compreender o processo de construção da diocese de São Paulo por meio das medidas empreendidas pelo prelado paulista para preservar e confirmar a jurisdição eclesiástica, assim como os usos, para esse fim, do tribunal episcopal. O recorte temporal abrange o período compreendido entre 1682-1765. Trata-se do período de construção da autoridade episcopal fluminense em São Paulo por meio da presença de D. José de Barros Alarcão – primeiro bispo do Rio de Janeiro – na comarca diocesana e o início da organização, expansão e consolidação da malha jurídico-administrativa paulista. Além da estruturação e consolidação do aparato diocesano, o período foi marcado pela submissão administrativa da capitania de São Paulo ao governo do Rio de Janeiro e pela figura do episcopado como única autoridade política e jurídica no planalto de Piratininga.

Para compreender os conflitos jurisdicionais surgidos entre os bispos e os usos do foro eclesiástico na construção do bispado paulista, adotamos o conceito de campo

⁶ Sobre a bula papal *Significanti nobis nuper* de 12 de setembro de 1746 cf. PAIVA, José Pedro. “As estruturas do poder diocesano” in _____ *História da diocese de Viseu*, vol.2, Viseu: Diocese de Viseu e Imprensa da Universidade de Coimbra, 2016, pp. 219-220.

⁷AHU-Rio de Janeiro, cx. 47, docs. 108, 54; cx. 46, doc. 26, fl.55. [Tradução livre da autora: Outro sinal claro de que [os limites] deveriam seguir as partes superiores ao longo de rios e estradas vastíssimas].

religioso de Pierre Bourdieu. Entendemos por campo religioso um espaço de relação de forças e disputa de agentes institucionais e sociais que possuem o monopólio do capital, ou seja, a posse do saber e legitimação institucional e sacramental⁸. A composição do campo religioso nos permite entrever a heterogeneidade da igreja diocesana, enquanto instituição corporativista, “formada por diversos grupos e uma multidão de indivíduos (...) que muitas vezes foram protagonistas de conflitos/disputas mais ou menos abertos e explícitos”⁹. Deste modo, os conflitos jurisdicionais entre os prelados paulista e fluminense pela posse e apropriação das freguesias fronteiriças à malha eclesiástica de ambas dioceses refletem os interesses e a política administrativa dos bispos, assim como as diretrizes de atuação do oficialato episcopal.

O processo de construção das dioceses d’aquém e d’além mar e os usos do tribunal episcopal pelos bispos como mecanismo de confirmação da jurisdição eclesiástica em meio ao recrudescimento do regalismo monárquico carecem de estudos historiográficos. Para a elaboração do presente trabalho nos debruçamos sobre as produções historiográficas pertinentes ao funcionamento da justiça eclesiástica, o enraizamento da malha da justiça eclesiástica paulista, as políticas episcopais, os usos do tribunal episcopal, o reforço da autoridade episcopal, a organização da igreja diocesana, as visitas pastorais e *ad limina*, a Igreja em São Paulo, o regalismo pombalino e seu impacto na Igreja luso-brasileira, a organização administrativa e jurídica do Império Português, o papel da Igreja dentro da monarquia corporativista, o enquadramento normativo do tribunal episcopal e as relações entre o foro episcopal, inquisitorial e régio.

“As estruturas do poder diocesano”, capítulo de José Pedro Paiva integrante à obra *História da diocese de Viseu* (vol. 2), nos apresentou por meio de três vieses a organização e estruturação do governo diocesano¹⁰. Dialogando com as demais obras do historiador, a narrativa nos apresenta, primeiramente, o funcionamento do tribunal episcopal (câmara e auditório eclesiástico) e suas atribuições burocráticas e jurídicas. Num segundo momento, nos deparamos com a importância das visitas pastorais e o

⁸ BOURDIEU, Pierre. “Gênese e estrutura do campo religioso” in ____ *A economia das trocas simbólicas*. Tradução: Sérgio Miceli. São Paulo: Perspectiva, 2007, pp. 27-98.

⁹ PAIVA, José Pedro. *Baluartes da fé e da disciplina. O enlace entre a Inquisição e os bispos em Portugal (1536-1750)*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2011, p.08.

¹⁰ PAIVA, José Pedro. “As estruturas do poder diocesano” in _____. *História da diocese de Viseu (1505-1819)*, vol.2. Viseu: Editora da diocese de Viseu/Editora da Universidade de Coimbra, 2016, pp. 206-224.

funcionamento da mesa do despacho das visitas, suas normatividades e organização. Obra fundamental para refletirmos sobre a estruturação do governo diocesano em suas dimensões jurídica, política, espiritual e econômica, assim como os múltiplos agentes que integravam o corpo jurisdicional das dioceses na Colônia. Reflexões que foram incorporadas em nossa pesquisa e possibilitaram maior compreensão de nossas fontes primárias. Em termos contextuais, devemos enfatizar a abordagem espacial da estrutura jurídico-administrativa diocesana e a forma como a criação de comarcas eclesiásticas e paróquias em zonas de fronteiras entre bispados poderia gerar conflitos sobre a jurisdição competente¹¹.

Ampliando a discussão sobre as estruturas do poder eclesiástico proposta por Paiva e inserindo a igreja diocesana na organização administrativa luso-brasileira, Claudia Damasceno Fonseca¹² analisa a construção do aparato jurídico-administrativo eclesiástico e monárquico na capitania de Minas Gerais enfatizando o papel que as capelanias, paróquias e comarcas eclesiásticas possuíram na constituição do espaço urbano mineiro. Atentando para a importância da atuação do clero diocesano nas minas e o papel de “fixador” de núcleos urbanos que a Igreja Católica desenvolveu no espaço colonial, a historiadora reconstrói os fluxos de expansão da malha eclesiástica e seus desmembramentos pelo território por meio de um levantamento paroquial em diversos acervos documentais e, posteriormente, exposição cartográfica do enraizamento do poder eclesiástico.

As obras de Paiva e de Fonseca, ao analisarem a estrutura jurídico-administrativa diocesana em nível espacial, nos permitiram perceber as múltiplas dimensões da malha diocesana paulista e as interrelações entre os membros da hierarquia eclesiástica. Outro aspecto a ser abordado é a importância das estruturas do poder eclesiástico para a salvaguarda dos territórios do Centro-Sul da América

¹¹ Outras obras do historiador foram igualmente importantes: PAIVA, José Pedro. “Dioceses e organização eclesiástica” in AZEVEDO, Carlos Moreira (Dir.) *História Religiosa de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000, vol. II, pp.187-1994; _____. A administração diocesana e a presença da Igreja. O caso da diocese de Coimbra nos séculos XVII e XVIII in *Lusitania Sacra*, 2ª série, tomo 3, Lisboa, 1991; _____. *Baluartes da fé e da disciplina. O enlace entre a Inquisição e os bispos em Portugal (1536-1750)*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2011; _____. *Os Bispos de Portugal e do Império (1745-1777)*. Coimbra: Ed. Universidade de Coimbra, 2006; Os Bispos do Brasil e a formação da sociedade colonial (1551-1706)”, *Textos de História – Revista do Programa de Pós-Graduação em História da UNB*, 14, n.1/2, 2006, pp.11-34; _____. The appointment of Bishops in Early-Modern Portugal (1495-1777). *The Catholic Historical Review*, Volume 97, Number 3, July 2011, pp. 461-483 (Article). Disponível online: <http://muse.jhu.edu/journals/cat/summary/v097/97.3.paiva.html>; _____. “Os novos prelados diocesanos nomeados no consulado pombalino” in *Penélope*, nº25, 2001, pp.41-63.

¹² FONSECA, Claudia Damasceno. *Arraiais e vilas d’el rei. Espaço e poder nas Minas setecentistas*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011, pp. 82-130.

portuguesa às vésperas do tratado de Madri. Questão levantada e sintetizada por Fonseca, mas que nos permitiu problematizar o papel das comarcas eclesiásticas paulistas localizadas ao sul do bispado e os usos que os bispos fizeram do tribunal episcopal para preservar a autoridade e jurisdição nas zonas de contenda entre as dioceses fluminense e paulista.

Adotando como princípio analítico o *uti possidetis religioso* proposto por Alexandre de Gusmão em seus tratados sobre os limites portugueses na América, *Pacto Festivo em Minas Colonial*, dissertação de mestrado de Iris Kantor, analisa a entrada triunfal do primeiro bispo de Mariana, D. Frei Manoel da Cruz, e a apropriação dos espaços jurídicos paroquiais pela malha eclesiástica marianense. Organizada em três momentos, a obra problematiza a construção da diocese de Mariana¹³ num viés político-administrativo-espacial por meio das festividades. Primeiramente, a historiadora nos apresenta a trajetória do novo bispo que, transferido da diocese do Maranhão, percorreu os caminhos entre São Luís e a vila de Nossa Senhora do Carmo (sede episcopal de Mariana); num segundo momento nos debruçamos sobre as festividades no antigo regime e o cerimonial que circundava a entrada dos bispos portugueses e ultramarinos em suas dioceses; e, finalmente, a autora nos apresenta as normatividades e os conflitos de jurisdição que a organização diocesana e a política episcopal do novo bispo originaram em meio à disputa por espaços de poder. Esses conflitos ilustram as complexidades do espaço diocesano e o reequilíbrio dos poderes entre o clero secular, regular e os bispos.

Os argumentos apresentados pela historiadora nos permitiram refletir sobre a criação do bispado de São Paulo numa perspectiva ampla e em constante diálogo com as medidas metropolitanas para efetivar a posse territorial por meio do direito de ocupação e para melhor administrar os territórios meridionais da Colônia. Competiria aos bispos preservar o território por meio de uma política episcopal em consonância com os intentos metropolitanos e, principalmente, procurando preservar a autoridade e jurisdição eclesiástica em meio ao crescente regalismo.

A interpenetração entre Igreja e Estado permitiu a consumação da política regalista por meio do apoio do episcopado aos intentos da Coroa e a crescente

¹³ KANTOR, Iris. *Pacto Festivo. A entrada triunfal do primeiro bispo na Sé de Mariana*. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas-USP, 1996 (Dissertação de Mestrado).

secularização da Igreja Católica em Portugal e seus domínios¹⁴. Evergton Sales Souza, em seu artigo “Igreja e Estado no período Pombalino”, por meio da análise da trajetória das ideias episcopalista e regalista que ganharam força em Portugal e no seu Império e, por conseguinte, o impacto destas no estabelecimento de um novo modelo na relação entre Igreja e Estado, afirma que “o apoio dado por bispos e outros homens de Igreja” aos pressupostos regalistas “terminou por acarretar (...) um maior questionamento a respeito da jurisdição eclesiástica”, pois a relação entre jurisdição eclesiástica e jurisdição real era compreendida no Brasil como uma tentativa de intrusão das autoridades eclesiásticas na jurisdição régia. Sales Souza ressalta que esse caráter conflituoso entre as instâncias jurídicas se deu, talvez, pela tentativa de buscar autonomia do episcopado ‘nacional’ em relação a Roma por meio do vínculo regalista na Igreja portuguesa. Assim, se unir à Coroa portuguesa talvez não fosse só uma questão de defesa de um regalismo de Estado, mas de uma autonomia maior da Igreja nacional dentro desse Estado¹⁵.

Os questionamentos levantados pelo autor nos permitiram, num primeiro momento, compreender o contexto político em que os agentes da justiça eclesiástica paulista estavam inseridos e os conflitos surgidos entre as jurisdições eclesiásticas e régias no bispado e, de modo mais amplo, na Colônia¹⁶. Com o desenvolvimento da pesquisa, percebemos que a cooptação de bispos e membros do oficialato episcopal aos intentos metropolitanos possibilitaram o reforço da autoridade jurisdicional dos bispos em meio à diminuição do foro eclesiástico, uma vez que os oficiais do tribunal

¹⁴ As ações de Sebastião José de Carvalho e Melo, ao longo de seu ministério, procuraram contribuir para a criação de um Estado secular que pretendia ser independente de Roma. A secularização do Estado português, ou seja, “a submissão da Igreja ao Estado” se consolidou com o combate aos movimentos que se opunham a afirmação plena do poder monárquico em todas as esferas administrativas e sociais. A secularização jurídica possibilitaria, como salientou Paolo Prodi, a fusão da justiça eclesiástica e régia (em esfera comum) os países em que a aliança entre trono e altar fosse mais forte como o era nas monarquias ibéricas. Cf. PRODI, *Op.Cit.* 2005; AZEVEDO, Carlos Moreira (dir.) *Dicionário de história religiosa de Portugal*. Lisboa: Círculo de leitores, 2000-2001, 4 volumes.

¹⁵ SOUZA, Evergton Sales. Igreja e Estado no período Pombalino, *Lusitania Sacra*, 2ª série, tomo XXIII, Jan-jun, 2011, pp. 227.

¹⁶ Sobre o regalismo e o período pombalino ver: ALMEIDA, Cândido Mendes de. *Direito Civil Eclesiástico Brasileiro antigo e moderno e suas relações com o direito canônico*. Rio de Janeiro: Garnier Livreiro Editor, 1866; ARAÚJO, Ana Cristina. *A Cultura das Luzes em Portugal: temas e problemas*. Lisboa: Livros Horizonte, 2003. Coleção Temas de História de Portugal; CASTRO, Zília Osório. O regalismo em Portugal. Antônio Pereira de Figueiredo. *Cultura, História e Filosofia*, vol. VI, 1987; MARTINS, William de Souza. *Membros do corpo místico*. Ordens terceiras no Rio de Janeiro (C. 1750-1822). São Paulo: EDUSP, 2009; MARX, Murilo. *Nosso chão: do sagrado ao profano*. São Paulo: EDUSP, 2003; MONTEIRO, Nuno. *D. José: na sombra de Pombal*. Rio do Mouro: Círculo de Leitores, 2006. (Coleção Reis de Portugal).

episcopal inseriram-se nas questões de foro régio e se apropriaram de delitos que não eram de sua alçada. Trata-se de uma preocupação constante de nosso trabalho, e que dialoga com a proposta de uma autonomia maior da Igreja Católica dentro do Estado, como apontou Sales Souza¹⁷.

O papel exercido pela Igreja Católica dentro da monarquia corporativista portuguesa e sua atuação como braço de Estado no controle e disciplinamento dos súditos por meio de seus mecanismos de coerção foram estudados por António Manuel Hespanha em suas obras sobre o direito e a administração portuguesa. Compreendendo a Igreja Católica com uma instituição autônoma e dotada de um corpus normativo próprio – Constituições diocesanas, regimentos e o direito canônico – Hespanha enfatiza o seu funcionamento e capilaridade por meio de seus agentes e tribunais. O viés analítico utilizado pelo historiador (a cultura do direito comum) e seus desdobramentos na prática jurídica, como o pluralismo de fontes do direito que faziam jurisprudência e o sistema legislativo cumulativo que fazia, na maioria das vezes, com que os diversos tribunais e instâncias diferentes tivessem jurisdição sobre o mesmo delito, nos permitiu compreender em nível jurídico a interrelação entre os foros eclesiástico e régio. Destarte, suas reflexões nos auxiliaram metodologicamente na análise do uso dos corpos normativos nos processos episcopais e as transformações do padrão legislativo após a intensificação do regalismo durante o ministério pombalino¹⁸.

Correlacionando as abordagens historiográficas e as reflexões suscitadas por elas, nos debruçamos sobre as fontes primárias de nossa pesquisa: os processos-crimes julgados pelo tribunal episcopal paulista no período em estudo e a documentação

¹⁷ Devemos enfatizar outras obras do historiador que nos foram igualmente importantes na construção do perfil jurídico do episcopado paulista Cf. SOUZA, Evergton Sales. “Jansenismo e reforma da Igreja na América Portuguesa” in *Actas do Congresso Internacional Espaço Atlântico de Antigo Regime: poderes e sociedades*. ; _____. “D. Botelho de Matos, arcebispo da Bahia, e a expulsão dos jesuítas (1758-1760)” in *Varia História*, Belo Horizonte, vol.24, nº40, jul/dez 2008, pp. 729-746; _____. “O lume da rosa e de seus espinhos: espiritualidade e piedade em D. Sebastião Monteiro da Vide” in Bruno Feitler; Evergton Sales Souza. (Org.). *A Igreja no Brasil: Normas e práticas durante a vigência das Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*. São Paulo: Editora Unifesp, 2011, pp. 61-84.

¹⁸ HESPANHA, António Manuel. *Às Vésperas do Leviathan: instituições e poder político, Portugal (século XVII)*. Coimbra: Livraria Almedina, 1994; _____. *Da “iustitia” à “disciplina”*. Textos, Poder e Política no Antigo Regime. Coimbra: Faculdade de Direito, 1989; _____. “O Poder Eclesiástico. Aspectos Institucionais”. In: MATTOSO, José (dir.). *História de Portugal. O Antigo Regime (1620-1807)*. v. 4. Lisboa: Estampa, 1993, p. 287-290; _____. “A arquitectura dos poderes” in MATTOSO, José (org.) *História de Portugal (O Antigo Regime)*, vol.4. Lisboa: Estampa, 1997; _____. *História de Portugal Moderno: político e institucional*. Lisboa: Universidade Aberta, 1995, pp.123-154; _____. *Como os juristas viam o mundo. Direitos, estados, pessoas, coisas, contratos, ações e crimes*. Lisboa, 2015, pp. 126-127.

epistolar trocada entre D. Bernardo Rodrigues Nogueira, bispo paulista, e D. Frei Antônio do Desterro, bispo fluminense, entre os meses de fevereiro e outubro de 1747. A análise das ações judiciais do auditório eclesiástico se deu por meio da correlação entre os métodos qualitativo e quantitativo, pois, como apontou Benoît Garnot, o debate entre as metodologias possibilitou a ampliação de temas a serem abordados pelos historiadores da justiça, especialmente após a década de 1970, como a infra justiça, os conflitos jurídicos, as relações sociais representadas nas ações judiciais, as relações entre as instâncias jurídicas e os usos da faculdade de julgar¹⁹.

Além dos autos-crimes e as correspondências, realizamos um levantamento minucioso da malha eclesiástica paulista (paróquias e comarcas diocesanas) por meio da correlação entre relatos memorialísticos como, por exemplo, as *Memórias para a História da Capitania de São Vicente*, de Frei Gaspar da Madre de Deus, e as ações processuais julgadas no auditório eclesiástico paulista²⁰. Para tal, analisamos num primeiro momento a obra monumental de monsenhor José Pizarro Araújo (*Memórias Históricas do Rio de Janeiro*), a obra de Antônio Ferreira Santos (*A Arquidiocese do Rio de Janeiro*) e as mencionadas memórias de Frei Gaspar da Madre de Deus, tal como as obras de Affonso Taunay e Capistrano de Abreu. As informações relacionadas às criações de paróquias e vigararias da vara foram organizadas numa planilha por episcopado e, posteriormente, por comarcas eclesiásticas. Contabilizamos 64 paróquias erigidas entre os séculos XVI e meados do XVIII em São Paulo²¹.

Após a organização dos núcleos paroquiais e seus desmembramentos jurisdicionais, elaboramos mapas com o auxílio do Laboratório de História Social da UNB (Universidade de Brasília) coordenado pelo Prof. Dr. Tiago Gil. A cartografia criada por meio do levantamento paroquial demonstra o processo de enraizamento da malha eclesiástica paulista e sua dimensão espacial. Considerando que os mapas podem “configurar em um projeto político”²², os fluxos de enraizamento da malha episcopal paulista nos permitiram refletir sobre a política episcopal e sobre o processo de submissão das estruturas do poder eclesiástico à autoridade do prelado fluminense e paulista. Devemos salientar que a documentação analisada apresentou uma ausência dos

¹⁹ GARNOT, Benoît. *Histoire de la justice. France, XVI^e - XXI^e siècles*. Paris, Gallimard, 2009.

²⁰ MADRE DE DEUS, Frei Gaspar. *Memórias para a História da capitania de São Vicente*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1975.

²¹ A relação das paróquias criadas em São Paulo no período em estudo se encontra em anexo.

²² FURTADO, Júnia Ferreira. *O mapa que inventou o Brasil*. São Paulo: Odebrecht, 2013.

membros do clero regular e missionários que atuavam nas regiões de fronteira da diocese paulista e, por conseguinte, a historiografia pertinente à temática não foi incorporada ao nosso trabalho analítico.

Justificamos a análise da construção jurisdicional da diocese paulista por meio dos usos do tribunal episcopal e os conflitos jurisdicionais entre os prelados por três vieses. O primeiro embasa-se no enraizamento das estruturas episcopais no Centro-Sul da Colônia por meio da atividade mineradora e a necessidade de expansão dos mecanismos da justiça eclesiástica do bispado do Rio de Janeiro, do qual São Paulo era comarca eclesiástica. A ocupação efetiva da região alinhou a política metropolitana de controle das zonas mineradoras à orientação tridentina do episcopado fluminense por meio do enraizamento da malha eclesiástica pelo interior do bispado e a nomeação do oficialato episcopal responsável pela administração da vigararia da vara paulista.

O segundo viés dedica-se a analisar a criação do bispado de São Paulo e o redimensionamento da geografia eclesiástica fluminense, uma vez que a instalação de uma nova circunscrição diocesana reequilibraria as forças de poder no campo religioso. Não obstante, o reordenamento das forças de poder dos agentes da justiça eclesiástica e régias, a partir da ereção da nova diocese, foi circunscrito pelas mudanças promovidas no ministério pombalino e a crescente secularização da Igreja Católica, assim como a redução do foro eclesiástico e a adoção de práticas jurídicas civis pelo oficialato episcopal paulista.

O último viés refere-se à expansão e ao enraizamento das estruturas do poder eclesiástico paulista por toda extensão diocesana e os usos que os bispos fizeram do tribunal episcopal para assegurarem suas fronteiras e áreas de jurisdição face aos bispos fluminenses e oficiais da justiça régia que, cada vez mais, interferiam nos negócios eclesiásticos. Neste sentido, o estudo da construção jurídica do bispado paulista por meio da correlação entre os usos do tribunal episcopal e as práticas jurídicas adotadas pelos bispos e oficiais em face ao novo paradigma jurídico se faz necessário para uma melhor compreensão da atuação dos tribunais episcopais na Colônia e do exercício da autoridade do prelado em sua diocese.

Capítulo I

A atuação dos bispos fluminenses na comarca eclesiástica de São Paulo

“Se um só dentre os bispos, no entanto, refletisse, veria que sua bela sobrepeliz, branca como a neve, é símbolo de uma vida sem mancha [...] que a luva com que cobre as mãos indicam que deve estar limpo de toda impureza para administrar os sacramentos; que seu báculo pastoral simboliza a vigilância sobre seu rebanho”

Erasmus de Roterdã, Elogio da Loucura.

A) O bispado do Rio de Janeiro e a comarca eclesiástica de São Paulo.

Quando D. Francisco de São Jerônimo (1702-1721) tomou posse da mitra fluminense, já havia se passado vinte e seis anos da criação do bispado de São Sebastião do Rio de Janeiro, em 1676, pela bula *Romani Pontificis pastoralis sollicitudo* de Inocêncio XI²³. As relações com a Santa Sé e o equilíbrio entre os poderes se materializaram na organização e atuação dos bispos e clérigos seculares nos territórios d'aquém e d'além-mar por meio da expansão da malha paroquial e do reforço do poder episcopal²⁴. Além disso, a geografia eclesiástica colonial se consolidou com a criação das dioceses do Pará (1719), de Mariana (1745), de São Paulo (1745) e das prelações de Goiás e Mato Grosso (1745)²⁵.

²³ SANTOS, Antônio Alves Ferreira dos. *A Archidiocese de S. Sebastião do Rio de Janeiro. Subsídio para a história eclesiástica do Rio de Janeiro, capital do Brasil*. Rio de Janeiro: Typographia Leuzinger, 1914 (sobretudo o segundo capítulo “Bispado de S. Sebastião do Rio de Janeiro”).

²⁴ PAIVA, José Pedro. A igreja e o poder in AZEVEDO, Carlos Moreira (Dir.) *História Religiosa de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000, vol. II, pp. 135-186; MONTEIRO, Nuno Gonçalo. “Identificação da política setecentista. Notas sobre Portugal no início do período joanino” in *Análise Social*, vol. XXXV (157), 2001, pág. 961-987.

²⁵ A primeira diocese erigida em território colonial foi a da Bahia (1551), seguida pelas dioceses de Pernambuco (1676) e Maranhão (1677). Sobre a organização diocesana colonial cf. HOORNAERT, Eduardo; AZZI, Rioldo (orgs.). *História da Igreja no Brasil*. Primeira Época. Rio de Janeiro: Petrópolis, 1983. Para os contextos locais consultar as obras: SILVA, Cândido da Costa. *Os segadores e a messe*. O clero oitocentista na Bahia. Salvador: STC-EDUFBA, 2000 (sobretudo o capítulo “A cidade episcopal”); FEITLER, Bruno; SOUZA, Evergton Sales. “Uma metrópole no ultramar português. A Igreja de São Salvador da Bahia de Todos os Santos” in SOUZA, Evergton Sales; MARQUES, Guida; Silva, Hugo R (Orgs.). *Salvador da Bahia: retratos de uma cidade atlântica*. Salvador: EDUFBA, 2016; FEITLER, Bruno. *Nas malhas da consciência. Igreja e Inquisição no Brasil. Nordeste 1640-1750*. São Paulo: Phoebe/ Alameda, 2007 (especialmente o capítulo “A igreja e seu assentamento no bispado de Pernambuco”); GOUVEIA, Pollyanna Mendonça. *Sacrílegas Famílias: conjugalidades clericais no bispado do Maranhão no século XVIII*. Niterói: UFF, 2007 (Dissertação de Mestrado).

A organização diocesana na Colônia se estruturou em diálogo com o aumento populacional das capitanias e o enraizamento do aparelho jurídico e administrativo da Igreja Católica em território colonial. O estabelecimento de um novo bispado nos domínios portugueses do Ultramar, seguido da nomeação do seu bispo e de das dignidades catedralícias, nos permite penetrar num universo em que as jurisdições eclesiástica e régia estavam inter-relacionadas e, por conseguinte, a criação de novos bispados pressupunha interesses de caráter eclesiástico e civil²⁶. Circunscrito pelo direito do padroado régio, cujas práticas se formularam com a instalação da diocese de Funchal em 1514, a ereção dos novos bispados nos territórios ultramarinos dependia da prerrogativa régia de nomear os bispos das mitras à Santa Sé, decidir sobre o provimento dos benefícios das igrejas e catedrais, e controlar a arrecadação dos dízimos. O monarca se comprometia a promover a criação e a manutenção das estruturas eclesiásticas por meio da edificação de igrejas e capelas com as condições materiais e alfaías necessárias às atividades pastorais e ao culto divino, assim como a nomeação e fornecimento de clérigos necessários para o cumprimento de seus ofícios espirituais e o bom funcionamento da Igreja nas conquistas²⁷.

O direito de padroado, especificado nas Concordatas do Reino com a Santa Sé, possibilitava aos monarcas controlar o corpo clerical nos territórios ultramarinos em todos os níveis administrativos, ou seja, servia como um mecanismo de salvaguarda da jurisdição régia e de exercício da autoridade monárquica no campo religioso. Esta jurisdição se refletia na organização diocesana, uma vez que os reis portugueses determinavam a “geografia eclesiástica do reino [e conquistas], redesenhando através de novas criações os mapas das dioceses”²⁸, e nos inúmeros conflitos surgidos entre clérigos e agentes régios em questões de justiça como, por exemplo, o abuso dos oficiais da justiça régia em casos de apelação do foro eclesiástico, ou a intervenção em medidas episcopais²⁹. Os conflitos ilustram a configuração corporativista que o projeto

²⁶ ZANON, Dalila. *Bispos de São Paulo*. As diretrizes da Igreja no século XVIII. São Paulo: Annablume, 2012.

²⁷ LEITE, Antônio S.I. “Teriam os reis de Portugal verdadeira jurisdição eclesiástica?” in *Disdikalia*, vol. 15, 1985, pp. 357-367; RODRIGUES, Aldair Carlos. *Igreja e Inquisição no Brasil. Agentes, carreiras e mecanismos de promoção social – século XVIII*. São Paulo: Alameda, 2014, pp. 23-25.

²⁸ PAIVA, José Pedro. “O Estado na Igreja e a Igreja no Estado: contaminações, dependências e dissidência entre o Estado e a Igreja em Portugal (1495-1640)” in *Revista Portuguesa de História*. T. XL (2008-2009), pp. 383-397.

²⁹ AHU- CARTA régia dirigida ao Bispo do Rio de Janeiro, em que se lhe comunica que os Juízes eclesiásticos ficam obrigados a suspender os seus procedimentos logo que lhe sejam intimados os recursos para o Juízo da Coroa. Anexa ao n.º 13358 (AHU_CU_017-01, Cx. 57, D. 13363); AHU-

colonizador português empreendeu na América com base na cultura do direito comum, no qual o clero secular e regular eram agentes de controle populacional mobilizados por parte da Coroa e elementos de enraizamento do aparelho burocrático pelo território³⁰.

O estabelecimento do bispado do Rio de Janeiro ocorreu em consonância com o enquadramento normativo-institucional da coroa portuguesa e representou os interesses metropolitanos em articular internamente a colonização e a atuação do clero diocesano, sobretudo numa região marcada pela missionação e sob a possível ameaça de invasão estrangeira, seja pelas rotas que se constituíam nos arredores da vila de São Paulo – e que levavam para o sertão do continente – ou pela presença de corsários na Guanabara³¹.

A nova circunscrição eclesiástica, cujo território correspondia ao da antiga prelazia fluminense e se estendia “dos limites desde a capitania do Espírito Santo, até o Rio da Prata, correndo à costa do mar; e nessa correspondência toda a terra central até topar com o domínio espanhol”³², refletia a confluência do projeto pastoral-tridentino do clero secular aos projetos metropolitanos na região. Não obstante, devemos enfatizar que a criação da diocese fluminense ilustra a centralidade que a capitania estava alçando em finais dos seiscentos, assim como os interesses geopolíticos da Coroa portuguesa nas fronteiras meridionais dos territórios luso-americanos³³.

CARTA régia em que se determina que o Juiz eclesiástico não poderia continuar a intervir nos processos desde que lhe fossem intimados os recursos para o Juízo da Coroa. Anexa ao n.º 13358 (AHU_CU_017-01, Cx. 57, D. 13370); ACMSP-Registro das provisões e alvarás régios referentes à criação do bispado de São Paulo e ordens dos excelentíssimos bispos diocesanos (1746-1842), cota 1-2-39, documentos 40 e 47. Patrícia Ferreira Santos aborda a questão em sua tese de doutorado Cf. *Carentes de justiça: juízes seculares e eclesiásticos na “confusão de latrocínios” em Minas Gerais (1748-1793)*, USP, 2013.

³⁰ BOXER, Charles. *A igreja militante e a expansão ibérica (1440-1170)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007; HESPANHA, Antônio Manuel. “A constituição do Império português. Revisão de alguns enviesamentos correntes” in BICALHO, Maria Fernanda; FRAGOSO, João; GOUVEIA, Maria de Fátima (Orgs.). *O Antigo Regime nos Trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, pp. 163-188.

³¹ BICALHO, Maria Fernanda. *A cidade e o Império. O Rio de Janeiro no século XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003; HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Caminhos e Fronteiras*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

³² CAMARGO, Paulo Florêncio. O bispado fluminense in *A Igreja na História de São Paulo, 1676-1745*. Tomo III. São Paulo: Instituto Paulista de História e Arte Religiosa, 1954, p. 04. Sobre a prelazia do Rio de Janeiro cf. MACEDO, Roberto. “Prelazia e diocese do Rio de Janeiro” in *RIHGB*, Rio de Janeiro: IHGB, v.308, jul/set 1975, pp. 73-97 e obra já citada de Antônio Ferreira Alves dos Santos *A Archidiocese de S. Sebastião do Rio de Janeiro. Subsídio para a história eclesiástica do Rio de Janeiro, capital do Brasil*. Rio de Janeiro: Typographia Leuzinger, 1914.

³³ “Os últimos anos dos seiscentos iriam testemunhar a promessa de riquezas e outra força centrífuga atrairia o Rio de Janeiro em direcção ao sertão, sem, no entanto, ferir seu estatuto de praça comercial e marítima, conferindo-lhe, ao contrário, maior importância e centralidade na América portuguesa. A

Esses interesses seriam assegurados por meio do exercício do poder episcopal – expresso na atuação do auditório eclesiástico e na realização das visitas pastorais – e do enraizamento da estrutura diocesana em conjunto com a fixação do aparelho administrativo civil nas áreas do interior do bispado³⁴. A expansão da estrutura jurídico-administrativa do bispado fluminense se consolidou por meio da intensificação da atividade mineradora na capitania de Minas Gerais e o intenso fluxo populacional oriundo dos núcleos litorâneos (Santos, São Vicente e Rio de Janeiro) em direção aos veios auríferos na vila de São Paulo. Esta emergia como centro articulador entre a zona mineradora e o Rio de Janeiro e, por conseguinte, servia de entreposto aos sertanistas e colonos que se dirigiam às minas³⁵. Caberia aos bispos fluminenses desenvolver uma ação minuciosa na região e a adoção de uma política que possibilitasse o pastoreio dos fregueses sob a sua jurisdição e ao mesmo tempo a manutenção do poder episcopal.

Ciente da necessidade de preservar a autoridade jurídica e espiritual nas áreas afastadas da sede do bispado, D. Frei Francisco de São Jerônimo providenciou a expansão da malha episcopal fluminense por meio da criação de paróquias e comarcas eclesiásticas em duas frentes territoriais: primeiramente, organizou a atuação do clero diocesano na zona aurífera e, num segundo momento, no núcleo paulista³⁶. A divisão do poder episcopal fluminense em comarcas eclesiásticas, seguido da nomeação e colação de clérigos da confiança do bispo, possibilitou a manutenção da ordem e o exercício da autoridade eclesiástica durante a consolidação do povoamento e estruturação do aparato jurídico-administrativo episcopal em toda diocese³⁷.

descoberta do ouro inauguraria um novo século e também uma nova fase, constituindo-se em marco fundador de um longo período de prosperidade, multiplicando os sentidos e alargando o raio das rotas percorridas por navios e expedições que transitavam a partir da e com destino à cidade do Rio de Janeiro”. GOUVÊA, Maria de Fátima; BICALHO, Maria Fernanda. “A construção política do território centro-sul da América Portuguesa (1668-1777)” in *História, histórias*. Brasília, vol.1, n.1, 2013, p. 31.

³⁴ Sobre a organização diocesana cf. PAIVA, José Pedro. “Dioceses e organização eclesiástica” in AZEVEDO, Carlos Moreira (Dir.) *História Religiosa de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000, vol. II, pp.187-1994; _____. A administração diocesana e a presença da Igreja. O caso da diocese de Coimbra nos séculos XVII e XVIII in *Lusitania Sacra*, 2ª série, tomo 3, Lisboa, 1991

³⁵ HOLANDA, Sérgio Buarque. “Movimentos da população em São Paulo no século XVIII” in *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, n.1, 1966, pp. 55-111; HOLANDA, Sérgio Buarque. *Caminhos e Fronteiras*. São Paulo: Companhia das Letras: 1994.

³⁶ Para uma análise pormenorizada do enraizamento das estruturas do poder eclesiástico na capitania de Minas Gerais Cf. FONSECA, Claudia Damasceno. *Arraiais e vilas d’el rei. Espaço e poder nas Minas setecentistas*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011, pp. 82-130.

³⁷ CRUZ, Elias Felipe de Souza. *As visitas diocesanas nas Minas setecentistas. Poder episcopal e sociabilidade na Comarca do Rio das Mortes durante a primeira metade do século XVIII*. Universidade de Juiz de Fora. Instituto de Ciências Humanas, 2009 (Dissertação de Mestrado), p. 52, seguintes.

Marcada pela presença de missionários, notadamente os jesuítas, e por ser uma zona de missionação, a comarca eclesiástica paulista se localizava no centro do bispado fluminense e constituía um lugar privilegiado na geografia eclesiástica, já que se encontrava entre a cidade episcopal, a zona mineradora e o sul da Colônia – centro de conflitos entre castelhanos e portugueses pela posse da Colônia do Sacramento e, conseqüentemente, o domínio da bacia do rio da Prata³⁸. A vila de São Paulo chamou a atenção de clérigos e oficiais régios fluminenses durante a permanência de três anos de D. José de Barros Alarcão – primeiro bispo do Rio de Janeiro – nos campos de Piratininga³⁹. O abandono da sede diocesana resultou na interrupção das atividades de culto realizadas na Sé e, como enfatizava os oficiais da Câmara fluminense em consulta ao Conselho Ultramarino, na ausência de pastor para os fiéis. O parecer conciliar, emitido em 1686, determinou que o prelado retornasse para a Guanabara e saísse dela apenas em casos de visita ou empecilhos que o impedissem de residir no palácio episcopal⁴⁰. Contrariando a decisão e os pedidos dos camaristas, o bispo continuou em São Paulo e retornou ao Rio de Janeiro somente para embarcar para Lisboa após ser acusado de cometer graves irregularidades e apresentar má conduta⁴¹.

Indubitavelmente, a permanência de D. José de Barros Alarcão na comarca eclesiástica paulista viabilizou a estruturação do poder eclesiástico na região, assim como a elaboração de relatórios e documentos administrativos sobre a vila e seu termo que seriam utilizados no episcopado de seus sucessores para a elaboração de pastorais e

³⁸ GOUVÊA, Maria de Fátima; BICALHO, Maria Fernanda. “A construção política do território centro-sul da América Portuguesa (1668-1777)” in *História, histórias*. Brasília, vol.1, n.1, 2013.

³⁹ D. José de Barros Alarcão foi o primeiro bispo a assumir a mitra fluminense, após a renúncia de D. Frei Manoel Pereira, em 1680, ao cargo Cf. ARAÚJO, José de Souza Azevedo Pizarro. *Memórias Históricas do Rio de Janeiro*, tomos IV e V. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1820; CAMARGO, Paulo Florêncio. *A Igreja na História de São Paulo, 1676-1745*. Tomo III. São Paulo: Instituto Paulista de História e Arte Religiosa, 1954 (sobretudo o capítulo “O bispado fluminense”); SANTOS, Antônio Alves Ferreira dos. *A Archidiocese de S. Sebastião do Rio de Janeiro. Subsídio para a história eclesiástica do Rio de Janeiro, capital do Brasil*. Rio de Janeiro: Typographia Leuzinger, 1914 (sobretudo o segundo capítulo “Bispado de S. Sebastião do Rio de Janeiro”).

⁴⁰ AHU- Consulta do Conselho Ultramarino, acerca de uma representação dos oficiais da Câmara do Rio de Janeiro, em que se queixavam do Bispo D. José de Barros de Alarcão continuar a residir na vila de São Paulo (AHU_CU_017-01, Cx. 8, D. 1573).

⁴¹ AHU- Carta do Ouvidor geral Thomé de Almeida e Oliveira, em que participa ter feito correição nas vilas da sua jurisdição e acusa o Bispo D. José Barros de Alarcão de cometer graves irregularidades (AHU_CU_017-01, Cx. 9, D. 1652-1653); AHU- Consulta do Conselho Ultramarino, sobre as correições que fizera o Ouvidor Geral do Rio de Janeiro e as queixas que este apresentara do mau procedimento do Bispo (AHU_CU_017-01, Cx. 9, D. 1666-1667); AHU- Informação do Desembargador Belchior da Cunha Brochado, acerca da devassa sobre as acusações graves que houvera contra o Bispo do Rio de Janeiro D. José de Barros e Alarcão (AHU_CU_017-01, Cx. 9, D. 1713-1721).

de uma política jurídico-administrativa para a comarca. Não nos cabe discorrer sobre as especificidades da atuação de Alarcão em São Paulo, já que isso extrapolaria o período em análise, mas devemos salientar que a criação de capelas ligadas aos morgadios e propriedades rurais da capitania representou os primórdios da constituição efetiva da malha episcopal paulista⁴².

Opondo-se à administração de seu antecessor, D. Frei Francisco de São Jerônimo procurou estruturar o bispado fluminense, que até sua nomeação carecia de um bispo residente na sede episcopal, em consonância com as determinações tridentinas e a situação jurídico-pastoral diocesana. Neste sentido, demarcou os limites jurisdicionais do bispado do Rio de Janeiro – questão que suscitava conflitos com o arcebispo baiano – e auxiliou na expansão da colonização pelo sertão territorial por meio das paróquias e comarcas criadas em conformidade com os contextos político, social e econômico das freguesias que estavam sob a sua jurisdição⁴³. Essas afirmações implicam numa reflexão sobre o enraizamento das estruturas do poder episcopal fluminense na comarca eclesiástica de São Paulo, assim como sobre as transformações que assolaram o núcleo paulista na primeira metade do século XVIII.

No alvorecer dos setecentos, a estruturação do poder eclesiástico em São Paulo coincidiu com a chegada de reinóis e colonos de outras partes da América portuguesa à região mineradora e o consequente descontentamento dos paulistas, que achavam injusto a concessão de sesmarias aos novos aventureiros das minas, já que eles haviam dispensado inúmeros esforços no desbravamento do sertão territorial e descobrimento de suas riquezas. A Câmara de São Paulo chegou a requerer à Coroa, em 1700, a restrição da concessão de datas de terras e sesmarias aos aventureiros que se estabeleciam nos núcleos mineradores, mas o pedido não foi atendido e a política

⁴² CAMARGO, Paulo Florêncio. *A Igreja na História de São Paulo, 1676-1745*. Tomo III. São Paulo: Instituto Paulista de História e Arte Religiosa, 1954 (sobretudo o capítulo “O bispado fluminense”).

⁴³ “Quanto ao espiritual, havendo até agora dúvidas entre os prelados acerca da jurisdição, os mandados de uma e outra parte, ou como curas ou como visitadores, se acharam bastante embaraçados. E não pouco embaraçaram outros, que não acabam de saber a que pastor pertencem aqueles rebanhos. E quando se [não averiguem] direito do provimento dos párocos, pouco hão de ser temidos e respeitados naquelas freguesias móveis de um lugar para outro como os filhos de Israel no deserto” in ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas*. Lisboa, 1711 [Rio de Janeiro, 1921. Prefácio de Affonso Taunay]; FERREIRA, Fernanda Vinagre. *O clero secular no bispado do Rio de Janeiro e o múnus episcopal de D. Francisco de São Jerônimo (1702-1721)*. UFRJ-Programa de Pós-Graduação em História, 2016 (Dissertação de Mestrado). Para uma análise local da política episcopal fluminense cf. CARDOSO, Vinicius Miranda. “São Sebastião e o poder local no Rio de Janeiro, c.1733-1758” in *Revista de História Ibero Americana*, vol.08, n.1-2, 2015, pp. 29-54.

monárquica de exploração das minas prosseguiu com a concessão de contratos, para além do foro de fidalguia, a fluminenses e reinóis⁴⁴. Estava claro que os paulistas reivindicavam o direito de ocupação da terra por eles descoberta e povoada, tal como o clima de animosidade que se instalara em torno da disputa pelo ouro⁴⁵.

O expansionismo paulista e a “conversão” dos sertões da capitania resultaram numa acentuada carência de sacerdotes na comarca eclesiástica, já que clérigos seculares e regulares acompanhavam os sertanistas como capelães de expedição, motivados pelo seu espírito missionário ou pelos mesmos motivos dos aventureiros que se dirigiam aos veios auríferos: o enriquecimento rápido⁴⁶. O prelado fluminense recebeu ordens do monarca, D. Pedro II, para realizar um estudo sobre os clérigos que deveriam atuar nas freguesias da zona mineradora, uma vez que o corpo clerical dava “ocasião a se queixarem os povos dos seus procedimentos, empregando-se somente nas suas conveniências, divertindo os quintos de ouro, sendo muitos poucos os religiosos a quem se podia encomendar o exercício do bem espiritual das almas”⁴⁷. D. Francisco de São Jerônimo providenciou o envio de seculares em caráter missionário para as minas, mas se mostrava bastante consciente da situação móvel das freguesias que se constituíam na região e da fluidez do corpo clerical no interior da diocese⁴⁸. Um aspecto deve ser enfatizado para que possamos, contudo, avançar em nossa argumentação: a constituição da malha eclesiástica fluminense refletia as preocupações metropolitanas em organizar a igreja diocesana no Centro-Sul colonial ancorada no dever, assumido com Roma, de expansão da fé, e na capilaridade da estrutura eclesiástica que possibilitaria, juntamente com a justiça temporal, um controle comportamental e social eficaz da população⁴⁹.

⁴⁴ AHSP- Atas da Câmara de São Paulo, vol. VII, pp.137 *apud* ROMEIRO, Adriana. Revisitando a Guerra dos Emboabas: práticas políticas e imaginário nas Minas setecentistas in BICALHO, Maria Fernanda; FERLINI, Vera Lucia Amaral (orgs.) *Modos de Governar. Ideias e práticas políticas no Império português, séculos XVI a XIX*. São Paulo: Alameda, 2005.

⁴⁵ SILVA, Maria Beatriz Nizza (Org.); BACELLAR, Carlos de Almeida Prado; GOLDSCHMIDT, Eliana Réa; NEVES, Luciana M. Bastos. *História de São Paulo Colonial*. São Paulo: Editora UNESP, 2008, pp. 89, seguintes. Sobre a defesa do direito de propriedade pelos paulistas Cf. ROMEIRO, Adriana. Revisitando a Guerra dos Emboabas: práticas políticas e imaginário nas Minas setecentistas in BICALHO, Maria Fernanda; FERLINI, Vera Lucia Amaral (orgs.) *Modos de Governar. Ideias e práticas políticas no Império português, séculos XVI a XIX*. São Paulo: Alameda, 2005.

⁴⁶ FONSECA, Cláudia. *Op. Cit.*, 2011, pp. 82-130.

⁴⁷ CAMARGO, Paulo Florêncio. *Op.Cit.*, 1954, pp. 127.

⁴⁸ FONSECA, Cláudia Damasceno. *Op. Cit.*, 2011, pp. 82-130; CAMARGO, Paulo Florêncio. *Op.Cit.*, tomo III, 1954; ARAÚJO, José de Souza Azevedo Pizarro. *Op. Cit.*, tomo IV, 1820.

⁴⁹ FONSECA, Cláudia Damasceno. “Freguesias e capelas: instituição e provimento de igrejas em Minas Gerais” in FEITLER, Bruno; SOUZA, Evergton Sales (orgs.). *A igreja no Brasil. Normas e práticas*

O envio de clérigos para as minas, segundo Monsenhor Paulo Florêncio Camargo, repercutiu em São Paulo por meio do desenvolvimento de uma política episcopal de redimensionamento da jurisdição do clero regular, cujas funções iriam se restringir às missões, e na ampliação do número de membros do clero secular atuantes na vila por meio da criação de paróquias⁵⁰. A paroquialização refletia a burocratização do clero secular no território e contribuía para a colonização das fronteiras da diocese fluminense, e para a manutenção e salvaguarda da autoridade episcopal em toda comarca eclesiástica paulista⁵¹. A criação de freguesias (coladas e encomendadas) em São Paulo acompanhava os fluxos migratórios que se dirigiam para os veios auríferos e as zonas de fronteira ao sul da América portuguesa⁵². Irradiando da freguesia da Sé (criada em 1560) para os núcleos populacionais da zona mineradora, as paróquias erigidas na comarca eclesiástica de São Paulo pelo prelado fluminense emanavam da necessidade espiritual dos paulistas que se deslocavam

“desde a vila de São Paulo até a serra da Itatiaia, aonde se divide em dous, um para as minas do Caeté ou ribeirão de Nossa Senhora do Carmo e do Ouro Preto e outro para as minas do rio das Velhas, é o seguinte, em que se apontam os poucos e paragens do dito caminho⁵³.”

A primeira freguesia do caminho velho às minas, São Francisco da Chagas de Taubaté, foi fundada em 1645 com área coincidente ao vale do Parnaíba. Entre 1645 e 1709, foram criadas nove paróquias – Nossa Senhora da Penha (1648), Nossa Senhora da Conceição do rio Parnaíba (1653), Nossa Senhora do Desterro do campo alegre de Jundiaí (1655), Nossa Senhora da Candelária de Ouro-Guaçu (1657), Nossa Senhora da Ponte de Sorocaba (1661), Cotia (1684) e Nossa Senhora do Bonsucesso de Pindamonhangaba (1705). Para além das paróquias criadas junto às rotas que seguiam para as Gerais, duas freguesias foram criadas ao sul da comarca – Nossa Senhora do Rosário de Paranaguá (1649) e Nossa Senhora da Luz dos Pinhais de Curitiba (1693) –

durante a vigência das Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia. São Paulo: Editora UNIFESP, 2011, pp.425-452.

⁵⁰ CAMARGO, Paulo Florêncio. *Op.Cit.*, 1954, pp. 126-127. Sobre a atuação dos jesuítas em São Paulo e na América portuguesa cf. LEITE, Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*, 10 vol. São Paulo, Loyola, 2004; CASTELNAU-ETOILE, Charlotte. *Operários de uma vinha estéril - os jesuítas e a conversão dos índios no Brasil (1580-1620)*. Santa Catarina: EDUSC, 2006.

⁵¹ LONDOÑO, Fernando Torres (org.) *Paróquia e comunidade no Brasil: perspectiva histórica*. São Paulo, Paulus, 1997, pp. 16-17.

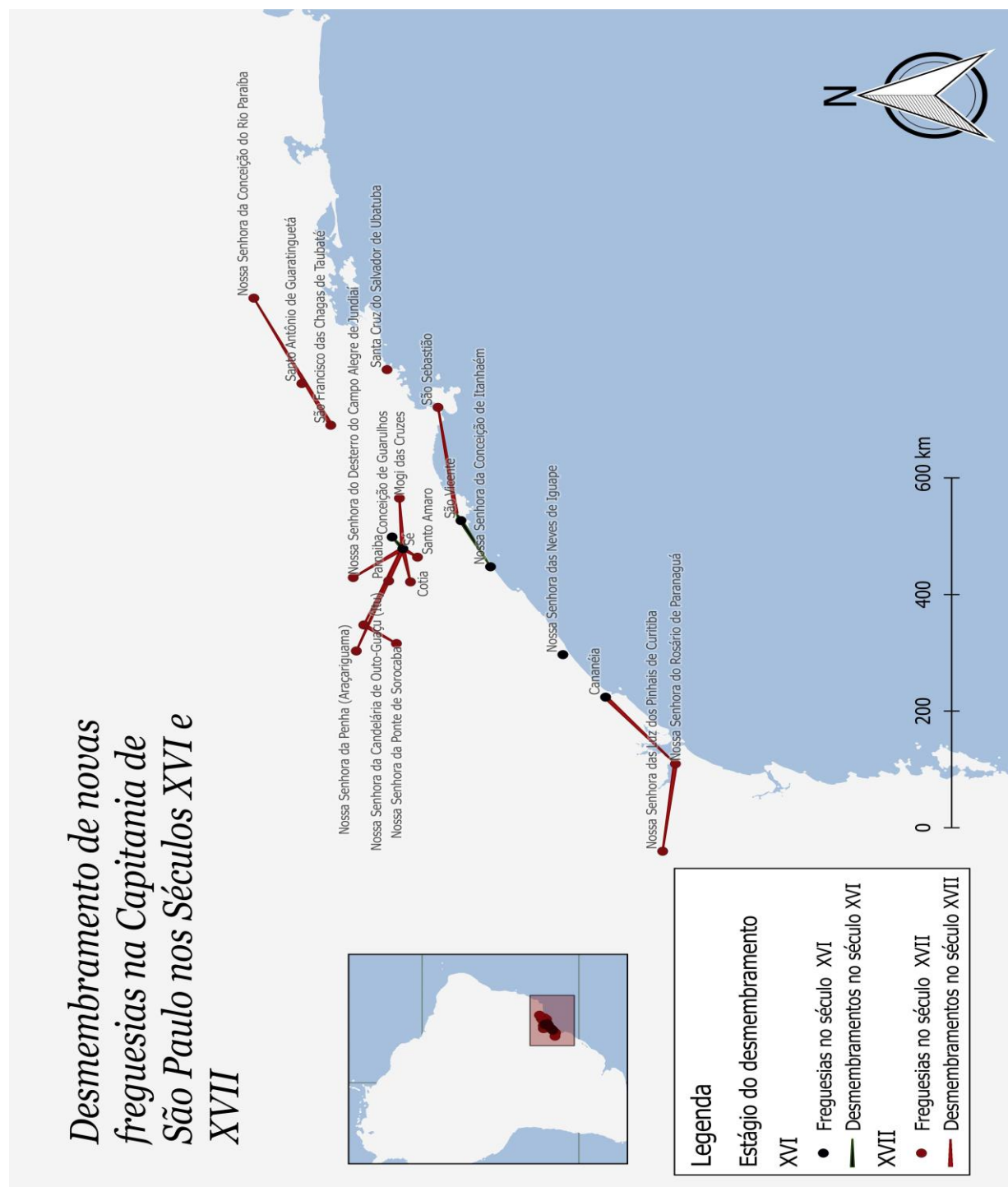
⁵² FRIDMAN, Natalia. “Freguesias fluminenses ao final do setecentos” in *Revista do ieb*, n.48, março de 2009, pp. 91-143.

⁵³ ANTONIL, André João. “Cultura e opulência do Brasil pelas minas do Ouro” in *Cultura e opulência do Brasil etc all*; Lisboa, 1711 [Rio de Janeiro, 1921. Prefácio de Affonso Taunay], p.86.

e ilustram o processo de ocupação das fronteiras meridionais, tal como a secularização das missões jesuíticas ali existentes⁵⁴ (Mapa 1).

⁵⁴ ARAÚJO, José de Souza Azevedo Pizarro. *Memórias Históricas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1820; RUBERT, Arlindo. *A Igreja no Brasil*, 4 vols. Santa Maria: Editora Pallotti, 1981-1993; MADRE DE DEUS, Frei Gaspar. *Memórias para a História da capitania de São Vicente*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1975; ALMEIDA, Pedro Taques. *História da capitania de São Vicente*. Brasília: Edições do Senado, 2014; SANTOS, Antônio Alves Ferreira dos. *A Archidiocese de S. Sebastião do Rio de Janeiro. Subsídio para a história eclesiástica do Rio de Janeiro, capital do Brasil*. Rio de Janeiro: Typographia Leuzinger, 1914; Relatórios de “Visita ad limina apostolorum, sancti Sebastiani, vulgo, Rio de Janeiro”. (Archivio Segreto Vaticano, Congregazione del Concilio, *Relationes Dioecesium*, 729 – Sebastiani (s.) Flum. Jan.); AHSP- Registro Geral da Câmara de São Paulo, vols. IV, VI, IX; ACMSP-Pastorais Antigas, século XVIII, cota 2-3-26; ACMSP-Registro das provisões e alvarás régios referentes à criação do bispado de São Paulo e ordens dos excelentíssimos bispos diocesanos (1746-1842), cota 1-2-39; Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo. Disponível online por meio do endereço: <http://bibdig.biblioteca.unesp.br/handle/10/57>; Relação Geral da Diocese de S. Paulo, suas comarcas, freguezias, congruas, uzos e costumes (1777). *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, vol. 4 (1898-1899); OFÍCIO do Bispo de São Paulo, D. Frei Manuel da Ressurreição, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, enviando uma relação geral da Diocese de São Paulo com suas comarcas, freguesias, congruas, rendimentos e benesses, conforme lhe fora solicitado por provisão expedida pelo Tribunal da Mesa da Consciência e Ordens. Anexo: relação geral da diocese de São Paulo e suas comarcas, relação das congruas do Bispo de São Paulo e demais dignidades, ofício. AHU-São Paulo, cx. 7, doc. 470.

Mapa 1 – Freguesias criadas em São Paulo nos séculos XVI-XVII



Fontes: ARAÚJO, José de Souza Azevedo Pizarro. Memórias Históricas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1820; RUBERT, Arlindo. A Igreja no Brasil, 4 vols. Santa Maria: Editora Pallotti, 1981-1993; MADRE DE DEUS, Frei Gaspar. Memórias para a História da capitania de São Vicente. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1975; ALMEIDA, Pedro Taques. História da capitania de São Vicente. Brasília: Edições do Senado, 2014; SANTOS, Antônio Alves Ferreira dos. A Archidiocese de S. Sebastião do Rio de Janeiro. Subsídio para a história eclesiástica do Rio de Janeiro, capital do Brasil. Rio de Janeiro: Typographia Leuzinger, 1914; Cartografia: Laboratório de História Social, UnB.

Diferentemente do ocorrido nas regiões mineiras, as paróquias erigidas em São Paulo no setecentos eram de natureza colada, ou seja, eram providas com párocos “perpétuos” e, por conseguinte, o período de mobilidade das freguesias limitou-se ao tempo das bandeiras⁵⁵. Essa especificidade da comarca eclesiástica paulista reside na necessidade de, em primeiro lugar, assegurar definitivamente o povoamento da região, já que todo o escoamento da produção aurífera e o abastecimento das Gerais passavam pelas rotas que emergiam da vila, e em segundo lugar, no controle dos paulistas pelas autoridades metropolitanas⁵⁶. Outro aspecto que nos parece ter sido decisivo para a colação das paróquias em São Paulo foi a constituição do sistema de dízimos eclesiásticos tendo em vista o progressivo desenvolvimento da capitania⁵⁷, aspecto que deve ser questionado e aprofundado por meio de um estudo detalhado sobre a arrecadação dos dízimos em São Paulo.

A coleta do dízimo, assim como o provimento e criação de paróquias, era um atributo do poder monárquico e refletia diretamente na atuação dos bispos e na política de expansão da malha eclesiástica colonial. Entretanto, as freguesias paulistas foram instituídas, coladas e providas pelo prelado. Tal fato foi confirmado pelas *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia* – publicadas em 1707 – no livro III, título XXII:

“atendendo mais ao útil das igrejas e bem de seus vassallos do que a este seu supremo domínio, e querendo em tudo conformar-se com o que dispõe o sagrado Concílio Tridentino, concede aos bispos a faculdade de proverem as igrejas, precedendo concurso a elas para que sejam providas de párocos idôneos e dignos de exercitarem as gravíssimas obrigações do ofício pastoral [...] ordenamos e mandamos que, em qualquer tempo que vagarem as igrejas paroquiais por qualquer modo e via que seja, se ponham em concurso por édito público para serem providas [...] os quais serão examinados ao menos por três examinadores [...] nas matérias necessárias para a cura das almas [...] e dos aprovados escolheremos o mais digno”⁵⁸

⁵⁵ ABREU, J. Capistrano. O sertão in _____. *Capítulos de História Colonial*. Brasília: Conselho Editorial do Senado Federal (Biblioteca Brasflica), 1998, pp. 107-182.

⁵⁶ PRADO JR, Caio. “O fator geográfico na formação e no desenvolvimento da cidade de São Paulo” in *Evolução política do Brasil e outros estudos*. 3ª edição. São Paulo: Editora Brasiliense, 1961.

⁵⁷ OLIVEIRA, Oscar de. Os dízimos eclesiásticos do Brasil nos períodos da Colônia e Império in BARBOSA, Waldemar de Almeida. *História de Minas*. Belo Horizonte: Comunicação, 1979.

⁵⁸ VIDE, Sebastião Monteiro. CONSTITUIÇÕES PRIMEIRAS DO ARCEBISPADO DA BAHIA, Livro III, Título XXII – Do provimento das igrejas. São Paulo: Edusp, 2010. (Estudo introdutório e organização da edição por Bruno Feitler e Evergton Sales Souza). Sobre as freguesias mineiras Cf. FONSECA, Cláudia Damasceno. *Arraiais e vilas d’el rei. Espaço e poder nas Minas setecentistas*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011, pp. 82-130; _____. Freguesias e capelas: instituição e provimento de igrejas em Minas Gerais” in FEITLER, Bruno; SOUZA, Evergton Sales (orgs.). *A igreja no Brasil. Normas e práticas durante a vigência das Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*. São Paulo: Editora UNIFESP, 2011, pp.425-452.

Conforme as estruturas do poder eclesiástico se enraizavam, os vínculos do prelado em redes de influência se expandiam, pois os bispos delegavam a jurisdição paroquial a clérigos de sua confiança para administrarem os sacramentos e ensinarem a doutrina aos fregueses. Além disso, “o pároco contava com poderes reconhecidos pelo direito canônico para admoestar, multar e excluir da igreja e até expulsar desta, com a ajuda do braço secular. Tudo isto sem prejudicar os procedimentos canônicos normais”⁵⁹. O caráter jurídico das freguesias, aliado à sua territorialidade, permitiu aos bispos a salvaguarda da sua autoridade nos povoados mais remotos da América portuguesa, seja por meio da leitura e divulgação das cartas pastorais, seja pelo recebimento de denúncias que seriam encaminhadas ao vigário da vara que possuía jurisdição sobre a freguesia⁶⁰. A estrutura diocesana funcionava (institucionalmente) de modo coeso, ainda que usurpações de jurisdição entre os membros do clero secular ocorressem como o demonstra, por exemplo, a longa contenda travada entre o vigário da vara paulista, o padre André Baruel, e o vigário da igreja matriz, o padre Bento Curvelo Maciel⁶¹.

Concomitante à nomeação de clérigos da confiança do bispo para assumirem as paróquias existentes (em caso de vacância) e as recém-criadas em São Paulo, os conflitos em torno dos arraiais na zona mineradora se intensificaram, assim como a política episcopal para a região⁶². Alguns incidentes de pequenas proporções em torno do estabelecimento dos arraiais serviram de estopim para a Guerra dos Emboabas, ocorrida entre 1707 e 1709, e a disputa pela jurisdição da zona mineradora – englobando a questão de cargos, distribuição das terras e privilégios junto à Coroa. Procurando negar a jurisdição paulista, os emboabas (reinóis, baianos e mineiros) nomearam para governador da capitania de Minas Gerais, Manuel Nunes Viana, um potentado administrador de currais e mercador em Caeté. Este procurou salvaguardar os caminhos para as minas e resolver a situação diplomaticamente junto à Coroa portuguesa por meio do procurador dos moradores das minas, Frei Francisco de Meneses, em Lisboa⁶³.

⁵⁹ LONDOÑO, Fernando Torres (org.) *Op. Cit.*, 1997, pp.63.

⁶⁰ Idem, pp. 58, seguintes.

⁶¹ ACMSP – PGA, crime, São Paulo, século XVIII, 1700-1745, cx. 47, processo n.2.

⁶² CAMARGO, Paulo Florêncio. *Op. Cit.*, tomo III, 1954, pp. 128-129.

⁶³ ROMEIRO, Adriana. *Paulistas e Emboabas no coração das Minas. Ideias, práticas e imaginário político no século XVIII*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008; BICALHO, Maria Fernanda; SOUZA, Laura de Mello. *1680-1720. O império deste mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, pp. 63-69.

Contrapondo-se à organização administrativa emboaba, a Câmara de São Paulo decidiu nomear Amador Bueno da Veiga como capitão-mor das tropas paulistas que marchariam até as minas para reaver os “direitos de sua gente sobre aquele território, ‘nossa conquista’”⁶⁴. Ainda que o embate entre paulistas e emboabas tivesse ocorrido no plano jurídico, alguns confrontos armados aconteceram como, por exemplo, o famoso episódio do Capão da Traição em que as tropas paulistas foram rendidas e dizimadas no Arraial Novo (futura freguesia de São João Del Rei)⁶⁵. O desfecho do conflito aconteceu após a tentativa malograda do governador fluminense, Fernando Martins Mascarenhas, em controlar os revoltosos e por meio da diplomacia de Nunes Viana que alegou proteger os interesses metropolitanos na América, ameaçados pelos paulistas que eram conhecidos pela autonomia e o desrespeito às leis régias⁶⁶.

A disputa pelo controle do aparato jurídico-administrativo das Gerais representou um momento de inflexão no enraizamento das estruturas do poder eclesiástico fluminense em São Paulo, uma vez que a instabilidade sociopolítica no interior da diocese e os inúmeros esforços para que a situação fosse controlada, resultou na expansão do aparato jurídico-administrativo diocesano no sentido: cidade episcopal – > freguesias mineiras. Arlindo Rubert ressalta a criação de 23 paróquias em todo bispado do Rio de Janeiro, sendo 17 nas Minas Gerais, durante as duas primeiras décadas do século XVIII. Monsenhor Pizarro amplia o número e afirma que D. Francisco de São Jerônimo fundou – com o intuito de preservar a jurisdição episcopal fluminense na zona aurífera – 40 freguesias na região⁶⁷. Apesar da incongruência dos dados, podemos afirmar que era inquestionável a importância das freguesias mineiras e, por conseguinte, a instabilidade da geografia eclesiástica em São Paulo.

⁶⁴ TAUNAY, Afonso. *História da cidade de São Paulo*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2004.

⁶⁵ FIGUEIREDO, Luciano. O império em apuros. Notas para o estudo das alterações ultramarinas e das práticas políticas no império colonial português (séculos XVII e XVIII) in FURTADO, Júnia (org.) *Diálogos Oceânicos. Minas Gerais e as novas abordagens para uma história do império ultramarino português*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2001, pp. 197-254; ROMEIRO, Adriana. *Op. Cit.*, 2008.

⁶⁶ ROMEIRO, Adriana. Revisitando a Guerra dos Emboabas: práticas políticas e imaginário nas Minas setecentistas in BICALHO, Maria Fernanda; FERLINI, Vera Lucia Amaral (orgs.) *Modos de Governar. Ideias e práticas políticas no Império português, séculos XVI a XIX*. São Paulo: Alameda, 2005; BOXER, Charles. *A idade do Ouro no Brasil. Dores do crescimento de uma sociedade colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000. Sobre a *legenda negra* paulista Cf. SOUZA, Laura de Mello. “Vícios, virtudes e sentimento regional: São Paulo, da lenda negra à lenda áurea” in *Revista de História*, vols. 142-143, 2000, pp. 261-276.

⁶⁷ MARX, Murilo. *Nosso chão: do sagrado ao profano*. São Paulo: EDUSP, 2003 (sobretudo os dois primeiros capítulos); FERREIRA, Fernanda Vinagre. *Op. Cit.*, 2016 (Dissertação de Mestrado).

A aura sacra fames e o aumento do refluxo populacional na vila pelos paulistas após o término das hostilidades impulsionaram a ocupação do território ao sul da capitania, especialmente as vilas de Curitiba e Paranaguá, que acabaram por apresentar novos núcleos de exploração aurífera⁶⁸. A ocupação meridional da capitania de São Paulo, seguida da elaboração de um projeto consistente de povoamento e de desenvolvimento da região por parte do governador-geral, Rodrigo de César Meneses em 1725, apresentava inúmeras vantagens para a administração paulista, já que o povoamento efetivo permitiria o controle sobre os dízimos, a courama, o domínio sobre a campanha em torno da Colônia do Sacramento, a militarização das fronteiras da capitania e a fiscalização do trânsito de pessoas para os veios auríferos recém descobertos⁶⁹. Os novos núcleos populacionais atraíram a atenção de mercadores adventícios de outras partes da Colônia que visando o enriquecimento junto ao mercado abastecedor mineiro e a ascensão social por meio de privilégios – especialmente os eclesiásticos e inquisitoriais – estabeleceram moradia nos sertões da capitania⁷⁰.

Certamente, os conflitos em torno da zona aurífera promoveram o desenvolvimento de São Paulo e uma maior dinamização da região. Aspecto recém abordado pela historiografia, que por muito tempo defendeu a hipótese da decadência paulista após a descoberta dos veios auríferos. Devemos salientar que a concepção de uma decadência em detrimento do desenvolvimento paulista se assentou na análise teórico-metodológica “positivista”, cujo posicionamento argumentativo nos remete às obras de Afonso Taunay e aos discursos das autoridades da época que lamentavam o abandono das lavouras por conta da fuga dos agricultores para os arraiais mineradores⁷¹. Contudo, a documentação não apresenta vestígio algum de decadência e acaba por demonstrar o intenso fluxo populacional e o redimensionamento das condições socioeconômicas da capitania. Não obstante, as décadas iniciais dos setecentos seriam marcadas por transformações em todo o império português e pela necessidade de se

⁶⁸ BOXER, Charles. *Op. Cit.*, 2000.

⁶⁹ BACELLAR, Carlos de Almeida Prado; GOLDSCHMIDT, Eliana Réa; NEVES, Luciana M. Bastos. *Op. Cit.*, 2008, pp. 94.

⁷⁰ BLAJ, Ilana. *A trama das tensões: o processo de mercantilização de São Paulo Colonial (1681-1721)*. São Paulo: USP, 1995 (Tese de doutoramento); BORREGO, Márcia Aparecida. *A teia mercantil: negócios e poderes em São Paulo Colonial (1711-1765)*. São Paulo: USP, 2007. (Tese de doutoramento); LEME, Pedro Taques de Almeida. *História da capitania de São Vicente*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial: 2004, pp. 63, seguintes.

⁷¹ ANHEZINI, Karina. “Um metódico à brasileira: a escrita da história de Afonso de Taunay” in *Revista de História*, 160, 1º semestre de 2009, pp. 221-260; SILVA, Maria Beatriz Nizza (Org.); BACELLAR, Carlos de Almeida Prado; GOLDSCHMIDT, Eliana Réa; NEVES, Luciana M. Bastos. *Op. Cit.*, 2008.

repensar o projeto colonizador e a atuação dos agentes eclesiásticos e metropolitanos no além-mar⁷².

A consolidação do povoamento em São Paulo, que desde as décadas finais dos seiscentos apresentou um aumento populacional de 425% segundo cifras apresentadas por Maria Luíza Marcilio⁷³, concretizou o enraizamento da estrutura jurídico-administrativa episcopal fluminense nos limites meridionais e, por conseguinte, o redimensionamento da jurisdição do vigário da vara por meio da criação de novas comarcas eclesiásticas⁷⁴. Infelizmente, as estimativas populacionais para o período são incertas devido à inexistência de um corpus documental consistente e fiável, porém, alguns parâmetros sobre a demografia da diocese fluminense e, consequentemente, do Centro-Sul no período em questão, devem ser ressaltados.

As *Notícias do Bispado do Rio de Janeiro*, oriunda de uma visita pastoral realizada em 1687, afirmava que a diocese possuía cerca de 35.802 almas comungantes, sendo que 11.578 estariam distribuídas entre as freguesias e capelas da comarca eclesiástica da Sé⁷⁵. Apesar das informações serem relevantes para a compreensão da geografia eclesiástica do Rio de Janeiro, nada nos indica a contabilização de determinados grupos sociais, como indígenas e escravos, o que alteraria e muito os valores obtidos pelo visitador diocesano, se considerarmos que a população paulista era composta, majoritariamente, por indígenas e mamelucos. Estes, segundo Sérgio Buarque de Holanda, correspondiam a 20.150 almas residentes na vila de São Paulo e áreas contíguas, ou seja, aproximadamente 2/3 do conjunto populacional apresentado

⁷² Antônio Rodrigues da Costa, conselheiro ultramarino, em consulta sobre os acontecimentos nas múltiplas partes da Colônia dizia que “as conquistas desse reino se acham em manifesto perigo [...] pela grande inquietação dos ânimos dos seus habitantes, que contra a devida obediência e contra sossego público multiplicam os motins e rebeliões, que são os princípios por onde caminham as Monarquias para suas ruínas” *apud* BICALHO, Maria Fernanda; SOUZA, Laura de Mello. *1680-1720. O império deste mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 61; FIGUEIREDO, Luciano. *Op. Cit.*, 2001.

⁷³ MARCILIO, Maria Luíza. *Crescimento demográfico e evolução agrária paulista: 1700-1836*. São Paulo: Hucitec/Edusp, 2000, p. 71, seguintes.

⁷⁴ ARAÚJO, José de Souza Azevedo Pizarro. *Memórias Históricas do Rio de Janeiro*, tomos IV e V. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1820; SANTOS, Antônio Alves Ferreira dos. *A Archidiocese de S. Sebastião do Rio de Janeiro. Subsídio para a história eclesiástica do Rio de Janeiro, capital do Brasil*. Rio de Janeiro: Typographia Leuzinger, 1914.

⁷⁵ ACMRJ, Série Visita Pastoral, *Notícias do Bispado do Rio de Janeiro (1687)* *apud* FERREIRA, Fernanda Vinagre. *Op. Cit.*, 2016.

por André João Antonil, em 1710, para as freguesias mineradoras sob a cifra de 30.000 almas⁷⁶.

Ciente do aumento populacional e da necessidade de preservar a autoridade régia nas capitanias auríferas, D. João V, em carta régia de 09 de novembro de 1709, separou o governo secular das capitanias de São Paulo e Minas Gerais daquela do Rio de Janeiro, sob o pretexto de alcançar uma melhor administração da justiça e “evitar os descaminhos que se cometem no pagamento dos quintos do ouro”⁷⁷. Posteriormente, escreveu ao governador da capitania de São Paulo e Minas do Ouro, Antônio de Albuquerque Coelho e Carvalho, pedindo que lhe informasse sobre o número de párocos que haviam na capitania, assim como procedesse junto ao bispo, D. Francisco de São Jerônimo, sobre a criação de três comarcas eclesiásticas na região das Gerais (Rio das Velhas, Rio das Mortes e Ouro Preto)⁷⁸. À mesma época, elevava-se a freguesia de Nossa Senhora do Rosário de Paranaguá ao foro de comarca eclesiástica, cuja jurisdição correspondia aos atuais estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul⁷⁹. O território do futuro bispado de São Paulo adquiria seus contornos jurídicos por meio das três comarcas eclesiásticas existentes na espacialidade da comarca diocesana paulista: São Paulo, Santos e Paranaguá (Mapa 2).

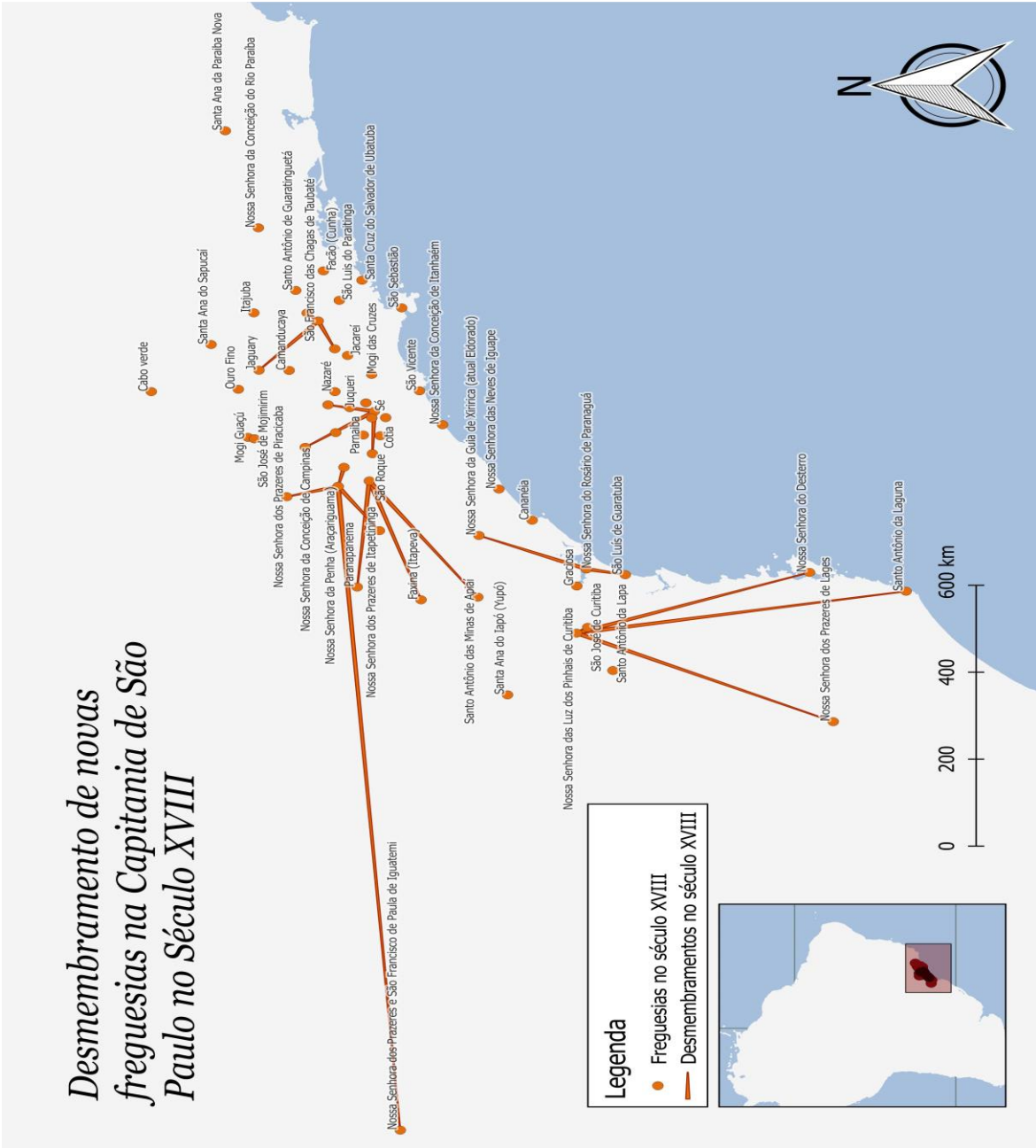
⁷⁶ ANTONIL, André João. "Cultura e opulência do Brasil pelas minas do Ouro" in *Cultura e opulência do Brasil etc all*; Lisboa, 1711 [Rio de Janeiro, 1921. Prefácio de Affonso Taunay]; HOLANDA, Sérgio Buarque. *Movimentos da população em São Paulo no século XVIII* in *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, n.1, 1966, pp. 86-88. Sobre os indígenas em São Paulo e sua relação com o clero regular: MONTEIRO, John. *Negros da Terra. Índios e Bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

⁷⁷ Carta régia de 09 de novembro de 1709 in *Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo*, vol. 47, pp. 65-66. Heloísa Liberalli Belotto realiza uma análise da evolução sociopolítica da capitania de São Paulo nos setecentos Cf. BELOTTO, Heloísa Liberalli. *Autoridade e conflito no Brasil Colonial. O governo do Morgado de Mateus em São Paulo (1765-1775)*. 3ª edição revista, São Paulo: Alameda, 2011, pp. 21-44.

⁷⁸ AHU - PROVISÃO régia pela qual se ordenou ao Governador de São Paulo e Minas que informasse sobre o número de párocos que havia na Capitania e dos que eram necessários para as novas povoações. Anexa ao n.º 3455 (AHU_CU_017-01, Cx. 16, D. 3463).

⁷⁹ *Relação Geral da Diocese de S. Paulo, suas comarcas, freguezias, congruas, uzos e costumes (1777)*. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, vol. 4 (1898-1899).

Mapa 2 – Freguesias criadas em São Paulo no século XVIII



Fontes: ARAÚJO, José de Souza Azevedo Pizarro. *Memórias Históricas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1820; RÜBERT, Arlindo. *A Igreja no Brasil*, 4 vols. Santa Maria: Editora Pallotti, 1981-1993; MADRE DE DEUS, Frei Gaspar. *Memórias para a História da capitania de São Vicente*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1975; ALMEIDA, Pedro Taques. *História da capitania de São Vicente*. Brasília: Edições do Senado, 2014; SANTOS, Antônio Alves Ferreira dos. *A Archidiocese de S. Sebastião do Rio de Janeiro*. Subsídio para a história eclesialística do Rio de Janeiro, capital do Brasil. Rio de Janeiro: Typographia Leuzinger, 1914; Cartografia: Laboratório de História Social, UNB.

O bispo, em relatório *ad limina* de janeiro de 1713, informava ao sumo pontífice que sua diocese era composta por três cidades (São Paulo, Rio de Janeiro e Vitória), trinta e seis vilas e setenta e cinco paróquias. Estas, segundo D. Francisco de São Jerônimo, eram muito distantes e a população muito dispersa pelo território da jurisdição paroquial. Características que segundo ele, não inviabilizaram a administração diocesana⁸⁰. Obviamente, a extensão do bispado fluminense impôs limites à realização de uma administração uniforme e eficaz por parte do clero secular sob a administração do prelado, sobretudo em São Paulo, cujos camarários discutiam recorrentemente sobre a realização parcial das atividades espirituais e a precariedade do clero secular local nas sessões da Câmara⁸¹. Contudo, os bispos procuraram se fazer presentes por meio da atuação da vigararia da vara e da realização de visitas pastorais pelas paróquias contíguas à freguesia da Sé. A ausência não era generalizada, mas devemos enfatizar que a afirmação dos redatores da relação *ad limina* extrapolava os limites da “realidade fluminense” no que se referia à administração episcopal⁸².

Entre os anos finais do episcopado de D. Francisco de São Jerônimo e a criação da diocese paulista, ocorreu uma diminuição na criação de freguesias e a comarca eclesiástica de Paranaguá teve, apenas, quatro paróquias criadas: Santo Antônio da Laguna (1714); Nossa Senhora do Desterro (1714); Nossa Senhora Mãe dos Homens de Aratiguaba (1721) e Mogi-Guaçu (1728)⁸³. As novas unidades paroquiais ilustravam os

⁸⁰ As visitas *ad limina* apostolorum tem por objetivo informar regularmente ao Sumo Pontífice sobre a situação temporal e espiritual das paróquias inscritas numa determinada diocese. Sobre as visitas *ad limina* cf. NOGUEIRA, Patrícia Moreira. “Considerações sobre os relatórios das visitas *ad limina* apostolorum do bispado de Pernambuco (1680-1746): aspectos historiográficos” in *Fontes*, n.2, 2015-1, pp.1-50; ORTIZ, Maria Milagros Carcel. “Documentos de visita *ad limina* en el archivo de la Cathedral de Valencia”; Relatório de visita *ad limina* do bispo do Rio de Janeiro D. Francisco de São Jerônimo, realizado por seu procurador Simonem Soeiro de Azevedo e datado de janeiro de 1713 [data em que o documento foi registrado na chancelaria apostólica do Vaticano]. *Archivio Segreto Vaticano, Congregazione del Concilio, Relationes Dioecesium*, 729 – *Sebastiani (s.) Flum. Jan.*

⁸¹ Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo, vols. 11, 20, 47 e 54. Disponível online por meio do endereço: <http://bibdig.biblioteca.unesp.br/handle/10/57>.

⁸² Relatório de visita *ad limina* do bispo do Rio de Janeiro D. Francisco de São Jerônimo, realizado por seu procurador Simonem Soeiro de Azevedo e datado de janeiro de 1713 [data em que o documento foi registrado na chancelaria apostólica do Vaticano]. *Archivio Segreto Vaticano, Congregazione del Concilio, Relationes Dioecesium*, 729 – *Sebastiani (s.) Flum. Jan.*

⁸³ ARAÚJO, José de Souza Azevedo Pizarro. *Memórias Históricas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1820; RUBERT, Arlindo. *A Igreja no Brasil*, 4 vols. Santa Maria: Editora Pallotti, 1981-1993; MADRE DE DEUS, Frei Gaspar. *Memórias para a História da capitania de São Vicente*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1975; ALMEIDA, Pedro Taques. *História da capitania de São Vicente*. Brasília: Edições do Senado, 2014; SANTOS, Antônio Alves Ferreira dos. *A Archidiocese de S. Sebastião do Rio de Janeiro. Subsídio para a história eclesiástica do*

interesses eclesiásticos e seculares em assegurar as fronteiras ao sul do bispado por meio da expansão da jurisdição eclesiástica e civil, assim como a preservação do direito de posse territorial à Coroa portuguesa⁸⁴. A igreja diocesana transformaria a geografia missionária num território institucionalmente consolidado ao sul e, por conseguinte, viabilizaria o *uti possidetis* religioso na região durante os debates em torno das questões de limites entre Portugal e Espanha⁸⁵. No âmbito eclesiástico, as fronteiras ao sul suscitariam diversos conflitos entre os bispos paulistas e fluminenses pelo exercício do poder episcopal nas freguesias e comarcas fronteiriças entre as dioceses de São Paulo e Rio de Janeiro.

Constituiu-se um novo eixo de irradiação da malha eclesiástica fluminense que iria até os confins da América portuguesa. O período compreendido entre 1710-1745 representou um momento de proliferação de paróquias encomendadas pelo espaço diocesano e subdiocesano do Rio de Janeiro⁸⁶. Podemos correlacionar o aumento na fundação de paróquias encomendadas como uma tentativa crescente dos bispos em preservar a sua jurisdição e autoridade diante do regalismo monárquico que adquiria contornos sólidos e, por conseguinte, se transformaria no cerne da política josefina. Competiria aos mecanismos da justiça eclesiástica assegurar o poder episcopal e

Rio de Janeiro, capital do Brasil. Rio de Janeiro: Typographia Leuzinger, 1914. Fontes manuscritas: Os relatórios de “Visita ad limina apostolorum, sancti Sebastiani, vulgo, Rio de Janeiro”. (Archivio Segreto Vaticano, Congregazione del Concilio, Relationes Dioecesium, 729 – Sebastiani (s.) Flum. Jan.); AHSP-Registro Geral da Câmara de São Paulo, vols. IV, VI, IX; ACMSP-Pastorais Antigas, século XVIII, cota 2-3-26; ACMSP-Registro das provisões e alvarás régios referentes à criação do bispado de São Paulo e ordens dos excelentíssimos bispos diocesanos (1746-1842), cota 1-2-39; Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo. Disponível online por meio do endereço: <http://bibdig.biblioteca.unesp.br/handle/10/57>; Relação Geral da Diocese de S. Paulo, suas comarcas, freguezias, congruas, uzos e costumes (1777). Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, vol. 4 (1898-1899); OFÍCIO do Bispo de São Paulo, D. Frei Manuel da Ressurreição, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, enviando uma relação geral da Diocese de São Paulo com suas comarcas, freguesias, cõngruas, rendimentos e benesses, conforme lhe fora solicitado por provisão expedida pelo Tribunal da Mesa da Consciência e Ordens. Anexo: relação geral da diocese de São Paulo e suas comarcas, relação das cõngruas do Bispo de São Paulo e demais dignidades, ofício. AHU-São Paulo, cx. 7, doc. 470.

⁸⁴ JARDIM, Caio. “São Paulo no século XVIII” in *Revista do Arquivo Municipal de São Paulo*. São Paulo: vol. XLI, ano IV, 1937; pp. 170-173

⁸⁵ KANTOR, Iris. “Cartografia e diplomacia: usos geopolíticos da informação toponímica (1750-1850)” in *Anais do Museu Paulista*. São Paulo, vol.17, n.02, jul/dez. 2009, pp. 39-61.

⁸⁶ Paróquias ou freguesias encomendadas consistiam em unidades eclesiásticas administradas por um vigário temporário, ou seja, ficava a critério do bispo nomear e desapropriar do cargo os párocos encomendados. Estes eram sustentados pela comunidade de fieis por meio das conhecenças e emolumentos cf. LONDOÑO, Fernando. *Op. Cit.*, 1997, pp. 59-60. Sobre a criação de paróquias e nomeação do corpo clerical cf. NEVES, Guilherme Pereira das. *E Receberá Mercê: A Mesa da Consciência e Ordens e o Clero Secular no Brasil, 1808-1828*, Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1997, p.68, seguintes.

consolidar o espaço diocesano em São Paulo por meio das visitas pastorais e o conhecimento da situação das freguesias e fiéis sob a administração fluminense.

B) As visitas pastorais em São Paulo: cronologia

A realização das visitas pastorais em São Paulo acompanhou o estabelecimento das estruturas do poder episcopal na região e remete aos primórdios da atuação do clero secular na capitania. Mecanismo de afirmação da autoridade episcopal, as visitas evidenciavam a dimensão jurídico-administrativa da Igreja Católica em território colonial e, sobretudo após o Concílio de Trento, prefiguraram como uma primeira malha na vigilância comportamental de clérigos e leigos⁸⁷. As principais linhas de ação das visitas diocesanas nos séculos XVII e XVIII para Portugal e, em certa medida, para as dioceses coloniais eram, segundo José Pedro Paiva, a afirmação da autoridade episcopal; a difusão das resoluções tridentinas; a uniformização das práticas litúrgicas e de culto; normatizar os costumes em conjunto com a Inquisição, confessores e missionários, e exercer justiça em casos de delitos morais, sociais e fé⁸⁸.

É interessante notar que, apesar das linhas de ação das visitas pastorais serem comuns no mundo português, outros fatores interferiam nos procedimentos visitacionais, como o contexto paroquial local em suas múltiplas dimensões, a atuação específica de cada visitador, a política episcopal e atuação da Igreja materializada nas prerrogativas de cada prelado, as interrelações entre as esferas jurisdicionais (episcopal, inquisitorial e civil) e as relações estabelecidas entre a população e a instituição da visita⁸⁹. Nesse sentido, seria equivocado refletir sobre as visitas pastorais nas diferentes dioceses coloniais considerando apenas as linhas de ação definidas pelo corpus normativo, já que em cada bispado as intenções do prelado e oficialato episcopal eram diferentes como, por exemplo, a dimensão catequética nas visitas pernambucanas⁹⁰.

A documentação produzida nos permite entrever as múltiplas dimensões da instituição da visita, assim como os procedimentos realizados pelos visitantes, e se divide em três livros distintos: os livros de capítulos, no qual o visitador registrava suas ordens de reforma geral da freguesia, tais como admoestações comportamentais e

⁸⁷PAIVA, José Pedro. "Visitações" in AZEVEDO, Carlos Moreira (dir.) *Dicionário de História Religiosa de Portugal*. Rio do Mouro: Círculo de Leitores, 2000, pp.365-370.

⁸⁸ Idem; ibidem.

⁸⁹ CARVALHO, Joaquim Ramos; PAIVA, José Pedro. "A evolução das visitas pastorais da diocese de Coimbra nos séculos XVII e XVIII" in *Ler História*, n.15, 1989, pp.29-41.

⁹⁰ FEITLER, Bruno. *Op. Cit.*, 2007, pp. 24-33.

disposições sobre o funcionamento da igreja paroquial. Este livro era numerado e assinado pelo provisor do bispado e, posteriormente, enviado à câmara episcopal para registro e arquivamento. Os capítulos da visita eram trasladados para os livros de tombo das paróquias para que os párocos cumprissem com as ordens passadas pelo visitador para o bom governo paroquial; os livros de termos, onde os acusados em visita assinavam as suas confissões perante o visitador ou as suas recusas de culpa e, ocasionalmente, pagavam multas, e os livros de devassas, em que se transcreviam os testemunhos dos paroquianos, as sentenças do visitador para cada pessoa denunciada ou confessada e o termo de encerramento da visita⁹¹. Estes acompanhavam o visitador ao longo de todo procedimento visitacional.

As devassas eclesiásticas eram inquirições realizadas no âmbito das visitas que consistiam no recebimento, por parte do visitador, de denúncias e/ou confissões sobre pecados públicos cometidos por clérigos e leigos residentes na freguesia visitada. Os testemunhos recebidos pela comitiva episcopal referiam-se aos delitos listados no edital da visitação em seus quarenta títulos⁹². Podemos classificar as faltas listadas em três grupos: 1) faltas contra a fé (heresia, apostasia, feitiçaria, posse e leitura de livros proibidos, bigamia); 2) faltas contra a ortodoxia que competiam à alçada episcopal envolvendo clérigos e leigos (simonia, sacrilégio, alcouce, concubinato, usura, bestialidade, etc.) e 3) faltas cometidas em relação ao comportamento e atuação do corpo clerical. Contudo, devemos enfatizar que nem sempre os testemunhos (denúncias ou confissões) geravam processos-crimes, excetuando-se aqueles delitos em que o visitador obtivesse provas suficientes para a abertura do processo junto à vigararia da vara e ultrapassasse a sua jurisdição.

Infelizmente, no que toca a documentação judicial produzida pelos visitantes da comarca eclesiástica paulista, pouco se conhece para o período setecentista, já que os livros de devassas deveriam ser entregues ao tribunal episcopal para a continuação dos procedimentos judiciais, o que nos leva a crer na existência de vestígios em meio à documentação fluminense. Ausência que não nos impossibilita de realizar uma análise

⁹¹ CARVALHO, Joaquim Ramos. *Op.Cit.*, 1988, pp. 125, seguintes. Sobre as devassas eclesiásticas e a potencialidade da documentação para as pesquisas históricas cf. SOUZA, Laura da Mello. “As devassas eclesiásticas da arquidiocese de Mariana: fonte primária para a História das Mentalidades” in *Anais do Museu Paulista*. São Paulo: USP, Museu Paulista, t. XXXIII, 1984, pp. 65-73.

⁹² REGIMENTO DO AUDITÓRIO ECLESIÁSTICO DA BAHIA (1704), título VIII – Dos visitantes e do que a seu ofício pertence in VIDE, Sebastião Monteiro. *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*. São Paulo: Edusp, 2010. (Estudo introdutório e organização da edição por Bruno Feitler e Evergton Sales Souza), pp. 836-840.

das visitas pastorais empreendidas em São Paulo por meio das cartas pastorais e capítulos de visitas que subsistiram nos livros tombo das paróquias paulistas, assim como alguns processos-crimes que foram julgados em primeira instância pelo vigário da vara de São Paulo e por meio dos registros na documentação camarária⁹³. Apesar de termos indícios de visitas em algumas freguesias paulistas, especialmente na freguesia da Sé, no período anterior à criação do bispado do Rio de Janeiro, as informações que subsistiram são esparsas como, por exemplo, a nomeação do vigário da vara de São Paulo, padre Mateus Nunes de Siqueira, como visitador diocesano pelo prelado, Manoel de Sousa Almada, entre os anos de 1674-1675⁹⁴.

D. José de Barros Alarcão (1682-1700), o primeiro bispo fluminense, realizou pelo menos uma visita às paróquias da vila de São Paulo e vale do Parnaíba entre 1683 e 1684. Esta resultou, como vimos anteriormente, na permanência do prelado nos campos de Piratininga por três anos e nas inúmeras queixas dos camarários fluminenses e fiéis sobre a ausência de Alarcão da sede diocesana. Antes de regressar a Lisboa, o prelado mandou um visitador delegado, o padre João da Rocha Moreira, às freguesias “da marinha” (Santos, São Vicente, São Sebastião, Santa Cruz do Salvador de Ubatuba), cujo início da visita seria a igreja matriz da praça de Santos⁹⁵. Seu sucessor, D. Frei Francisco de São Jerônimo (1700-1725) chefiou várias visitas em consonância com a estruturação da malha eclesiástica em nível subdiocesano nas freguesias de São Paulo e, principalmente, nas Minas Gerais⁹⁶. Apesar dos vestígios documentais sobre as visitas realizadas por D. Frei Francisco de São Jerônimo serem escassos, encontramos informações a respeito do empreendimento de quatro visitas pastorais nas freguesias da comarca eclesiástica de São Paulo, entre 1714-1723, realizadas pelo bispo

⁹³ ACMSP-Pastorais Antigas, século XVIII, cota 2-3-26; ACMSP – PGA, crime, São Paulo, século XVIII, 1700-1745, processos n.21, 28, 67; AHSP- Registro Geral da Câmara de São Paulo, vols. IV, pp. 439-485.

⁹⁴ ACMSP- Livro de tombo da Sé, séculos XVI-XVIII, sem cota; CAMARGO, Paulo Florêncio. *A Igreja na História de São Paulo, 1676-1745*. Tomo III. São Paulo: Instituto Paulista de História e Arte Religiosa, 1954, pp. 05, seguintes.

⁹⁵ CAMARGO, Paulo Florêncio. *A Igreja na História de São Paulo, 1676-1745*. Tomo III. São Paulo: Instituto Paulista de História e Arte Religiosa, 1954, p.40, seguintes.

⁹⁶ Sobre as visitas diocesanas nas Minas Gerais cf. BOSCHI, Caio. “As visitas diocesanas e a Inquisição na Colônia” in *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v.7 n°14, mar. /ago. 1987, pp. 151-184; CRUZ, Elias Felipe de Souza. *As visitas diocesanas nas Minas setecentistas. Poder episcopal e sociabilidade na Comarca do Rio das Mortes durante a primeira metade do século XVIII*. Universidade de Juiz de Fora. Instituto de Ciências Humanas, 2009 (Dissertação de Mestrado); FIGUEIREDO, Luciano Raposo de Almeida. *Barrocas Famílias. Vida familiar em Minas Gerais no século XVIII*. Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 1989 (Dissertação de Mestrado).

e visitantes⁹⁷. Não obstante, devemos enfatizar que o contexto de hostilidade entre paulistas e mineiros pelo controle dos veios auríferos impossibilitou a realização sistemática de visitas nas comarcas do interior da diocese durante o primeiro decênio dos setecentos.

A necessidade de efetivar a ação do clero secular nas áreas afastadas da sede episcopal durante a administração do prelado exigiu maior organização do espaço de exercício do poder eclesiástico em todas as comarcas que compunham a diocese do Rio de Janeiro. A territorialização da malha diocesana em consonância com a realização das visitas contribuiu para a afirmação da autoridade episcopal nas inúmeras paróquias que compunham a comarca eclesiástica de São Paulo e, por conseguinte, originou inúmeros conflitos com os oficiais régios e agentes camarários, devido às correições gerais – inquirição dos camaristas pelo corregedor sobre a ação da Câmara no âmbito de sua jurisdição – que acabavam denunciando os abusos de clérigos e leigos⁹⁸. Conflitos que (no limite) ilustram o processo de construção do espaço diocesano e a confluência entre os foros episcopal e civil característica da organização jurídico-administrativa do antigo regime. Os conflitos em torno da construção do espaço diocesano e a confluência entre os foros podem ser exemplificados pelas inúmeras queixas dos camarários ao ouvidor-geral contra o comportamento do vigário da igreja matriz de São Paulo, padre Bento Curvelo Maciel, em correição realizada em 1721⁹⁹. A convergência entre os poderes no espaço diocesano possibilitou a construção de uma cultura jurídica de complementariedade entre os visitantes e ouvidores, já que as queixas recebidas no âmbito das correições eram remetidas ao visitante ou vigário da vara para a realização dos procedimentos judiciais no foro eclesiástico. Interessante notar que as visitas pastorais acabavam por ter um papel auxiliar à justiça civil, para além da relação

⁹⁷ CAMARGO, Paulo Florêncio. *Op.Cit.*, 1954 (sobretudo o capítulo “Lutas e fatos interessantes”).

⁹⁸ SOUSA, Avante Pereira. “Poder local e autonomia camarária no Antigo Regime: o Senado da Câmara da Bahia (século XVIII)” in BICALHO, Maria Fernanda; FERLINI, Vera Lúcia Amaral (orgs.) *Modos de governar. Ideias e práticas políticas no Império português, séculos XVI a XIX*. São Paulo: Alameda (2ª edição), 2005, pp. 311-326; SOUSA, Avante Pereira. “Poder local e poder eclesiástico na Bahia setecentista: os matizes de uma convivência” in *A igreja no Brasil. Normas e práticas durante a vigência das Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*. São Paulo: Editora UNIFESP, 2011, pp. 111-136.

⁹⁹ Os conflitos entre camarários e o vigário da matriz de São Paulo perdura por, pelo menos, quatro anos e termina com a retirada de todas as queixas sobre o pároco. Infelizmente, não sabemos as motivações que levaram a retirada das denúncias, mas podemos supor que o padre possuía uma rede de influência consistente na vila e seu termo. Entretanto, são apenas conjecturas sobre as inúmeras hipóteses sobre o que levou à absolvição do réu. AHSP – Registro Geral da Câmara de São Paulo (1710-1734), tomo IV, pp. 439-441; 483-485; COELHO, Maria Filomena. *A justiça d'além-mar. Lógicas jurídicas feudais em Pernambuco (século XVIII)*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2009 (sobretudo o capítulo “A separação das jurisdições”).

complementar com o Santo Ofício, por meio da vigilância comportamental de clérigos e leigos que perturbavam a ordem pública¹⁰⁰.

O bispo seguinte, D. Frei Antônio de Guadalupe (1725-1740) estava atento às questões relativas ao bom funcionamento da instituição da visita e o exercício da justiça eclesiástica no disciplinamento social de leigos e clérigos. Nesse sentido, o prelado realizou visitas por todas as freguesias do bispado fluminense num total de 126 paróquias, à exceção da Colônia do Sacramento que se encontrava nas fronteiras meridionais da diocese “e dista[va] trezentas léguas da cidade episcopal”, administrando o sacramento da confirmação a 257 almas¹⁰¹. Este sacramento, cuja competência era exclusiva do bispo, era raro nas dioceses coloniais à exceção (ao que parece) de Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro, uma vez que os prelados não tinham o costume de se aventurar pelos sertões de seus bispados e as sedes vacantes eram constantes¹⁰². Devemos ressaltar que o posicionamento do prelado em relação ao enquadramento tridentino de clérigos e fieis resultou numa ação minuciosa na comarca eclesiástica paulista. Empreendendo sete visitas pastorais nas freguesias de São Paulo e seu termo, o prelado constatou *in loco* a precariedade do clero e o comportamento desviante ao dogma da população sob sua jurisdição¹⁰³.

Advertia, deste modo, em pastoral datada de novembro de 1728, o corpo clerical sobre a necessidade de residência em suas paróquias para melhor exercício do sacerdócio e confissão dos fiéis, assim como do ensino da doutrina e a realização de missas conventuais aos domingos e dias santos¹⁰⁴. Para o prelado “a ignorância que há por estas terras de doutrina cristã [...] que nos move todo o cuidado em desterrá-la, sendo como é precisamente necessária para a salvação” e prossegue

¹⁰⁰ Existe uma vasta produção historiográfica sobre a relação complementar entre as visitas diocesanas e o Santo Ofício português. Sobre a temática cf. PAIVA, José Pedro. “Inquisição e visitas pastorais: dois mecanismos complementares de controle social?” in *Separata da Revista de História das Ideias*. Coimbra: Faculdade de Letras, vol.11, 1989, pp. 85- 102; _____. *Baluartes da fé e da disciplina. O enlace entre a Inquisição e os bispos em Portugal (1536-1750)*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2011; BOSCHI, Caio. “As visitas diocesanas e a Inquisição na Colônia” in *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v.7 n°14, mar. /ago. 1987, pp. 151-184; MONTEIRO, Lucas Maximiliano. *A inquisição não está aqui? A presença do tribunal do Santo Ofício no extremo sul da América portuguesa (1680-1821)*. Porto Alegre: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (UFRGS), 2011 (Dissertação de Mestrado).

¹⁰¹ Relatório de visita *ad limina* do bispo do Rio de Janeiro d. Frei Antônio de Guadalupe, realizado por ele mesmo e datado de novembro de 1728. *Archivio Segreto Vaticano, Congregazione del Concilio, Relationes Dioecesium, 729 – Sebastiani (s.) Flum. Jan.*; SOUZA, Evergton Sales. “D.Fr. Antônio de Guadalupe, um bispo jacobeu no Rio de Janeiro (1725-1740)” in *VS* 22, 2015, pp. 16.

¹⁰² FEITLER, Bruno. *Op. Cit.*, 2007.

¹⁰³ CAMARGO, Paulo Florêncio. *Op.Cit.*, 1954; ARAÚJO, José de Souza Azevedo Pizarro. *Op.Cit.*, 1820.

¹⁰⁴ ACMSP - Pastorais Antigas, cota 2-3-36, documento n.1.

“temos experimentado a soltura como se vive nos concubinatos, persistindo muitas pessoas neles dilatados anos; lembramos ao reverendo pároco que não satisfaz a sua obrigação quando não examina o procedimento de seus fregueses para saber os que continuam em pecado”¹⁰⁵.

Quatro anos mais tarde, o visitador delegado, Alexandre Marques do Vale, reforçava nos capítulos da visita a admoestação aos concubinários que “perseverarem em tal ocasião, ou o que Deus não permita a tiverem na mesma casa em que antes a tinham, ou mandarem pôr da sua mão em liberdade e escândalo, [coloque] no rol dos culpados e assinarão termo de separação e excomunhão”¹⁰⁶. Iniciava-se o procedimento de devassa eclesiástica aos reincidentes no concubinato e consagrava os esforços do prelado e oficialato episcopal em normatizar o comportamento conjugal da população paulista. A documentação produzida nas visitas realizadas pelo bispo e seus visitantes demonstram, para além das advertências e admoestações dos casos de concubinato, recomendações sobre as uniões matrimoniais¹⁰⁷. A análise das cartas pastorais redigidas por D. Frei Antônio de Guadalupe, entre 1728 e 1736, demonstra a preocupação do prelado com o clero e a aplicação correta dos sacramentos. Numa diocese em expansão e consolidação, era explicável que os bispos dessem atenção a esses dois aspectos, assim como a efetivar o controle sobre o clero secular e sua atuação¹⁰⁸. O aprimoramento da vida e costumes cristãos, segundo as resoluções tridentinas, prefigurou como as bases da administração de D. Frei Antônio de Guadalupe, que procurava estabelecer em sua diocese uma moral rígida que incentivava o uso da confissão e comunhão aos moldes da jacobea¹⁰⁹.

Podemos dizer que as visitas pastorais realizadas na comarca eclesiástica de São Paulo, assim como nas demais freguesias integrantes do bispado do Rio de Janeiro, representaram o período embrionário da prática visitacional na região num contexto de transformações socioeconômicas e políticas na capitania resultantes da exploração aurífera. Apesar da inexistência de documentação consistente sobre as visitas e devassas eclesiásticas na comarca eclesiástica paulista, podemos afirmar que as

¹⁰⁵ ACMSP – Pastorais Antigas, cota 2-3-36, documentos n.1, 2.

¹⁰⁶ ACMSP – Pastorais Antigas, cota 2-3-36, documento n.3.

¹⁰⁷ ACMSP – Pastorais Antigas, cota 2-3-36, documentos n. 3, 4.

¹⁰⁸ Para um levantamento minucioso sobre as cartas pastorais da diocese fluminense na primeira metade do século XVIII cf. LONDOÑO, Fernando Torres. *Público e escandaloso: igreja e concubinato no antigo bispado do Rio de Janeiro* (volume 2). FFLCH-USP, 1992. (Tese de doutoramento apresentada ao departamento de História).

¹⁰⁹ SOUZA, Evergton Sales. “D.Fr. Antônio de Guadalupe, um bispo jacobeu no Rio de Janeiro (1725-1740)” in VS 22, 2015, pp.164-165.

visitações em São Paulo não apresentaram uma regularidade sendo empreendidas (em média) a cada 4 anos conforme o quadro a seguir¹¹⁰:

Quadro 1

Visitas pastorais realizadas na comarca eclesiástica de São Paulo (1700-1745)					
Episcopado			Ano da visita		Visitador
<u>Prelado Manoel de Sousa Almada</u>			1674-75		P. Mateus Nunes Siqueira
			1683		Bispo
<u>D. José de Barros Alarcão (1682-1700)</u>			1684		Bispo
			1688		João da Rocha Moreira
			1714		Cônego Antônio de Pina
			1719		Bispo
<u>D. Francisco de São Jerônimo (1700-1725)</u>			1723		Rodrigues de França
			1723		João de Pontes Leitão
			1728		Bispo
			1730		Christovão da Costa e Oliveira
			1732		Bispo
<u>D. Antônio de Guadalupe (1725-1740)</u>			1732		Alexandre Marques do Vale
			1736		Bispo
			1736		Francisco Pinheiro da Fonseca
			1739		Luís Teixeira Leitão

Fontes: ACMSP – Pastorais Antigas, cota 2-3-36; AHSP- Registro Geral da Câmara de São Paulo, vols. IV, pp. 439-485; ACMSP – PGA, crime, São Paulo, século XVIII, 1700-1745, processos n.21, 28, 67.

A criação da diocese paulista, em 1745, consolidou as práticas visitacionais na região e atribuiu um novo papel às visitas pastorais: assegurar o *uti possidetis* religioso nas regiões de fronteira do bispado, sobretudo, nas comarcas eclesiásticas que se encontravam nas divisas com a diocese fluminense e diante do avanço do regalismo português, expresso na atuação dos órgãos administrativos civis¹¹¹. Para tal, seria necessário um conhecimento minucioso da territorialidade do novo bispado e uma ação episcopal centrada na consolidação das estruturas do poder eclesiástico, notadamente, o

¹¹⁰ACMSP-Pastorais Antigas, século XVIII, cota 2-3-26; ACMSP – PGA, crime, São Paulo, século XVIII, 1700-1745, processos n.21, 28, 67; AHSP- Registro Geral da Câmara de São Paulo, vols. IV, pp. 439-485; ARAÚJO, José de Souza Azevedo Pizarro. *Memórias Históricas do Rio de Janeiro*, tomos I-VIII. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1820; CAMARGO, Paulo Florêncio de Silveira. *A Igreja na História de São Paulo, 1676-1745*. São Paulo: Instituto Paulista de História e Arte Religiosa, 1953.

¹¹¹ SILVA, Leandro Ferreira Lima. *Regalismo no Brasil Colonial: a Coroa portuguesa e a província de Nossa Senhora do Carmo do Rio de Janeiro (1750-1808)*. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas-USP, 2013 (Dissertação de mestrado). Sobre o *uti possidetis* religioso cf. KANTOR, Iris. *Pacto Festivo. A entrada triunfal do primeiro bispo na Sé de Mariana*. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas-USP, 1996 (Dissertação de Mestrado), pp. 17-46.

tribunal episcopal. D. Bernardo Rodrigues Nogueira (1745-1748) – primeiro bispo paulista – empreendeu duas visitas pastorais em toda extensão diocesana que, até 1749, compreendia as capitanias de Santa Catarina e Rio Grande de São Pedro¹¹². A visitação resultou na elaboração de um material minucioso e descritivo sobre a situação das freguesias do bispado de São Paulo que serviria de base para o redimensionamento das jurisdições paroquiais e a construção de uma nova política de expansão da malha da justiça eclesiástica. Afinal, o novo bispado pressupunha uma nova geografia diocesana consoante às prerrogativas episcopais dos bispos paulistas.

Seu sucessor, d. Frei Antônio da Madre de Deus Galvão (1750-1764) deu continuidade às medidas de seu antecessor em relação à estruturação do poder episcopal paulista e a afirmação de sua jurisdição diante das autoridades régias e das dioceses vizinhas (Mariana e Rio de Janeiro)¹¹³. O prelado realizou, por meio de visitantes delegados, sete visitas diocesanas às freguesias e comarcas de São Paulo, e procurou, por meio das cartas pastorais e seu registro nos livros de tombo das paróquias, submeter o corpo clerical à legislação eclesiástica presente nas *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*, da qual cada clero deveria possuir um exemplar. Ordenou-se também que os vigários e oficiais da justiça eclesiástica respeitassem as ordens do bispo anterior com o objetivo de vigiar e reprimir os comportamentos contrários ao ideal tridentino¹¹⁴. Deste modo, as visitas pastorais e o tribunal episcopal se tornaram elementos centrais da administração do novo bispo como dispositivos de vigilância e disciplinamento social da população paulista.

O empreendimento das visitas diocesanas em São Paulo, desde os primórdios das estruturas do poder episcopal na região, teve dois momentos distintos: a consolidação das práticas visitacionais expressas na atuação dos visitantes fluminenses e na fiscalização do corpo clerical, e sua atuação como mecanismo de consolidação do poder episcopal na comarca e, posteriormente, com a criação da diocese e a efetivação da dimensão jurídica das visitas em nível diocesano e subdiocesano, como dispositivo

¹¹²ACMSP – Relatório de diversas freguesias a pedido de D. Bernardo Rodrigues Nogueira pela pastoral de 08 de agosto de 1746, sem cota.

¹¹³ Requerimento do bispo de São Paulo, D. Frei Antônio (da Madre de Deus Galvão), a (D. José I) em que fala das desordens e perturbações existentes entre o seu bispado e bispados vizinhos. Pede que lhe sejam marcados os limites mais precisos de seu bispado, para assim, saber até onde estender a sua jurisdição. São Paulo, s/d. AHU-ACL-CU, cx.66, D.5084.

¹¹⁴ ZANON, *Op. Cit.*, 1999; ZANON, *Op. Cit.*, 2002.

de salvaguarda da jurisdição eclesiástica em toda territorialidade do bispado de São Paulo.

Quadro 2

Visitas pastorais realizadas na diocese de São Paulo (1745-1765)				
Episcopado		Ano da visita	Visitador	
<u>D. Bernardo Rodrigues Nogueira (1745-1748)</u>		1746	Desconhecido	
		1746	Desconhecido	
<u>Cônego Lourenço Penteado (sede vacante)</u>		1749	Miguel Dias Ferreira	
		1750	Miguel Dias Ferreira	
		1750	Desconhecido	
		1752	Desconhecido	
<u>D. Frei Antônio da Madre de Deus Galvão (1750-1764)</u>		1754	Manoel José Vaz	
		1755	Manoel José Vaz	
		1757	Antonio de Medeiros Pereira	
		1759	Luís Teixeira Leitão	
		1761	Luís Teixeira Leitão	

Fontes: ACMSP – Pastorais Antigas, cota 2-3-36; AHSP- Registro Geral da Câmara de São Paulo, vols. IV, pp. 439-485; ACMSP – PGA, crime, São Paulo, século XVIII, 1745-1760; CAMARGO, Paulo Florêncio de Silveira. *A Igreja na História de São Paulo, 1745-1765*. São Paulo: Instituto Paulista de História e Arte Religiosa, 1954.

O quadro acima demonstra que houve um recrudescimento na realização das visitas diocesanas sob a administração dos dois primeiros bispos, sendo realizadas num intervalo (médio) de dois anos, como determinava as resoluções tridentinas. Dimensão que reforça a ideia de que as mesmas adquiriram uma dimensão política – como ocorreu com o tribunal episcopal paulista – que, correlacionada ao aspecto fiscalizador e normatizador das visitas, remodelaria as múltiplas espacialidades do bispado. A atuação complementar entre as visitas pastorais e o juízo eclesiástico seria crucial para a manutenção do poder episcopal e sua espacialidade.

C) A vigararia da vara de São Paulo e autoridade jurisdicional fluminense

Paralelamente ao empreendimento das visitas pastorais na comarca eclesiástica paulista, a atuação jurídica do episcopado fluminense era realizada por meio do julgamento dos casos crime e causas cíveis na vigararia da vara de São Paulo¹¹⁵. Esta era presidida pelo vigário forâneo (ou da vara) que, segundo o *Regimento do Auditório Eclesiástico do Arcebispado da Bahia* (1704), era responsável por trâmites judiciais

¹¹⁵ A vigararia da vara paulista foi instalada juntamente com a criação da diocese fluminense e atuou em pequenas proporções nas décadas finais do século XVII cf. ACMSP- PGA, série crime, São Paulo, século XVII, 1676-1700.

como: composição dos autos dos processos e inquirição das testemunhas, envio dos sumários para que os réus fossem sentenciados na vigararia geral em casos de delitos graves como sacrilégio contra lugares sagrados e clérigos, usurpação do poder jurisdicional, crimes contra o sacramento do matrimônio ou nulidade matrimonial.

Apesar de gozar de certa autonomia em relação aos casos de desacato aos oficiais da justiça eclesiástica e execução de testamentos, a atuação dos vigários da vara possuíam certos limites previstos nos códigos normativos, como a publicação de sentenças em causas sumárias de dez dias ou juramento de alma em que o valor da dívida não ultrapassasse o valor de dez mil réis, a condenação de réus que não cumprissem com os dias santos de guarda e os domingos até a quantia de uma pataca e por meio da comprovação do escândalo¹¹⁶.

A atividade processual da vigararia da vara paulista em início dos setecentos corresponde aproximadamente a 73 processos envolvendo clérigos e leigos nos mais variados delitos e nos permite refletir sobre os períodos de maior atuação do foro eclesiástico no campo religioso, assim como sobre o perfil delituoso da sociedade paulista. A análise quantitativa do corpus documental correlacionada às práticas jurídicas, demonstra as políticas episcopais para a região em meio à consolidação da jurisdição eclesiástica em São Paulo, e nos permite problematizar os meios de afirmação da autoridade episcopal fluminense no território diocesano.

As denúncias que chegavam ao tribunal e, posteriormente, originavam processos se referiam (em sua maioria) aos “delitos da carne” (27 ações); sacrilégio (16 ações); crimes contra o matrimônio (5 ações); usura (3 ações); delitos concernentes a disputa espacial para a realização de atividades pastorais (3 ações); excomunhão (4 ações); devassas eclesiásticas (4 ações); delitos diversos relativos a agressões, desobediência e imunidade eclesiástica (totalizam 13 ações) e delitos contra o direito canônico e a jurisdição episcopal (2 ações)¹¹⁷. A tipologia dos delitos julgados em primeira instância ilustra o processo de configuração do espaço de exercício da justiça episcopal fluminense em São Paulo e, por conseguinte, dialoga com os capítulos das visitas pastorais em relação à predominância de relações concubinárias e opostas à moral

¹¹⁶ REGIMENTO DO AUDITÓRIO ECLESIASTICO DO ARCEBISPADO DA BAHIA (Título IX - Dos vigários da vara e a que seus ofícios pertencem) in VIDE, Sebastião Monteiro da. Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia. São Paulo: Edusp, 2010. (Estudo introdutório e organização da edição por Bruno Feitler e Evergton Sales Souza), pp. 840-842.

¹¹⁷ ACMSP – PGA, crime, São Paulo, século XVIII, 1700-1745.

católica no tocante ao sacramento do matrimônio¹¹⁸. As práticas concubinárias eram características das relações amorosas na sociedade paulista e, possivelmente, derivada do intenso fluxo populacional de homens e mulheres para as zonas de atividade aurífera¹¹⁹. O corpus documental aponta que o episcopado de D. Frei Antônio de Guadalupe corresponde ao ápice das atividades da vigararia da vara de São Paulo, sendo a administração de seu sucessor, D. Frei João da Cruz, marcada por uma queda na atividade processual (Quadro 3)¹²⁰.

Quadro 3

Processos-crimes julgados na vigararia da vara de São Paulo (1700-1745)					
Episcopado			Processos julgados		
<u>D. Francisco de São Jerônimo (1700-1725)</u>			16		
<u>D. Antônio de Guadalupe (1725-1740)</u>			45		
<u>D. Frei João da Cruz (1740-1745)</u>			12		
Total			73		

Fontes: ACMSP – PGA, crime, São Paulo, século XVIII, 1700-1745, cxs. 47, 48 e 49.

O intenso funcionamento do juízo eclesiástico paulista corresponde às medidas do bispo para afirmar sua autoridade dentro do espaço diocesano em construção. Os processos abertos e julgados indicam a preocupação do prelado com o comportamento dos clérigos e fieis segundo as determinações tridentinas, assim como demonstram aspectos da cultura e prática jurídicas nos tempos de consolidação da jurisdição episcopal em São Paulo. Deste modo, o exercício da justiça na comarca eclesiástica paulista se caracterizou pela delimitação dos espaços jurisdicionais entre os membros do corpo clerical, a normatização dos costumes e a embrionária complementariedade com o

¹¹⁸ACMSP – PGA, crime, São Paulo, século XVIII, 1700-1745, cxs. 47, 48 e 49; ACMSP-Pastorais Antigas, século XVIII, cota 2-3-26; Relatório de visita *ad limina* do bispo do Rio de Janeiro D. Francisco de São Jerônimo, realizado por seu procurador Simonem Soeiro de Azevedo e datado de janeiro de 1713 [data em que o documento foi registrado na chancelaria apostólica do Vaticano]. *Archivio Segreto Vaticano, Congregazione del Concilio, Relationes Dioecesium*, 729 – *Sebastiani (s.) Flum. Jan.*

¹¹⁹ HOLANDA, Sérgio Buarque. “Movimentos da população em São Paulo no século XVIII” in *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, n.1, 1966, pp. 55-111; ACMSP-Pastorais Antigas, século XVIII, cota 2-3-26.

¹²⁰ Devemos enfatizar que a atividade processual da vigararia da vara e, conseqüentemente, o volume de ações são importantes para a compreensão dos primórdios do estabelecimento das estruturas do poder eclesiástico em São Paulo. Apesar de apresentar incongruências devido a incompletude de alguns autos e a possibilidade de perda documental, o corpus processual nos parece completo e passível de uma análise minuciosa.

foro civil que seria característica da prática episcopal paulista na segunda metade dos setecentos.

As especificidades da atuação da vigararia da vara paulista nos primeiros decênios do século XVIII nos permite entrever os mecanismos de afirmação do poder episcopal numa sociedade na qual as estruturas jurídico-administrativas eclesiástica e civil estavam enraizando-se pelo território e estabelecendo os seus limites jurisdicionais¹²¹. Elementos que podem ser ilustrados pela ação envolvendo o vigário da vara paulista, padre André Baruel, e o vigário da igreja matriz, padre Bento Curvelo Maciel.

Em 29 de dezembro de 1702, o padre Bento Curvelo Maciel enviou ao juízo eclesiástico paulista um auto de agravo contra o vigário da vara, o padre André Baruel, alegando que durante o julgamento do Capitão-Mor da vila de São Paulo, Simão de Toledo, impossibilitou a defesa do réu e acabou por não cumprir com o exercício correto de sua jurisdição, ao não emitir uma sentença ao réu em conformidade com o delito. Segundo a ação, o vigário da igreja matriz não concordava com as limitações jurisdicionais do vigário da vara e apelou ao mesmo exigindo-lhe jurisdição para resolver o caso e, por conseguinte, evitar (num primeiro momento) o traslado dos autos para a vigararia geral na cidade episcopal¹²². O processo deixa claro que a contenda em que o vigário da vara inquiriu as testemunhas e emitiu o termo de traslado referia-se ao vigário da igreja matriz e ao capitão-mor de São Paulo, mas não explicita o delito.

O padre André Baruel respondeu à petição de Maciel nos seguintes termos:

“[O] Ilustríssimo Bispo, que mandou a ordem, do que de mim, que sou mandado e como tal senão se me permite ser julgado na causa, e só se [me] concede jurisdição para inquirir [as] testemunhas e remeter os autos do dito senhor [réu], seria discordância e temeridade

¹²¹ AHU- CONSULTA do Conselho Ultramarino, em que propõe a criação do lugar de Ouvidor geral da Capitania de São Paulo, em satisfação das reclamações dos seus moradores, que pretendiam a nomeação de ministros de letras que administrassem justiça nas suas vilas (AHU_CU_017-01, Cx. 11, D. 2113); AHU - CARTA régia dirigida ao Governador do Rio de Janeiro Arthur de Sá e Menezes, sobre a fixação das jurisdições dos Ouvidores do Rio de Janeiro e de São Paulo. Anexa ao n.º 6790 (AHU_CU_017-01, Cx. 29, D. 6800); AHU- CARTA régia dirigida ao Bispo do Rio de Janeiro, em que se lhe comunica que os Juizes eclesiásticos ficam obrigados a suspender os seus procedimentos logo que lhe sejam intimados os recursos para o Juízo da Coroa. Anexa ao n.º 13358 (AHU_CU_017-01, Cx. 57, D. 13363); AHU- CARTA régia em que se determina que o Juiz eclesiástico não poderia continuar a intervir nos processos desde que lhe fossem intimados os recursos para o Juízo da Coroa. Anexa ao n.º 13358 (AHU_CU_017-01, Cx. 57, D. 13370).

¹²² ACMSP – PGA, crime, São Paulo, século XVIII, 1700-1745, processo nº1.

conceder-lhe eu, o que ele [padre Bento Curvelo Maciel] queria, e por esta razão não lhe fiz o agravo com meu despacho (...) por mim obrado com o pretexto de ser eu suspeito em uma causa que, entre ele e o Capitão Mor Dom Simão de Toledo se moveu [...] confirmando-se a ordenação [régia]”¹²³

O agravante, ciente da impossibilidade de resolução em nível local, após a declaração do juiz eclesiástico, enviou uma carta pedindo o posicionamento do prelado, e o vigário da vara emitiu uma certidão sobre o caso, conjuntamente com o termo de traslado dos autos para a vigararia geral. O processo acima demonstra as limitações jurisdicionais dos vigários da vara descritas nos textos normativos e o não conhecimento – à primeira vista – do campo de atuação da justiça eclesiástica pelo corpo clerical em primeira instância. Ampliando a análise, podemos afirmar que o desconhecimento da legislação era proposital e derivava da cultura jurídica autônoma da capitania paulista, na qual magistrados clérigos e leigos atuavam “livremente”. Hipótese que deve ser questionada à luz da problematização dos processos-crimes julgados em finais do século XVII para que possamos averiguar as práticas jurídicas adotadas pelo vigário da vara e os delitos julgados. Não obstante, devemos enfatizar que a ação demonstra o processo de delimitação da jurisdição episcopal e a submissão efetiva do corpo clerical paulista à autoridade dos bispos fluminenses por meio de uma práxis episcopal em consonância com a correção fraterna¹²⁴.

As ações envolvendo o padre Gregório de Souza de Oliveira (1713) e os coadjuutores Estanislau de Moraes e João da Silva (1715) sobre desobediência e censura à ordem episcopal que foram abertas na vigararia da vara e remetidos à vigararia geral, reforçam a ideia da submissão do corpo clerical à autoridade episcopal e a delimitação dos espaços de exercício da jurisdição eclesiástica em São Paulo, e nos possibilitam afirmar que a política episcopal de normatização dos costumes aos moldes tridentinos pressupunha a consolidação de um corpo clerical exemplar, já que os clérigos deveriam ser modelos de boa conduta aos leigos, e de uma jurisdição consolidada¹²⁵. A tipologia dos delitos cometidos na comarca reforça a hipótese apresentada e demonstra como o processo de delimitação dos espaços de exercício da justiça episcopal e atuação do clero

¹²³ ACMSP – PGA, crime, São Paulo, século XVIII, 1700-1745, processo nº1, fl. 03.

¹²⁴ CONSTITUIÇÕES PRIMEIRAS DO ARCEBISPADO DA BAHIA (Título XXXVII – Da correção fraterna). São Paulo: Edusp, 2010. (Estudo introdutório e organização da edição por Bruno Feitler e Evergton Sales Souza), pp.512-513.

¹²⁵ ACMSP – PGA, crime, São Paulo, século XVIII, 1700-1745, processos nº 5 e 6.

secular pressupunham a extirpação das relações sociais “não hierarquizadas” entre leigos e clérigos.

O enraizamento das estruturas do poder episcopal em diálogo com a atuação da vigararia da vara paulista e a delimitação dos espaços de exercício do poder episcopal refletiam a construção do espaço diocesano paulista, no qual a presença do episcopado fluminense era constante por meio de pareceres sobre os procedimentos judiciais e do esclarecimento de dúvidas sobre os limites da atuação dos magistrados eclesiásticos. Entretanto, a compreensão da consolidação da malha da justiça episcopal paulista exige uma análise aprofundada dos conflitos em torno dos limites diocesanos e os múltiplos agentes que atuavam no campo religioso em meio à consolidação do regalismo pombalino e do redimensionamento da jurisdição eclesiástica fluminense, oriunda da criação do bispado de São Paulo e da instalação de um tribunal episcopal próprio.

Capítulo II

A criação do bispado de São Paulo: justiça eclesiástica e o redimensionamento da jurisdição fluminense

“Como aos arcebispos e bispos, e seus vigários-gerais que fazem suas vezes, pertence punir os delitos e excessos de seus súditos, e nestes, o modo de proceder seja por via de devassa, querela, ou denúncia; portanto, ao nosso vigário-geral pertence fazer inquirições e devassas gerais dos sacrilégios e quaisquer outros delitos cujo conhecimento nos pertença e ao nosso Juízo Eclesiástico, não se sabendo quem cometeu os tais delitos, e tomar as querelas e denúncias que derem o promotor, meirinho e as partes, e fazer mandar fazer sumários acerca delas, e proceder contra os culpados, segundo a qualidade dos delitos e pessoas”

Regimento do Auditório Eclesiástico, 1704

A) Nova diocese, nova jurisdição eclesiástica: a bula *Candor Lucis Aeternae* e o bispado paulista

A atuação dos bispos fluminenses na comarca eclesiástica de São Paulo, como expusemos no capítulo anterior, se caracterizou pela expansão da malha eclesiástica fluminense por toda territorialidade da comarca paulista e o reforço da autoridade episcopal numa região em construção jurídico-administrativa. As visitas pastorais e a vigararia da vara de São Paulo atuaram como mecanismos de vigilância comportamental e preservação da jurisdição eclesiástica. Contudo, os reflexos das disputas pelo controle das freguesias e arraiais na zona mineradora, tal como do direito de exploração dos veios auríferos, impactou no processo de constituição da malha eclesiástica paulista. Esta, após a Guerra dos Emboabas, apresentou um momento de instabilidade, pois a expansão dos sertanistas para os sertões ao oeste redirecionou a política episcopal fluminense para além do planalto de Piratininga¹²⁶.

¹²⁶ SOUZA, Evergton Sales. *Op.Cit.*, 2015.

A ação episcopal de D. Frei Antônio de Guadalupe (1725-1740), sucessor de D. Francisco de São Jerônimo no episcopado fluminense, se desenvolveu em diálogo com a nascente política metropolitana de centralização jurídico-administrativa no Rio de Janeiro e procurou organizar o espaço diocesano fluminense (cabido e aljube eclesiástico) e estabelecer as bases do poder episcopal no oeste colonial por meio da criação de freguesias nas circunvizinhanças do rio Sapucaí¹²⁷. No período compreendido entre 1721-1745 foram erigidas na comarca eclesiástica de São Paulo apenas duas novas freguesias: Nossa Senhora Mãe dos Homens de Araritiguaba (1721) e Mogi Guaçu (1728). Devemos salientar que ambas as paróquias estavam localizadas em regiões que conectavam a vila de São Paulo ao oeste colonial por meio da malha hidrográfica.

O redirecionamento da política episcopal fluminense e a insatisfação dos paulistas com a concessão do direito de exploração das minas aos emboabas trouxe à tona nas assembleias da Câmara de São Paulo a necessidade de separação eclesiástica do bispado do Rio de Janeiro, assim como a consolidação da edilidade paulista por meio da elevação da vila ao foro de cidade¹²⁸. Os pedidos para a separação eclesiástica de São Paulo do bispado fluminense remontam aos anos finais do século XVII com a descrição da situação espiritual de abandono da comarca paulista, após o retorno de D. José de Barros Alarcão ao Rio de Janeiro, e da necessidade imediata de se nomear um bispo para a capitania. A nomeação de um bispo para a vila paulista e seu termo foi sugerida pelo governador Artur de Sá e Meneses, em 1698, que, ao desenvolver uma política administrativa para a região percebeu que com a descoberta de ouro, os interesses metropolitanos e eclesiásticos estavam se direcionando para a capitania de Minas Gerais¹²⁹.

A solicitação de Sá e Meneses foi negada pelo monarca e as discussões adiadas até as décadas iniciais do século XVIII. O dinamismo da capitania e a intensificação da

¹²⁷ ARAÚJO, José de Souza Azevedo Pizarro. *Op.Cit.*, 1820;

¹²⁸ ZANON, *Op. Cit.*, 1999.

¹²⁹ Carta de Artur de Sá e Meneses a D. Pedro II relatando a ausência de prelado próprio em São Paulo e a necessidade de se nomear um bispo para a região. Arquivo Nacional, Livro VI, fólio 114v *apud* CAMARGO, Paulo Florêncio. *A Igreja na História de São Paulo, 1676-1745*. São Paulo: Instituto Paulista de História e Arte Religiosa, 1954. Sobre o contexto minerador Cf. BOXER, Charles. *A idade do Ouro no Brasil. Dores do crescimento de uma sociedade colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000 (sobretudo capítulo 2). Para o contexto paulista cf. CAMARGO, Paulo Florêncio de Silveira. *Op.Cit.*, 1954; ARAÚJO, José de Souza Azevedo Pizarro. *Memórias Históricas do Rio de Janeiro*, tomo IV. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1820; MARCÍLIO, Maria Luiza. *A cidade de São Paulo. Povoamento e População (1750-1850)*. São Paulo: Edusp, 2ª edição, 2014.

atividade aurífera resultaram na separação civil das capitanias de São Paulo e de Minas Gerais do território e jurisdição fluminense, como expusemos no capítulo anterior. O desmembramento secular das capitanias colocou à frente da administração paulista Antônio de Albuquerque Coelho e Carvalho que, segundo o monarca português, deveria auxiliar o bispo fluminense, D. Frei Antônio de Guadalupe, seus oficiais e missionários, na realização das atividades espirituais e no controle do corpo clerical residente no distrito minerador¹³⁰. Essa medida teve origem nas denúncias feitas a D. João V de que alguns eclesiásticos estavam sonegando o imposto aurífero à Coroa, além de não cumprirem com suas obrigações pastorais. A contenda em torno dos clérigos não impediu a permanência dos mesmos nas minas, já que cumpriam com suas tarefas espirituais junto aos habitantes do lugar¹³¹. Isto impulsionou a ampliação do enraizamento das estruturas do poder eclesiástico nas minas em detrimento do espaço diocesano paulista.

As décadas finais dos seiscentos e os anos iniciais dos setecentos foram marcados por uma maior atenção dos bispos fluminenses ao interior do território do bispado, uma vez que o controle espiritual e jurídico das freguesias e comarcas eclesiásticas na região mineradora era prioridade para D. Frei Antônio de Guadalupe, que se encontrava em conflito jurisdicional com o arcebispo da Bahia, D. Sebastião Monteiro da Vide, por áreas de exercício da autoridade episcopal. O prelado, com o objetivo de salvaguardar sua jurisdição nas Gerais diante do arcebispo baiano, fundou 19 paróquias coladas e redimensionou a geografia eclesiástica do bispado do Rio de Janeiro, pois determinou que as novas freguesias tivessem vigararias da vara¹³².

As diretrizes da atuação episcopal se voltaram para a região aurífera e a comarca eclesiástica de São Paulo acabou prefigurando como um território secundário no mapa diocesano. Devemos enfatizar que apesar do “aparente” abandono da comarca eclesiástica paulista pelos bispos fluminenses, esse abandono não era tão generalizado

¹³⁰ Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo, vols. 11, 20, 47 e 54. Disponível online por meio do endereço: <http://bibdig.biblioteca.unesp.br/handle/10/57>.

¹³¹ FONSECA, Cláudia Damasceno. *Arraiais e vilas d’el rei. Espaço e poder nas Minas setecentistas*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011, pp. 82-130.

¹³² “Quanto ao espiritual, havendo até agora dúvidas entre os prelados acerca da jurisdição, os mandados de uma e outra parte, ou como curas ou como visitadores, se acharam bastantemente embaraçados. E não pouco embaraçaram outros, que não acabam de saber a que pastor pertencem aqueles rebanhos. E quando se [não averiguem] direito do provimento dos párocos, pouco hão de ser temidos e respeitados naquelas freguesias móveis de um lugar para outro como os filhos de Israel no deserto” in ANTONIL, Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas *apud* FONSECA, Cláudia Damasceno. *Op. Cit.*, 2011, p. 91; ARAÚJO, José de Souza Azevedo Pizarro. *Op. Cit.*, tomo IV, 1820.

no terceiro decênio dos setecentos, uma vez que o clero secular atuou ativamente na capitania por meio das visitas e pelo exercício da justiça no foro eclesiástico.

A atuação da vigararia da vara paulista no julgamento de transgressores (clérigos e leigos) e o empreendimento das visitas diocesanas não extinguiram das autoridades locais a sensação de abandono espiritual e, por conseguinte, reavivaram as discussões sobre a necessidade da presença de um bispo na capitania. A questão virou assunto recorrente nos debates da Câmara de São Paulo e aliou-se a um novo ensejo: a elevação da vila à categoria de cidade¹³³. Reunidos para discutirem a situação da capitania, os agentes administrativos paulistas, entre eles o governador Antônio Albuquerque Coelho e Carvalho, os representantes das ordens religiosas, os oficiais da câmara e o vigário da vara da comarca eclesiástica, Manoel Abranches da Costa, redigiram a D. João V uma petição em que explicitavam o abandono espiritual da capitania e a urgência em se nomear um bispo para a mesma, assim como elevá-la a cidade. Somente o segundo pedido foi atendido pelas autoridades metropolitanas e a vila foi elevada ao foro de cidade, sem possuir um bispo, em 1711¹³⁴. Devemos enfatizar que a alegação de abandono espiritual utilizada pelos camarários era uma estratégia argumentativa para justificar e legitimar os pedidos de autonomia eclesiástica e civil tendo em vista que a metrópole procurava cada vez mais centralizar sua administração colonial na Guanabara, e o território da capitania de São Paulo exercia um papel crucial na ligação entre as zonas mineradoras e o litoral fluminense.

Inúmeros foram os esforços das autoridades civis para que a cidade tivesse um oficialato episcopal e bispo próprios. Ordenando ao governador que informasse à Coroa o “número de famílias que há nessa vila, e nas mais da serra, e gente das Minas, e donde poderá sair a despesa que se há de fazer com a nova Sé, e cônica do Bispo e cônegos”¹³⁵, o monarca não descartava a possibilidade de criação da nova diocese, e o pedido foi prontamente atendido por Antônio Coelho Albuquerque e Carvalho. Este

¹³³ AHSP – Actas da Câmara de São Paulo, 1710-1730; AHSP- Registro Geral da Câmara de São Paulo, vols. IV e VI.

¹³⁴ “Antonio de Albuquerque Coelho de Carvalho Amigo. Eu El-Rei vos envio muito saudar. Havendo vistas as propostas dos officiaes da Camara da villa de São Paulo, e o que sobre ellas me escrevestes, principalmente a em que me pedem se lhe dê o nome de cidade á villa, e Igreja Cathedral com Bispo. Fui servido haver por bem que a villa de São Paulo tenha o nome, e título de cidade, e assim vos ordeno o fazeis praticar, e publicar, mandando registrar esta minha Ordem nos livros da secretaria desse governo e Senado da Camara e mais partes aonde convier”. Carta de Sua Magestade, que Deus guarde, por que foi servido intitular esta vila por cidade (20 de dezembro de 1711) in AHSP – Registro Geral da Câmara de São Paulo, vol. IV. São Paulo: Typographia Piratininga, 1917, pp. 37-38.

¹³⁵ Idem.

alegou que os dízimos da capitania eram suficientes para prover o bispo, seus oficiais e as necessidades do aparelho episcopal, mas as informações enviadas não surtiram o efeito desejado¹³⁶. Na década de 1720, a geografia civil do Centro-Sul da América portuguesa sofreu transformações com a separação da capitania de São Paulo e Minas Gerais e a extinção da capitania de São Paulo e Minas d'ouro. No campo eclesiástico, um novo bispado não havia sido criado e as reclamações sobre o comportamento do corpo clerical que atuava na capitania paulista aumentaram; denunciando assim a precariedade do clero local¹³⁷. Este, segundo as autoridades locais, assistia e vivia “tão soltamente que em lugar de lhes [à população] dar o exemplo, lhes servem de escândalo”¹³⁸.

Meses após a separação secular das capitanias, o bispo fluminense, D. Frei Francisco de São Jerônimo, se mostrou favorável ao desmembramento do bispado do Rio de Janeiro em consulta à Mesa da Consciência e Ordens¹³⁹, mas a aprovação do prelado não resultou na criação do bispado de São Paulo. Claramente, as preocupações monárquicas estavam concentradas nas minas, nas quais as estruturas do poder eclesiástico estavam se consolidando por meio dos primeiros núcleos populacionais fixos e do início da ereção de paróquias coladas¹⁴⁰. As estruturas do poder episcopal se enraizavam conjuntamente com o aparato jurídico-administrativo civil e uma reorganização jurisdicional se fazia necessária para delimitar os espaços de exercício da autoridade dos bispos e dos agentes da Coroa.

A documentação do Conselho Ultramarino referente ao período demonstra a grande preocupação da Coroa e dos agentes régios com a reorganização jurisdicional das ouvidorias e dos espaços de exercício da justiça nas capitanias do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais¹⁴¹. Limitou-se a atuação da justiça eclesiástica em questões de recursos aos juízos da Coroa e reafirmaram-se os procedimentos para o julgamento de

¹³⁶ ZANON, Dalila. *Op. Cit.* 1999; CAMARGO, Paulo Florêncio. *Op. Cit.*, 1945.

¹³⁷ CORDEIRO, J.P. Leite. *A criação da Diocese de São Paulo*. Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo e da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, 1955.

¹³⁸ Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo, vol. 14, pp.290.

¹³⁹ CORDEIRO, J.P. Leite. *Op. Cit.*, 1955; CAMARGO, Paulo Florêncio. *Op. Cit.*, 1945.

¹⁴⁰ FONSECA, Cláudia Damasceno. *Op. Cit.*, 2011, pp. 82-130.

¹⁴¹ CARTA régia dirigida ao Governador do Rio de Janeiro Arthur de Sá e Menezes, sobre a fixação das jurisdições dos Ouvidores do Rio de Janeiro e de São Paulo. Anexa ao n.º 6790. AHU – Rio de Janeiro, cx. 29, doc. 6800; PETIÇÃO do Promotor do Juízo eclesiástico do Rio de Janeiro, em que requer procedimento contra os referidos religiosos e contra todas as pessoas que impugnassem a jurisdição episcopal. Anexa ao n.º 2662. AHU- Rio de Janeiro, cx. 13, doc. 2663.

casos de apelação do foro eclesiástico pelos Ouvidores. Não obstante, devemos enfatizar que a criação de uma nova circunscrição eclesiástica desequilibraria as estruturas jurídicas e institucionais da capitania, uma vez que novas fronteiras seriam criadas e o oficialato episcopal fluminense submetido a uma nova autoridade.

O reordenamento do campo religioso que a criação da diocese paulista pressupunha não prefigurou um problema a ser contornado pela Coroa portuguesa, já que a capitania se encontrava em desenvolvimento e expansão para as regiões dos sertões ao oeste. O rápido desenvolvimento da capitania e a expansão paroquial na comarca eclesiástica de São Paulo denotam a necessidade de se estabelecer e consolidar o bispado na região e, por conseguinte, contrapõe-se à afirmação historiográfica sobre a inércia paulista na primeira metade dos setecentos¹⁴². As preocupações metropolitanas com a região aurífera e com o cuidado espiritual dos bispos fluminenses em consolidar sua malha episcopal nas minas não ocasionaram um retrocesso na região; muito pelo contrário, levaram ao desenvolvimento de núcleos urbanos e redes de sociabilidade. A atuação do clero regular, sobretudo jesuítas, imprimiu na população os ideais tridentinos e permitiu a criação de rede de denúncias dos transgressores à vigararia da vara paulista¹⁴³.

A separação definitiva das capitanias de São Paulo e de Minas Gerais em 1720, e a não divisão eclesiástica, originaram conflitos e contendas jurisdicionais entre os agentes eclesiásticos da comarca de São Paulo e do Rio das Mortes, situada na zona de fronteira entre as capitanias, pelo controle e exercício da justiça, assim como pela realização das atividades pastorais nas freguesias localizadas na serra da Mantiqueira, novo marco fronteiriço em substituição a vila de Caxambu¹⁴⁴. O estabelecimento de novos limites entre as capitanias visava, segundo Caio Jardim, o processo de sujeição de

¹⁴² Para um balanço historiográfico sobre São Paulo colonial Cf. BLAJ, Ilana. “Mentalidade e sociedade: revisitando a historiografia sobre São Paulo Colonial” in *Revista de História*, vols. 142-143, 2000, pp.239-259; SOUZA, Laura de Mello. “Vícios, virtudes e sentimento regional: São Paulo, da lenda negra à lenda áurea” in *Revista de História*, vols. 142-143, 2000, pp. 261-276.

¹⁴³ GOLDSCHMIDT, Eliana Maria Rea. *Convivendo com o Pecado na sociedade colonial paulista (1719-1822)*. São Paulo: Annablume, 1998; _____. *Convivendo com o pecado: os “delitos da carne” na sociedade colonial paulista (1719-1822)*. São Paulo: USP, 1993 (Tese de Doutorado); FEITLER, Bruno. Quando Trento chegou ao Brasil? In GOUVEIA, Antônio Camões; BARBOSA David Sampaio; PAIVA, José Pedro. (Org.). *O Concílio de Trento em Portugal e nas suas conquistas: olhares novos*. 1ed. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa, 2014, p. 157-173; VAINFAS, Ronaldo. *Trópico dos Pecados. Moral, sexualidade e Inquisição no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011, sobretudo, o capítulo “A contrarreforma e o além-mar”.

¹⁴⁴ Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo, vols. 11, 1896.

São Paulo às autoridades metropolitanas¹⁴⁵. Assegurar as áreas fronteiriças era prioridade secular e eclesiástica e, por conseguinte, os clérigos e oficiais régios procuravam expandir sua jurisdição por toda região. As contendas chegaram até a região de Santana do Sapucaí (Goiás) e os agentes régios tiveram que intervir por meio da expulsão de todos os clérigos que não estavam realizando suas funções espirituais nas zonas fronteiriças¹⁴⁶.

Procurando resolver a questão, Antônio Gomes Freire de Andrade, governador e capitão-general do Rio de Janeiro, propôs a separação administrativa das zonas mineradoras a oeste (Goiás e Cuiabá) de São Paulo. O litoral até o Rio Grande de São Pedro também deveria ficar sob a jurisdição da capitania do Rio de Janeiro. A política foi seguida pelas autoridades metropolitanas e confirmada por meio da provisão régia de 11 de agosto de 1738 que separava da capitania de São Paulo a Ilha de Santa Catarina e, conseqüentemente, a incorporava ao Rio de Janeiro. Em termos eclesiásticos, a separação das comarcas diocesanas de Rio Grande de São Pedro e Santa Catarina do bispado paulista e a submissão à jurisdição dos bispos fluminenses ocorreriam em 1749, ou seja, onze anos depois¹⁴⁷.

Os conflitos em torno das demarcações e estabelecimento das fronteiras entre as capitanias atravessaram os episcopados de D. Frei Antônio de Guadalupe (1725-1740) e D. Frei João da Cruz (1741-1745) e as administrações dos quatro governadores da capitania de São Paulo: Caldeira Pimentel (1727-1732); o Conde de Sarzedas (1732-1737); Gomes Freire de Andrade (1737-1739) e D. Luís Mascarenhas (1739-1748). A questão de limites entre paulistas e mineiros encontrou uma solução na administração de Mascarenhas, antes da criação da diocese de São Paulo por meio de um decreto régio que determinava que o território delimitado pela Mantiqueira pertencia à jurisdição paulista¹⁴⁸.

¹⁴⁵ JARDIM, Caio. “São Paulo no século XVIII” in *Revista do Arquivo Municipal de São Paulo*. São Paulo: vol. XLI, ano IV, 1937.

¹⁴⁶ Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo, vol. 11, 1896.

¹⁴⁷ “Provisão régia de 11 de agosto de 1738” in Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo, vol. 47, pp. 109-111; “Ofício de D. João V determinando que fique interinamente sobre a jurisdição do bispo do Rio de Janeiro toda a extensão sul do bispado de São Paulo entre o Rio São Francisco e a Colônia do Sacramento” in ACMSP-Registro das provisões e alvarás régios referentes à criação do bispado de São Paulo e ordens dos excelentíssimos bispos diocesanos (1746-1842), cota 1-2-39, documento 45.

¹⁴⁸ ZANON, Dalila. *Op. Cit.*, 2012, pp. 54, seguintes.

O bispado de São Paulo foi criado somente em 1745 por meio da carta régia de D. João V e o envio do pedido para aprovação do pontífice através de Manoel Pereira de Sampaio, comendador da Ordem de Cristo e embaixador de Portugal junto à Santa Sé¹⁴⁹. A confirmação papal se deu em 06 de dezembro de 1745 por meio da bula *Candor Lucis Aeternae* que legitimou eclesiasticamente a criação da diocese paulista e estabeleceu seus limites. De acordo com a bula papal, o bispado do Rio de Janeiro deveria ser dividido em cinco partes: São Paulo, Rio de Janeiro, Mariana (bispados), Mato Grosso e Goiás (prelazias)¹⁵⁰. O desmembramento do bispado fluminense em novas unidades eclesiásticas redimensionou a geografia eclesiástica ao sul da Colônia, uma vez que novas fronteiras e áreas de jurisdição episcopal foram criadas e remodeladas por meio das diretrizes tridentinas e a orientação jurídica do episcopado local.

Organizada em vinte títulos que podem ser articulados em quatro grupos, o documento papal apresenta as diretrizes jurídico-pastorais dos novos bispados e os limites territoriais de atuação dos novos bispos. Os quatro primeiros títulos abordam as questões referentes à criação das novas dioceses e ao consentimento papal ao pedido do monarca português.

1. Origem divina das novas dioceses e o papel delas na reforma dos costumes da população;
2. Dimensões territoriais do bispado do Rio de Janeiro e a necessidade de sua divisão;

¹⁴⁹ “Eu El-Rey vos envio muito saudar. Considerando a grande necessidade que têm os moradores dessa cidade de pasto espiritual a que não podia acudir o Bispo do Rio de Janeiro pelas grandes distancias que hã de huas a outras povoações: Fuy servido recorrer a Sua Santidade, para que dividisse o dito Bispado, criando hum novo bispo nessa Cidade; e porque este parte nesta occasião a erigir o dito Bispado, e a Santa Igreja Cathedral na mesma Cidade, e espero que pelas suas virtudes, e mais circunstances, que me mo moverão a nomealo, o fará com acerto, zelo amor de Deus, e das suas Ovelhas: me pareci mandar-vos recomendar a sua pessoa para que lhes deis a ajuda e favor de que necessitar, para a nova ereção, e concorrais com ele para tudo o que for a bem de exercitar o seu pastoral Officio de que receberey grande prazer, e pelo conrario me haverey por mal servido de Vós” in Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo, vol. 16, 1895.

¹⁵⁰ *MAGNUM BULLARIUM ROMANUM*. Complectens Constitutiones BENEDICTI XIV ab Annum 1746 usque ad Annum 1749. Rome: Ex Typographia Sacrae Congregatione de Propaganda Fide, 1749. *Candor Lucis*, pp. XXII. Paulo Florêncio de Camargo realizou a tradução para o português da bula papal de criação do bispado paulista Cf. *A Igreja na História de São Paulo, 1676-1745*. São Paulo: Instituto Paulista de História e Arte Religiosa, 1954 – Anexo G. Optamos por trabalhar com as duas versões em nossa pesquisa.

3. Pedido de D. João V ao pontífice por meio de seu embaixador para o desmembramento da diocese fluminense e a nomeação de bispos próprios para São Paulo e Mariana;

4. Consentimento papal e deferimento do pedido.

O segundo grupo, formado pelos títulos seguintes, refere-se aos limites dos novos bispados e prelazias, assim como à área de atuação jurisdicional dos bispos.

5. Divisão da diocese do Rio de Janeiro em cinco partes: os bispados de Rio de Janeiro, de São Paulo e de Mariana e as prelazias de Goiás e de Mato Grosso;

6. Limites territoriais dos novos bispados e prelazias.

7. Novos limites do bispado do Rio de Janeiro;

8. Território da diocese paulista, que compreendia a área entre o rio Paraíba

“desde este rio até ao outro grande chamado Paraná, deve ser separado da Diocese de Mariana (...) pelos limites marcados entre os Governos de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. Depois se distinguirá da Prelazia de Goiás (...) por este mesmo grande rio, estendendo-se até onde chegam os domínios do Rei de Portugal”¹⁵¹.

9. Limites das prelazias de Mato Grosso e Goiás.

Num terceiro grupo podemos articular as questões relativas ao direito de padroado dos monarcas portugueses, seus instrumentos e quais seriam os benefícios eclesiásticos das novas dioceses.

10. Ereção de novas catedrais e igrejas matrizes, todas elas sob a invocação da “Beata Assunção de Maria”;

11. Nomeação das dignidades e membros do clero catedralício de cada bispado;

12. Nomeação dos novos bispos e vigários (no caso das prelazias);

¹⁵¹ *MAGNUM BULLARIUM ROMANUM*. Complectens Constitutiones BENEDICTI XIV ab Annum 1746 usque ad Annum 1749. Rome: Ex Typographia Sacrae Congregatione de Propaganda Fide, 1749. *Candor Lucis*, pp. XXII; *A Igreja na História de São Paulo, 1676-1745*. São Paulo: Instituto Paulista de História e Arte Religiosa, 1954 – Anexo G.

13. Estabelecimento do valor e modo de pagamento das cômguas e demais benefícios eclesiásticos para a manutenção do corpo clerical pelos cofres régios;

14. Os privilégios eclesiásticos seriam concedidos perpetuamente e as catedrais possuiriam os mesmos privilégios que as catedrais do Reino.

Por fim, o último grupo refere-se ao poder episcopal e ao exercício da justiça no foro eclesiástico. Denota-se a preocupação em delimitar a jurisdição que os vigários das prelazias teriam, uma vez que estas estariam sujeitas aos bispos fluminenses. As dioceses de São Paulo e de Mariana seriam sufragâneas em apelação do arcebispado da Bahia.

15. Sujeição do clero e fiéis à autoridade do bispo;

16. Jurisdição ordinária em primeira instância e apelação à jurisdição do arcebispo da Bahia (Tribunal da Relação Eclesiástica);

17. Proibia-se outra maneira de julgar senão a eclesiástica, mas enfatiza-se a pluralidade de fontes do direito e o uso dos códigos normativos civis em causas que o exigissem;

18. Faculdades e privilégios episcopais do poder de exercer jurisdição (*imperium*): “a autoridade e o poder episcopais [...], e cada uma, que pertencem à Ordem, à jurisdição e ao ofício Episcopal, e o tudo o que os outros podem e costumam fazer, tanto no reino e domínios de Portugal e dos Algarves”¹⁵².

19. Qualidades jurisdicionais das novas prelazias;

20. Limitação da jurisdição dos vigários das prelazias e sua submissão no foro criminal ao bispo fluminense.

É importante enfatizar que a bula papal apresenta ecos do posicionamento ilustrado do pontífice, Bento XIV, e estrutura a organização das novas circunscrições eclesiásticas por meio de uma racionalização das medidas tridentinas, assim como dos direitos de apresentação dos membros do clero secular pelos monarcas portugueses¹⁵³.

¹⁵² *MAGNUM BULLARIUM ROMANUM*. Complectens Constitutiones BENEDICTI XIV ab Annum 1746 usque ad Annum 1749. Rome: Ex Typographia Sacrae Congregatione de Propaganda Fide, 1749. *Candor Lucis*, pp. XXII; *A Igreja na História de São Paulo, 1676-1745*. São Paulo: Instituto Paulista de História e Arte Religiosa, 1954 – Anexo G.

¹⁵³ A análise previa do *Magnum Bullarium* nos revelam os aspectos das diretrizes papais para o exercício da justiça eclesiástica e a soberania da hierarquia pontifícia Cf. *MAGNUM BULLARIUM ROMANUM*.

A confirmação papal refletiu os ensejos metropolitanos em ocupar efetivamente o Centro-Sul da América portuguesa por meio do enraizamento das estruturas do poder eclesiástico e a concessão da prerrogativa de modificação dos termos e limites territoriais da arquidiocese da Bahia e demais dioceses da América portuguesa concedida à D. João V e seus sucessores. Estava claro que a criação do bispado de São Paulo possuía uma dimensão diplomática e (talvez) por este motivo tenha sido adiada até às vésperas da assinatura do Tratado de Madri (1750). O espaço diocesano paulista, como abordaremos no próximo capítulo, anteciparia a posse e domínio português sobre os confins meridionais e os sertões coloniais por meio da antecipação do *uti possidetis*.

A diocese paulista consolidou a ocupação territorial da capitania e auxiliou – atuando como braço da Coroa – no controle das áreas fronteiriças sob a jurisdição episcopal. A dimensão territorial do bispado paulista prefigurou um desafio ao prelado, que deveria imprimir nos seus súditos as determinações tridentinas por meio da atuação de seu oficialato episcopal nas paróquias e do juízo eclesiástico (câmara e auditório), que deveria vigiar e julgar os transgressores, assim como executar testamentos no período de responsabilidade do eclesiástico, e cuidar dos assuntos matrimoniais¹⁵⁴. A delimitação e a descrição da jurisdição eclesiástica ao longo da bula papal denotam a preocupação da Cúria romana tridentina em extirpar as celebrações e ritos compreendidos como profanos e os comportamentos heréticos e não heréticos por meio da atuação dos tribunais episcopal e inquisitorial¹⁵⁵.

Instrumento de ação dos bispos, juntamente com as visitas pastorais, o tribunal episcopal possibilitou ao prelado o disciplinamento das almas e dos corpos da sociedade por meio do julgamento dos transgressores da moral tridentina, assim como o reforço de sua autoridade jurisdicional por meio do uso político do foro eclesiástico.

Compectens Constitutiones BENEDICTI XIV ab Annum 1746 usque ad Annum 1749. Rome: Ex Typographia Sacrae Congregatione de Propaganda Fide, 1749. Sobre o pontificado de Bento XIV ver PAIVA, José Pedro. *Os Bispos de Portugal e do Império (1745-1777)*. Coimbra: Ed. Universidade de Coimbra, 2006.

¹⁵⁴ GOUVEIA, Pollyanna Mendonça. Os processos da Igreja: documentos do Tribunal Episcopal enquanto fonte histórica in *Fontes*, n.0, 2014-2, pp.15-27. Disponível online: <http://www.revistadefontes.unifesp.br/>; MARTINS, William de Souza. “Os irmãos terceiros franciscanos e carmelitas e a Justiça Eclesiástica do Rio de Janeiro (c.1720-1820)” in *Locus-Revista de História*. Juiz de Fora, v.21, nº2, 2015, pp. 287-317.

¹⁵⁵ PROSPERI, Adriano. *Tribunais da Consciência. Inquisidores, Confessores e Missionários*. Tradução: Homero Freitas de Andrade. São Paulo: Edusp, 2013, pp. 347-375.

B) O tribunal episcopal do bispado de São Paulo.

1) Regalismo pombalino e enquadramento normativo: um esboço

Instalado juntamente com o bispado paulista, o tribunal episcopal atuava como um mecanismo de justiça da igreja diocesana que procurava controlar o comportamento de clérigos e leigos segundo as *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia* e seu *Regimento do Auditório Eclesiástico*, assim como as *Ordenações Filipinas*, o *Corpus Iuris Civilis*, o *Corpus Iuris Canonici*, as glosas e os comentários de leis. A pluralidade de fontes do direito que faziam jurisprudência é característica da cultura do direito comum, na qual os tribunais da Igreja Católica da Época Moderna estavam inseridos¹⁵⁶. Paolo Prodi ressaltou que o direito comum correspondia ao conjunto de ordenamentos universais relacionados aos direitos particulares locais, estatutários e consuetudinários, assim como aos direitos romano e canônico¹⁵⁷. António Manuel Hespanha amplia sua definição e ressalta que o direito comum era uma “razão” e por isso escapava ao arbítrio das autoridades régias e eclesiásticas¹⁵⁸.

A cultura jurídica do direito comum que permeou o exercício da justiça no auditório eclesiástico paulista, assentava-se nas resoluções tridentinas para reformar o corpo clerical e controlar a vida sacramental dos fiéis. A atuação sistemática do episcopado e dos oficiais da justiça eclesiástica na vigilância e normatização das condutas religiosas era explicitada na sua jurisdição sobre clérigos e leigos. As competências jurisdicionais do tribunal dividiam-se nos assuntos eclesiásticos *ratione personae* (razão de pessoa) e *ratione materiae* (razão de matéria). As questões *ratione personae* referiam-se ao julgamento de eclesiásticos no foro privilegiado, excetuando-se no caso de crime de lesa-majestade, sobre o qual deveriam agir as autoridades régias¹⁵⁹. Já as questões *ratione materiae* se subdividiam em *Iurisdiction essentialis* (jurisdição essencial), que correspondia aos assuntos referentes à disciplina interna da Igreja e Fé; e a *Iurisdiction adventitia* (jurisdição adventícia), que recaía sobre os bens eclesiásticos e questões fiscais¹⁶⁰. Para além dos crimes de foro episcopal, existiam crimes cujas causas

¹⁵⁶ LORENTE, Marta ; VALLEJO, Jesús (coord.) *Manual de Historia del Derecho*. Valencia: Tirant Lo Blanch, 2012.

¹⁵⁷ PRODI, Paolo. *Op.Cit.*, 2005.

¹⁵⁸ HESPANHA, António Manuel. “A arquitectura dos poderes” in MATTOSO, José (org.) *História de Portugal (O Antigo Regime)*, vol.4. Lisboa: Estampa, 1997.

¹⁵⁹ ORDENAÇÕES FILIPINAS, Livro V, Título VI – Do crime de Lesa Magestade, 1603. Disponível online: http://www.iuslusitaniae.fcsh.unl.pt/verlivro.php?id_parte=88&id_obra=65&pagina=12.

¹⁶⁰ CONSTITUIÇÕES PRIMEIRAS DO ARCEBISPADO DA BAHIA por Sebastião Monteiro da Vide. São Paulo: Edusp, 2010. (Estudo introdutório e organização da edição por Bruno Feitler e Evergton Sales

os bispos deveriam remeter ao Santo Ofício da Inquisição, após o arrolamento e inquirição das testemunhas, para que fosse expedida a sentença como heresia, blasfêmia, feitiçaria com dimensão herética, bigamia e sodomia¹⁶¹.

O sistema legislativo da Época Moderna era na maioria das vezes cumulativo, o que implicava na confluência jurisdicional entre as instâncias – em nosso caso a episcopal, a régia e a inquisitorial. Por este motivo, algumas competências de caráter secular incidiam sobre o foro episcopal em situações específicas, como nas causas em que as partes recorressem à justiça eclesiástica espontaneamente para conseguirem uma “resolução fraterna”¹⁶². E, por fim, restava à justiça eclesiástica as causas *mixti fori* que não tivessem sido arroladas pelos tribunais régios conforme a regra da alternativa (a competência sobre o delito alternava entre os tribunais eclesiásticos e régios) ou a *preventio* (julgaria o tribunal que primeiro tomasse conhecimento do delito)¹⁶³. As causas de foro misto referiam-se aos delitos de lenocínio, incesto, envenenamento, usura, concubinato e aos assuntos sobre as obras pias, capelas e associações religiosas¹⁶⁴. Excetuando-se as causas de foro misto, era vedada ao tribunal a interferência nas demais jurisdições.

Não obstante, devemos enfatizar que a jurisdição sobre o concubinato, o lenocínio e a usura foi sendo cada vez mais deixada ao tribunal episcopal por meio do reequilíbrio dos poderes e do redimensionamento da esfera de atuação dos tribunais, sobretudo após o Concílio de Trento, que teve como um dos principais corolários o

Souza); GOUVEIA, Pollyanna Mendonça. *Op. Cit.*, 2014-2, pp.15-27. Disponível online: <http://www.revistadefontes.unifesp.br/>.

¹⁶¹CONSTITUIÇÕES PRIMEIRAS DO ARCEBISPADO DA BAHIA, Livro V, Títulos I, III, IV e XVI por Sebastião Monteiro da Vide. São Paulo: Edusp, 2010. (Estudo introdutório e organização da edição por Bruno Feitler e Evergton Sales Souza). Para saber mais sobre a cooperação entre bispos e inquisidores no julgamento dos transgressores no período pós-tridentino Cf. FEITLER, Bruno. “Poder episcopal e Inquisição no Brasil: o juízo eclesiástico da Bahia nos tempos de D. Sebastião Monteiro da Vide”. In: Bruno Feitler; Evergton Sales Souza. (Org.). *A Igreja no Brasil: Normas e práticas durante a vigência das Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*. São Paulo: Editora Unifesp, 2011, pp. 85-110; PAIVA, José Pedro. *Baluartes da fé e da disciplina. O enlace entre a Inquisição e os bispos em Portugal (1536-1750)*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2011.

¹⁶²HESPANHA, António Manuel. *Como os juristas viam o mundo*. Lisboa: s/e, 2015, pp. 126-127; SANTOS, Patrícia Ferreira. “Vigilância eclesiástica e disciplinamento social: limites e especificidades das prerrogativas da justiça diocesana no século XVIII” in *Histórica – Revista Eletrônica do Arquivo Público do Estado de São Paulo*, nº60, dezembro, 2013, pp. 18-35.

¹⁶³Idem; SANTOS, Patrícia Ferreira dos. “A justiça eclesiástica e os mecanismos de busca de infratores: as queixas, querelas e denúncias na segunda metade do século XVIII” in *Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra*, vol. XXVI, 2013, pp. 137-160.

¹⁶⁴GOLDSCHMIDT, Eliana Maria Rea. *Op.Cit.*, 1998. A autora apresenta uma análise minuciosa dos “delitos da carne” nos corpus normativos e as penas correspondentes na justiça eclesiástica e régia para os mesmos delitos.

reforço da autoridade episcopal em sua diocese. Esta pressupunha a constituição de redes episcopais de vigilância e controle que correspondiam a uma vertente de elaboração legislativa por meio da atualização das constituições diocesanas nos sínodos e, principalmente, a intervenção dos tribunais eclesiásticos em colaboração com os tribunais seculares¹⁶⁵. A intersecção jurídica e administrativa entre o espiritual e o temporal, como ressaltou Murilo Marx, possibilitou a sobreposição das normas da Igreja às normas civis, uma vez que após o Concílio de Trento, a Igreja Católica passou a exercer maior influência nos comportamentos e relações sociais por meio dos usos e apropriações do espaço público para as atividades sacramentais e de culto divino¹⁶⁶.

A incorporação da Igreja Católica aos mecanismos da administração secular portuguesa por meio do apoio do episcopado e da restrição do poder eclesiástico teve sua maior expressão no século XVIII com as políticas de caráter regalista empreendidas pelo ministro Sebastião José de Carvalho e Melo (futuro Marquês de Pombal). Nesse sentido, buscou-se por um lado subordinar a Igreja e o corpo clerical luso-americano à Coroa no plano temporal por meio da erradicação de privilégios e de imunidades jurídicas que permitiam aos religiosos eximirem-se da soberania régia; e, por outro lado, reduzir e controlar a jurisdição eclesiástica através da imposição da soberania monárquica perante a Santa Sé¹⁶⁷.

A política pombalina colocou a centralidade legislativa do monarca como o único meio de racionalizar a ordem social e, por conseguinte, o rei passou a reivindicar diretamente seu papel de legislador e controlador das fontes do direito. O soberano detinha o poder jurídico e, conseqüentemente, legislava sobre as demais instâncias judiciais do Império promovendo um alinhamento legislativo no qual a jurisdição eclesiástica ficava circunscrita pelas normas civis. Identificando os princípios regalistas da política empreendida por Pombal para reforçar o poder régio e secularizar a Igreja, o exercício da justiça passou a se basear na *Boa Razão*, como mandava a Lei de 18 de agosto de 1769. Esta procurou determinar racionalmente as fontes do direito com o objetivo de diminuir a jurisprudência das diferentes instâncias legais (eclesiástica e

¹⁶⁵ PALOMO, Federico. A contra-reforma em Portugal. Lisboa: Livros Horizonte, 2005.

¹⁶⁶ Marx, Murilo. *Nosso chão: do sagrado ao profano*. São Paulo: EDUSP, 2003.

¹⁶⁷ SILVA, Leandro Ferreira Lima. *Op.Cit.*, 2013 (Dissertação de mestrado).

secular) e centralizar o uso das Leis Pátrias e do estilo e costume do Reino de Portugal nos tribunais¹⁶⁸.

No âmbito da jurisdição eclesiástica, a racionalização das fontes do Direito reverberou na restrição da alegação do Direito Canônico aos tribunais eclesiásticos e numa maior inserção dos tribunais civis no julgamento dos casos de foro eclesiástico, o que possibilitou à Coroa portuguesa o reforço do padroado régio e um maior controle da Igreja Católica pelo Estado¹⁶⁹. O combate à autonomia e ao poder da Igreja resultou na restrição da jurisdição episcopal e na submissão do episcopado aos preceitos da política regalista, que se apoiou nos bispos para colocar em prática as medidas ilustradas em consonância com as normas tridentinas¹⁷⁰. No entanto, segundo Antônio Manuel Hespanha, as tentativas de controle do poder eclesiástico em Portugal não foram uma novidade da administração pombalina e remetem ao governo de D. Afonso V (1438-1449) com a instituição do “beneplácito régio” que determinava que os decretos e bulas romanas fossem sujeitas à aprovação régia antes de sua publicação¹⁷¹. As Ordenações Filipinas (1603) reforçaram o controle sobre a comunicação entre a monarquia lusitana e a Santa Sé. O controle das relações diretas entre a Coroa e o papado residiu na proibição do pedido direto de privilégios sobre bens ou benefícios eclesiásticos a Roma¹⁷².

No tocante ao exercício da justiça eclesiástica, a disposição de D. Sebastião (1569) determinou os limites jurisdicionais de atuação dos tribunais eclesiásticos no Direito Canônico e nos decretos tridentinos por meio da reformulação da legislação

¹⁶⁸ ESPINOSA, Nuno. *História do Direito Português*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2000.

¹⁶⁹ Paolo Prodi enfatiza que o Direito Canônico pós-tridentino se transformou de ordem jurídica em disciplina eclesiástica. A Igreja Católica tridentina, circunscrita pelo direito civil, se basearia no controle e disciplinamento das populações por meio dos usos de instrumentos de coerção norteados pela disciplina e não mais pelo Direito Canônico Cf. PRODI, Paolo. “Notes sur la genèse du droit dans l’Église post-tridentine” in _____. *Christianisme et monde moderne. Cinquante ans de recherches*. Tradução: Antonella Romano. Paris: Gallimard/ Seuil, 2006, pp. 147-178; PRODI, Paolo. “Cristianismo, modernidade política e historiografia” in *Revista de História*, nº 160, 1º semestre, 2009, pp. 107-130.

¹⁷⁰ FEITLER, Bruno. Quando Trento chegou ao Brasil? In GOUVEIA, António Camões; BARBOSA David Sampaio; PAIVA, José Pedro. (Org.). *O Concílio de Trento em Portugal e nas suas conquistas: olhares novos*. 1ed. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa, 2014, p. 157-173; PAIVA, José Pedro Paiva. *Os bispos de Portugal e do Império (1495-1777)*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2006.

¹⁷¹ HESPANHA, António Manuel. *História de Portugal Moderno: político e institucional*. Lisboa: Universidade Aberta, 1995, pp.123-154; ORDENAÇÕES AFONSINAS, Livro II, Título 12 – Das Leteras, que vem de Corte de Roma, ou do Gram Meefre, que nom fejam publicadas fem Carta d’ElRey, 1446. Disponível online: <http://www.ci.uc.pt/ihiti/proj/afonsinas/12p166.htm>.

¹⁷² ESPINOSA, Nuno. *Op. Cit.*, 2000. ORDENAÇÕES FILIPINAS, Livro II, Títulos XIII-XIV e XIX. Disponível online em <http://www.iuslusitaniae.fcsh.unl.pt/>.

civil-eclesiástica¹⁷³. Como demonstra Federico Palomo, os inúmeros confrontos entre os membros das justiças régia e episcopal por causa da provisão de 1569, levou à elaboração da concórdia de 1578, “através da qual algumas das prerrogativas anteriormente reconhecidas à justiça eclesiástica foram limitadas pelo recurso à justiça real”¹⁷⁴, e que se apresentava como uma garantia diante dos possíveis abusos dos tribunais episcopais. Segundo Cândido Mendes de Almeida, a concórdia de 1578 subsistiu às reformas jurídicas e à progressiva secularização legislativa das relações entre Igreja e Estado, sobretudo no ministério pombalino, já que os cânones e o direito eclesiástico eram reconhecidos pelas autoridades civis como direito subsidiário, apesar de ter seu uso restringido aos juízos eclesiásticos¹⁷⁵.

O recurso à justiça real e à intervenção régia no foro episcopal foi reforçado nas Ordenações Filipinas (II, 1,13) que previam a intervenção moderadora do monarca (no papel de protetor de seus vassalos) contra as punições determinadas pelos bispos que não respeitassem as determinações do Direito Canônico¹⁷⁶. Os conflitos entre as autoridades civis e eclesiásticas suscitados pela interferência régia no exercício da justiça e nos limites jurisdicionais refletiam a sobreposição dos códigos normativos na cultura jurídica portuguesa e a intensificação das medidas régias de esvaziamento da autoridade eclesiástica¹⁷⁷. Como veremos, os bispos paulistas procuraram se adequar ao novo paradigma jurídico imposto pelo regalismo pombalino, ao mesmo tempo em que resguardaram sua autoridade e jurisdição diante das autoridades régias e eclesiásticas, sobretudo o prelado do Rio de Janeiro, por meio da atuação do tribunal episcopal e das práticas jurídicas adotadas por seus magistrados.

2) Organização e funcionamento

A configuração organizacional diocesana no tocante aos espaços de exercício da justiça na sede do bispado era composta pela câmara episcopal (foro burocrático) e pelo auditório eclesiástico (foro criminal e contencioso), que possibilitavam ao prelado o exercício de seu poder e jurisprudência por meio do julgamento dos transgressores e da

¹⁷³ ALMEIDA, Cândido Mendes de. *Direito Civil Eclesiástico Brasileiro antigo e moderno e suas relações com o direito canônico*. Rio de Janeiro: Garnier Livreiro Editor, 1866 (tomo I).

ALMEIDA, Cândido Mendes. *Op.Cit.*, 1866.

¹⁷⁴ PALOMO, Federico. *Op.Cit.*, 2005, p.29. A Concórdia de 1578 pode ser consultada em ALMEIDA, Cândido Mendes. *Op.Cit.*, 1866.

¹⁷⁵ ALMEIDA, Cândido Mendes de. *Op. Cit.* 1866.

¹⁷⁶ HESPANHA, António Manuel. *História de Portugal Moderno: político e institucional*. Lisboa: Universidade Aberta, 1995, pp.123-154.

¹⁷⁷ WEHLING, Arno. *Op. Cit.*, 1986.

atuação complementar entre a câmara e o auditório eclesiástico¹⁷⁸. Na câmara episcopal atuavam o provisor e os escrivães, e nela eram tratados os assuntos de caráter espiritual, como as causas matrimoniais, testamentárias e sacramentais, os exames à ordem e o recebimento dos livros das visitas pastorais.

Competiam aos provisores a emissão de licenças para os clérigos lecionarem as primeiras letras, o registro anual de todos os párocos coadjutores e igrejas curadas do bispado, e a remissão ao promotor do juízo das denúncias referentes às cartas de excomunhão¹⁷⁹. Os escrivães da câmara eram responsáveis por organizar e registrar os livros da câmara, as cartas de curas e capelães, os róis de confessados, as colações e confirmações aos benefícios, termos de sujeição, os róis de culpados das visitas e livramentos, assim como enviar informações sobre os acusados ao promotor do auditório eclesiástico e realizar todas as diligências dos matrimônios e esponsais¹⁸⁰.

O auditório eclesiástico, ou tribunal episcopal, era responsável por resolver as querelas de natureza temporal e espiritual, e também os casos crime de foro eclesiástico. As audiências eram presididas pelo vigário-geral, que representava a figura do bispo no tribunal e, por conseguinte, era o agente responsável por julgar “todas as causas crimes e cíveis do foro contencioso”¹⁸¹. Em casos de sede vacante, o auditório eclesiástico era presidido pelo vigário capitular. Este era eleito pelo cabido diocesano para administrar o bispado e exercer a jurisdição episcopal.

As denúncias e querelas deveriam ser feitas perante o vigário-geral que realizaria a inquirição sobre os delitos, pronunciaria os culpados e os mandaria à prisão quando o delito cometido a exigisse; “e sendo os culpados leigos, se haverá com eles na forma da Ordenação e Concordatas do Reino”¹⁸². Competia-lhe ainda a elaboração dos inventários de bens dos clérigos que falecessem e a execução dos testamentos nos meses

¹⁷⁸ REGIMENTO DO AUDITÓRIO ECLESIÁSTICO DO ARCEBISPADO DA BAHIA (1704) in VIDE, Sebastião Monteiro. *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*. São Paulo: Edusp, 2010. (Estudo introdutório e organização da edição por Bruno Feitler e Evergton Sales Souza).

¹⁷⁹ CONSTITUIÇÕES PRIMEIRAS DO ARCEBISPADO DA BAHIA. São Paulo: Edusp, 2010. (Estudo introdutório e organização da edição por Bruno Feitler e Evergton Sales Souza),

¹⁸⁰ REGIMENTO DO AUDITÓRIO ECLESIÁSTICO DO ARCEBISPADO DA BAHIA (Título XIII – Do escrivão da Câmara)) in VIDE, Sebastião Monteiro. *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*. São Paulo: Edusp, 2010. (Estudo introdutório e organização da edição por Bruno Feitler e Evergton Sales Souza), pp. 855-860.

¹⁸¹ REGIMENTO DO AUDITÓRIO ECLESIÁSTICO DO ARCEBISPADO DA BAHIA (Título II – Do vigário-geral e do que a seu ofício pertence, n.62) in VIDE, Sebastião Monteiro. *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*. São Paulo: Edusp, 2010. (Estudo introdutório e organização da edição por Bruno Feitler e Evergton Sales Souza), pp. 753, seguintes.

¹⁸² Idem.

de responsabilidade do eclesiástico. Deveria, na ausência do provisor, exercer as funções do mesmo¹⁸³. Os vigários-gerais, como salientou José Pedro Paiva, constituíam (juntamente com o bispo e o provisor) “o triângulo chave da administração episcopal”¹⁸⁴.

O juízo eclesiástico contava, para além do vigário-geral, com outros cargos como o de promotor, meirinho, inquiridor, procurador, escrivão, contador, aljubeiro, porteiro e notário apostólico, cujas competências e funções estão descritas no corpus normativo¹⁸⁵. Toda esta estrutura jurídica era presidida pelo bispo que detinha competências exclusivas da administração diocesana como, por exemplo, a apresentação e colação dos benefícios eclesiásticos, a dispensa da obediência das penas emitidas pelo auditório eclesiástico, a emissão de cartas de seguro, de alvarás de fiança e a emissão de cartas de excomunhão. Sintetizando: o bispo era o detentor do foro decisório¹⁸⁶.

O exercício da jurisdição episcopal pela territorialidade diocesana acontecia em duas instâncias complementares: a vigararia-geral, localizada na sede do bispado, e atuando como tribunal de segunda instância dentro da malha da justiça eclesiástica. Subordinadas à vigararia-geral, e responsáveis pelo julgamento e resolução de causas pequenas, como demonstramos no capítulo anterior, encontram-se as vigararias da vara (tribunais de primeira instância), com sede nas comarcas diocesanas e presididas pelos vigários da vara ou forâneos. Como na vigararia-geral, os vigários da vara eram auxiliados por oficiais subalternos da justiça eclesiástica. A atuação dos vigários da vara por meio do enraizamento e capilaridade das estruturas do juízo eclesiástico possibilitaram ao prelado paulista organizar e administrar o bispado, uma vez que a descentralização da jurisdição e competências da vigararia-geral permitiu que os bispos paulistas aumentassem sua área de exercício jurisprudencial, assim como consolidassem sua autoridade em toda espacialidade diocesana e, sobremaneira, nas comarcas eclesiásticas fronteiriças com as dioceses fluminense e marianense.

¹⁸³ Idem.

¹⁸⁴ PAIVA, José Pedro. “A administração diocesana e a presença da Igreja. O caso da diocese de Coimbra nos séculos XVII e XVIII” in *Lusitânia Sacra*, 2ª série, tomo III, Lisboa, 1991.

¹⁸⁵ REGIMENTO DO AUDITÓRIO ECLESIÁSTICO DO ARCEBISPADO DA BAHIA, *Op. Cit.*

¹⁸⁶ PAIVA, José Pedro. *Op. Cit.*, 1991.

Os bispos deveriam articular a faceta tridentina de pastor de seu rebanho com a faceta de juiz severo e paternal¹⁸⁷. Deste modo, a atuação do prelado e seus oficiais da justiça ao longo da malha diocesana se pautava na correlação do arquétipo do episcopado pós-tridentino com o poder de legislar, julgar e disciplinar as populações. Ao fazer justiça, o prelado deveria “usar dureza nas palavras, mas não no coração, ou seja, devia disciplinar como pai e não como tirano, sempre confiante de que a doce instrução era melhor caminho do que severo castigo”¹⁸⁸. Os juízes episcopais, por meio de uma atitude piedosa, deveriam “proceder à instrução e correção fraterna dos desviados, trazendo de novo ao rebanho de Cristo aqueles que se haviam perdido, e não castigá-los, condenando-os à eterna danação”¹⁸⁹. Este seria o princípio norteador dos tribunais episcopais e que os distinguiria do caráter repressivo dos tribunais inquisitoriais e civis¹⁹⁰.

A prerrogativa episcopal assentava-se na denúncia dos fiéis com o objetivo de emendarem seus próximos dos maus costumes de forma paterna e fraternal, ou seja, aqueles que soubessem de algum pecado deveriam denunciar ao auditório eclesiástico “para que por meio de admoestações, cominações e outros remédios que nos parecerem convenientes, acudamos com paternal cuidado a obviar e atalhar os pecados e remediar os pecadores”¹⁹¹. Como salientou Patrícia Ferreira dos Santos, a orientação pastoral tridentina em estreita relação com a organização das atividades do aparelho judiciário episcopal, possibilitou aos juízes episcopais a consolidação dos mecanismos da justiça eclesiástica na busca pelos delituosos¹⁹².

As denúncias feitas aos oficiais da justiça reforçavam a política de controle e disciplinamento presente nos textos normativos e nas práticas jurídicas exercidas pelos tribunais eclesiásticos. Elas podiam ser feitas por quaisquer pessoas, que geralmente não nomeavam os autores dos crimes. Mas quando “citavam nomes, cabia ao denunciador

¹⁸⁷ PROSPERI, Adriano. “La figura del vescovo fra Quattro e Cinquecento” *apud* PAIVA, José Pedro. *Op.Cit.*, 2006, pp. 111-170.

¹⁸⁸ PAIVA, José Pedro. *Os Bispos de Portugal e do Império (1745-1777)*. Coimbra: Ed. Universidade de Coimbra, 2006, p.142.

¹⁸⁹ PAIVA, José Pedro. *Baluartes da fé e da disciplina. O enlace entre a Inquisição e os bispos em Portugal (1536-1750)*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2011, pp. 29.

¹⁹⁰ *Idem*, 2011.

¹⁹¹ CONSTITUIÇÕES PRIMEIRAS DO ARCEBISPADO DA BAHIA (Título XXXVII – Da correção fraterna). São Paulo: Edusp, 2010. (Estudo introdutório e organização da edição por Bruno Feitler e Everton Sales Souza), pp.512-513.

¹⁹² SANTOS, Patrícia Ferreira dos. “A justiça eclesiástica e os mecanismos de busca de infratores: as queixas, querelas e denúncias na segunda metade do século XVIII” in *Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra*, vol. XXVI, 2013, pp. 137-160.

nomear também as testemunhas, declarando seus nomes, ofícios e qualidades”¹⁹³. Caso o bispo constataste uma fraude no depoimento das testemunhas arroladas ou nas denúncias, “a denúncia original desdobrava-se em outra ação judicial, desta vez a ser movida pelo denunciado, para solicitar reparos por perdas, danos e injúria ou calúnia”¹⁹⁴. No âmbito das sentenças, as penas que podiam ser aplicadas pelo juízo eclesiástico variavam de acordo com a gravidade do delito, a reincidência e a qualidade do réu; podendo variar de pagamento de multas a prisão, degredo, açoites, galés e, no caso de clérigos, suspensão da ordem.

C) A ação dos bispos paulistas e a justiça eclesiástica nos setecentos

1) A malha da justiça eclesiástica paulista: capilaridade e enraizamento das estruturas do poder episcopal

A territorialização da justiça eclesiástica paulista por meio das freguesias, das vigararias da vara e da nomeação dos ministros e oficiais episcopais acompanharam a expansão e o enraizamento do aparelho administrativo civil. O desenvolvimento da capitania e os movimentos populacionais constantes impulsionaram a criação de paróquias ao longo de toda extensão diocesana. O povoamento do sertão paulista, devido à mineração, promoveu a ereção de ermidas para a realização dos ritos religiosos cotidianos e, eventualmente, a celebração dos sacramentos por um capelão. A transformação da ermida em capela indicava o reconhecimento do núcleo urbano pela Igreja e, por conseguinte, o atendimento espiritual dos fiéis estava assegurado pelo episcopado. O bispo deveria aprovar o pedido dos fiéis para a ereção de freguesias, uma vez que implicava no acesso ao rito litúrgico, ao casamento e ao batismo a serem realizados na igreja matriz. Irmandades leigas e capelas curadas vizinhas ficavam subordinadas ao clero secular (nomeado pelo prelado) que atuava na circunscrição¹⁹⁵. O aparato jurídico com vigararia da vara era instalado quando a freguesia recebia o foro de comarca eclesiástica e as estruturas da justiça diocesana eram instaladas no território.

A criação de freguesias (coladas e encomendadas) no bispado de São Paulo adquiriu contornos jurídicos na administração de D. Bernardo Rodrigues Nogueira. O bispo, preocupado com a organização diocesana e o cumprimento das atividades

¹⁹³ PIRES, *Op. Cit.*, p.51.

¹⁹⁴ SANTOS, *Op.Cit.*, 2013, p. 257.

¹⁹⁵FONSECA, Cláudia Damasceno. *Op. Cit.*, 2011, p. 111-113; BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. “Dilatação dos confins: caminhos, vilas e cidades na formação da capitania de São Paulo (1532-1822)” in *Anais do Museu Paulista*. São Paulo, vol.17, nº2, julho-dezembro, 2009, pp. 251-294.

pastorais, estruturou as bases dos mecanismos da justiça eclesiástica paulista por meio de um levantamento minucioso das condições gerais de sua diocese e das estruturas pré-existentes na antiga comarca eclesiástica paulista¹⁹⁶. Expandindo-se da comarca eclesiástica da Sé para as regiões de fronteira do bispado, o aparato jurídico diocesano redimensionou as jurisdições paroquiais pré-existentes e construiu novos espaços de atuação do oficialato episcopal paulista (Mapa 3).

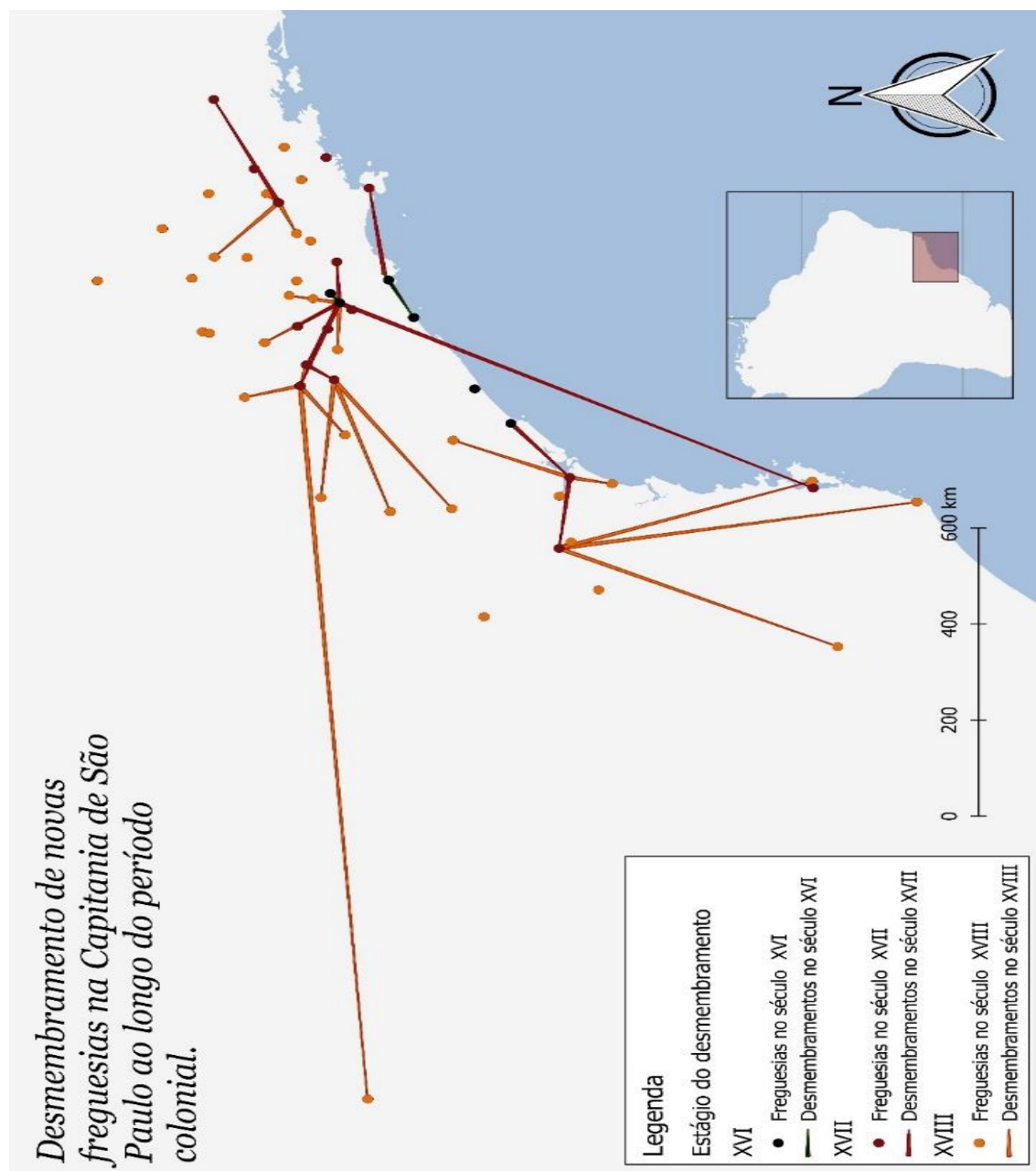
As medidas do prelado para o redimensionamento da jurisdição do seu bispado em nível diocesano e subdiocesano ocasionaram inúmeros conflitos com os párocos colados que, como abordaremos detalhadamente no próximo capítulo, eram contra a diminuição de sua jurisdição paroquial¹⁹⁷. Para resolver as querelas com os integrantes do clero diocesano, D. Bernardo Rodrigues Nogueira procurou reforçar sua autoridade por meio da estruturação e da atuação do tribunal episcopal¹⁹⁸. O curto episcopado de D. Bernardo se caracterizou por uma baixa atuação das vigararias (geral e vara), mas estabeleceu as bases administrativas da justiça eclesiástica e os limites jurisdicionais da nova diocese que seriam salvaguardados no episcopado de seu sucessor, D. Frei Antônio da Madre de Deus Galvão (1750-1764), por meio dos julgamentos no foro eclesiástico.

¹⁹⁶ ACMSP – Relatório de diversas freguesias a pedido de D. Bernardo Rodrigues Nogueira pela pastoral de 08 de agosto de 1746 (o livro se encontra incompleto). s/c.

¹⁹⁷ O bispo realizou uma reunião com os párocos para discutir a questão dos limites em 28/10/1747. Os documentos produzidos podem ser consultados em CAMARGO, Paulo Florêncio da Silveira. *A instalação do bispado de São Paulo e seu primeiro bispo* (Apêndices G a I). São Paulo, 1945; “Epítome da criação do bispado de São Paulo” in CAMARGO, Paulo Florêncio da Silveira. *Op.Cit.*, 1945. Aparentemente o documento foi publicado na Revista do Instituto Histórico do Brasil, mas como não obtivemos a versão integral, optamos por trabalhar com a versão contida na obra de Camargo.

¹⁹⁸ BRITTO, Michelle Carolina de. “A atuação do tribunal episcopal do bispado de São Paulo: delitos e justiça eclesiástica na Colônia (1747-1822)”. *Anais Eletrônicos do XVIII Simpósio Nacional de História*. Florianópolis: UFSC, 2015. Disponível no endereço eletrônico: <http://www.snh2015.anpuh.org/site/anaiscomplementares#M>.

Mapa 3 – Infográfico sobre o desmembramento das freguesias paulistas no período colonial (séculos XVI-XVIII)



Fontes: ARAÚJO, José de Souza Azevedo Pizarro. Memórias Históricas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1820; RUBERT, Arlindo. A Igreja no Brasil, 4 vols. Santa Maria: Editora Pallotti, 1981-1993; MADRE DE DEUS, Frei Gaspar. Memórias para a História da capitania de São Vicente. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1975; ALMEIDA, Pedro Taques. História da capitania de São Vicente. Brasília: Edições do Senado, 2014; SANTOS, Antônio Alves Ferreira dos. A Archidiocese de S. Sebastião do Rio de Janeiro. Subsídio para a história eclesiástica do Rio de Janeiro, capital do Brasil. Rio de Janeiro: Typographia Leuzinger, 1914; Cartografia: Laboratório de História Social, UnB.

A necessidade de preservação da autoridade episcopal paulista resultou do reordenamento jurisdicional que a criação do bispado de São Paulo promoveu no campo religioso e, por conseguinte, o estabelecimento de um novo equilíbrio entre os poderes eclesiásticos e civis. A presença do novo bispo acentuou os conflitos jurisdicionais nas zonas fronteiriças e alterou as práticas e costumes disseminados na sociedade paulista como, por exemplo, a emissão de licenças dadas aos mestres de capela para executarem suas músicas nas festas públicas pelas autoridades civis¹⁹⁹ ou as práticas jurídicas utilizadas pelos oficiais da justiça eclesiástica para exercerem sua autoridade no campo religioso em consonância com a nova prerrogativa episcopal.

Gradualmente, a capitania de São Paulo se desenvolvia e perdia as características de um núcleo urbano rural e sertanista. A malha da justiça eclesiástica acompanhava as transformações da capitania e expandia suas estruturas lentamente e em consonância com as necessidades espirituais da população. Conforme as estruturas do poder eclesiástico se enraizavam, os vínculos sociais e administrativos do prelado se expandiam. Os benefícios eclesiásticos do juízo episcopal exerciam um importante papel na manutenção dos vínculos sociais dos bispos que, ao nomearem clérigos de sua clientela para os cargos de vigário de vara, por exemplo, acabavam por viabilizar seu projeto de administração episcopal²⁰⁰.

Deste modo, construía-se a jurisdição episcopal paulista e os espaços de atuação da justiça eclesiástica por meio do provimento a cargos e da ereção de paróquias e vigararias da vara. As fontes demonstram que a administração de D. Frei Antônio da Madre de Deus Galvão representou o período de maior disseminação de paróquias e comarcas eclesiásticas²⁰¹. Após sua administração de caráter episcopalista²⁰² e assentada

¹⁹⁹ KANTOR, Íris. “Festas públicas e processo colonizador: as festas de comemoração da conquista do Tibagi na segunda metade do século XVIII” in *Politeia: História e Sociedade*. Vitória da Conquista, vol.8, nº1, 2008, pp.165-177.

²⁰⁰ RODRIGUES, Aldair Carlos. *Op. Cit.*, 2012.

²⁰¹ ACMSP-Registro das provisões e alvarás régios referentes à criação do bispado de São Paulo e ordens dos excelentíssimos bispos diocesanos (1746-1842), cota 1-2-39; ACMSP – PGA, crime, São Paulo, século XVIII, 1750-1764; ACMSP – PGA, crime, São Paulo, Interior, século XVIII, 170-1764.

²⁰² O episcopalismo defendia a autonomia dos bispos em sua diocese por meio da negação da primazia jurisdicional pontifícia. Deste modo, a autoridade jurisdicional do prelado originava-se de Cristo, assim como a papal. Sobre o episcopalismo Cf. SILVA, Leandro Ferreira Lima da. *Regalismo no Brasil Colonial: a Coroa portuguesa e a província de Nossa Senhora do Carmo do Rio de Janeiro (1750-1808)*.

na defesa de sua autonomia e jurisdição, o bispado de São Paulo contava com trinta e oito freguesias e nove aldeias de índios²⁰³. Cabe ressaltar que não encontramos na história demográfica paulista dados efetivos sobre a distribuição populacional pelas freguesias. Porém, os dados apresentados nas tábuas populacionais produzidas no decênio de 1760 nos permitem reorganizar as informações (ainda que com imprecisão) pelas comarcas eclesiásticas.

Os dados censitários que foram sistematizados pelos historiadores Francisco Vidal Luna e Hebert S. Klein, com base nos dois registros populacionais realizados pelo governador da capitania, D. Luís Antônio de Sousa Botelho Mourão (Morgado de Mateus), para a população livre (1765) e população escrava (1768) indicam que a cidade de São Paulo e seu termo era composto por uma cidade e dezoito vilas e população de cerca de 83.880 habitantes entre escravos e livres²⁰⁴. Dividindo as informações pelas comarcas eclesiásticas da diocese paulista, percebemos que a comarca da Sé e seu termo era a mais populosa, com 28.307 pessoas, seguida das comarcas eclesiásticas meridionais (Curitiba e Paranaguá) que totalizavam juntas 18.235 almas, e pela comarca eclesiástica de Guaratinguetá e circunvizinhança com 14.912 habitantes. As comarcas diocesanas da marinha (Santos, Ubatuba, São Vicente) totalizavam 3.692 residentes e, finalmente, as comarcas da “fronteira oeste” (Itu e Santana de Sapucaí) totalizavam 8.734 pessoas²⁰⁵.

O espaço diocesano paulista adquiriu seus contornos definitivos na administração de D. Frei Manoel da Ressureição (1772-1789). A diocese de São Paulo era composta nos últimos anos do decênio de 1770 por 14 comarcas eclesiásticas, sendo uma vigararia geral e treze vigararias da vara, a saber: Sé (vigararia-geral), Guaratinguetá, Itu, Paranapanema, Mogi-Mirim, Curitiba, Santana do Sapucaí, Ubatuba,

São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas-USP, 2013 (Dissertação de mestrado); SOUZA, Evergton Sales. “Jansenismo e reforma da Igreja na América Portuguesa” in *Actas do Congresso Internacional Espaço Atlântico de Antigo Regime: poderes e sociedades*; _____. “Igreja e Estado no período Pombalino” in *Lusitânia Sacra*, 2ª série, tomo XXIII, Jan-jun, 2011.

²⁰³ *Documentos interessantes para a história e costumes de São Paulo*, vol. 73, 1952; KANTOR, Íris. *Op.Cit.*, 2008.

²⁰⁴ *Documentos interessantes para a História e costumes de São Paulo* São Paulo: Instituto Histórico e Geographico de S. Paulo, v. 62, 1937. Para saber mais sobre a evolução demográfica da capitania Cf. MARCÍLIO, Maria Luiza. *Crescimento demográfico e evolução agrária paulista, 1700-1836*. São Paulo: Hucitec, 2000; LUNA, Francisco Vidal; KLEIN, Herbert S. *Evolução da sociedade e economia escravista de São Paulo, 1750-1850*. São Paulo: EDUSP, 2005.

²⁰⁵ LUNA, Francisco Vidal; KLEIN, Herbert S. *Op.Cit.*, 2005, p.53; RODRIGUES, Aldair Carlos. *Igreja e Inquisição no Brasil. Agentes, carreiras e mecanismos de promoção social – século XVIII*. São Paulo: Alameda, 2014, pp. 301-304.

Santos, Paranaguá, Rio Pardo, Vila Nova das Lages, Jacuí e Iguatemi (Mapa 4)²⁰⁶. Se comparada aos bispados vizinhos, ela tinha apenas cinco comarcas eclesiásticas a menos que a diocese fluminense e dez comarcas a mais que o bispado mariano²⁰⁷. A geografia eclesiástica paulista sofreu poucas alterações após a administração de Frei Antônio da Madre de Deus Galvão, e apenas nos anos finais da centúria dos setecentos uma nova comarca foi criada: Sorocaba²⁰⁸. Destarte, devemos nos questionar se a jurisdição episcopal paulista e o enraizamento das estruturas do poder eclesiástico por toda extensão diocesana possibilitaram a manutenção e salvaguarda das fronteiras do bispado.

Assunto recorrente na historiografia do período colonial, sobretudo no tocante aos espaços de exercício da justiça, os debates em torno do conceito de fronteira podem ser organizados em três tipos: a primeira vertente interpretativa entende por fronteira os marcos naturais e acidentes geográficos; a segunda vertente compreende a fronteira como um espaço de deserto institucional caracterizado pelas desordens, abusos, violência e barbárie²⁰⁹. Reduzindo a concepção de fronteira ao plano do direito e construção das jurisdições, a terceira vertente considera a fronteira como o produto da separação entre o foro eclesiástico e secular²¹⁰. Apesar das múltiplas formas de se pensar a fronteira, já que a mesma é adequada e construída segundo o objeto em análise, todas as linhas interpretativas consideram a fronteira mutável²¹¹. Dialogando com as concepções de fronteira apresentadas, podemos afirmar que a capilaridade da malha diocesana permitiu aos bispos paulistas, por meio do oficialato episcopal e em consonância com sua orientação jurídica, remodelar as fronteiras diocesanas segundo suas intenções e objetivos. Para tal, os bispos fizeram uso político do tribunal episcopal por meio das práticas jurídicas e a tipologia dos delitos julgados. Julgar os transgressores prefigurou-se como um mecanismo de salvaguarda do poder eclesiástico e manutenção das fronteiras da diocese.

²⁰⁶ Relação Geral da Dioceze de S. Paulo, suas comarcas, freguezias, congruas, uzos e costumes (1777). *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, vol. 4 (1898-1899).

²⁰⁷ Relação Geral da Dioceze de S. Paulo, suas comarcas, freguezias, congruas, uzos e costumes (1777). *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, vol. 4 (1898-1899); ARAÚJO, José de Souza Azevedo Pizarro. *Op. Cit.*, tomo VI, 1822.

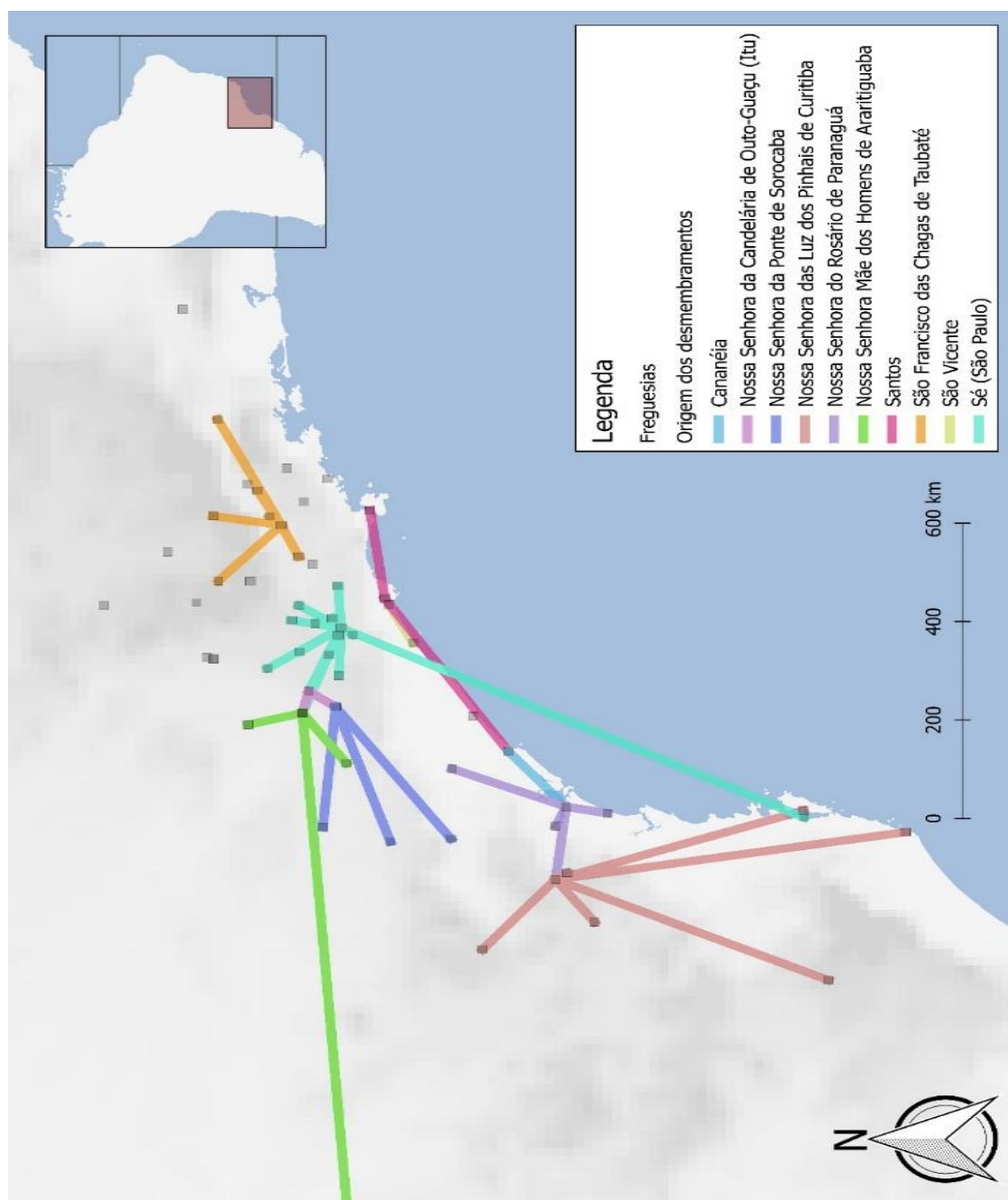
²⁰⁸ CARTA dos oficiais da Câmara de Sorocaba, à rainha [D. Maria I], solicitando ordem para que o reitor Bispo dessa diocese faça erigir uma vigaria na vara da vila de Sorocaba. AHU-São Paulo, cx. 12, doc. 697.

²⁰⁹ FURMANN, Ivan. *Cultura jurídica e transição entre Colônia e Império. A experiência da Ouvidoria de Paranaguá e Curitiba*. Curitiba, 2013 (Tese de doutorado), p. 67.

²¹⁰ PRODI, Paolo. *Op. Cit.*, 2005, pp. 136.

²¹¹ FONSECA, Cláudia Damasceno. *Op. Cit.*, 2011, p. 55-58.

Mapa 4 – Infográfico sobre os desmembramentos das comarcas eclesiásticas paulista nos setecentos



Fontes: ARAÚJO, José de Souza Azevedo Pizarro. Memórias Históricas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1820; RUBERT, Arlindo. A Igreja no Brasil, 4 vols. Santa Maria: Editora Pallotti, 1981-1993; MADRE DE DEUS, Frei Gaspar. Memórias para a História da capitania de São Vicente. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1975; ALMEIDA, Pedro Taques. História da capitania de São Vicente. Brasília: Edições do Senado, 2014; SANTOS, Antônio Alves Ferreira dos. A Archidiocese de S. Sebastião do Rio de Janeiro. Subsídio para a história eclesiástica do Rio de Janeiro, capital do Brasil. Rio de Janeiro: Typographia Leuzinger, 1914; Cartografia: Laboratório de História Social, UnB.

2) Usos do tribunal episcopal: fazer justiça e construir o espaço diocesano.

A instalação dos mecanismos da justiça episcopal por toda extensão diocesana e a nomeação de seus oficiais permitiu aos bispos paulistas, além da construção espacial de sua jurisdição, o exercício de sua autoridade no campo religioso e a manutenção de suas fronteiras em relação aos agentes régios e os bispos das unidades diocesanas vizinhas, sobretudo o prelado fluminense²¹². O julgamento de transgressores acabou por apresentar (segundo os ensejos episcopais) um duplo papel: fazer justiça e assegurar a autoridade dos bispos em nível diocesano e subdiocesano. O uso do tribunal episcopal paulista (vigararias geral e vara) na manutenção da jurisdição eclesiástica possibilitou a construção e reconstrução das fronteiras do bispado de São Paulo. A utilização do juízo eclesiástico em questões alheias à sua jurisdição ou modos processuais não costumeiros para consolidar a jurisdição episcopal paulista e as fronteiras diocesanas se expressa no corpus documental processual e epistolar da diocese paulista.

A análise quantitativa dos autos julgados pelo do tribunal episcopal paulista correlacionada às práticas jurídicas, demonstram as transformações no foro eclesiástico em meio à difusão do regalismo e, por conseguinte, nos permite problematizar os usos do foro eclesiástico pelos bispos paulistas e seu oficialato episcopal. Devemos enfatizar a imprecisão quantitativa do corpus documental processual devido às condições de salvaguarda e preservação arquivística. Imprecisão que não nos impede de realizar uma análise geral do funcionamento do tribunal diocesano (vigararia-geral e varas) paulista na centúria dos setecentos.

No decorrer da centúria dos setecentos foram julgados pelo foro eclesiástico de São Paulo aproximadamente 1000 processos envolvendo clérigos e leigos referentes, principalmente, aos chamados “delitos da carne” (concubinato, mancebia, adultério, estupro), crimes contra a ordem clerical e a administração sacramental, autos de devassas oriundos das visitas pastorais e correições gerais, agressões, homicídio, furto e delitos de foro inquisitorial. A tipologia dos delitos e a organização do volume processual julgado pelo auditório eclesiástico paulista em amostragens quantitativas por decênio (Tabela 4) demonstram que a década inicial de funcionamento do foro episcopal no julgamento de transgressores corresponde ao período de maior atividade da justiça eclesiástica na capitania de São Paulo e, por conseguinte, indicam o uso do

²¹² CAMARGO, Paulo Florêncio. *Op.Cit.*, 1945; ARAÚJO, José de Souza Azevedo Pizarro, *Op.Cit.*, 1820.

tribunal episcopal no processo de construção do espaço diocesano e o papel da justiça na consolidação da diocese paulista.

Quadro 4

Decênio	Processos julgados
1747-1757	368
1758-1768	187
1769-1779	109
1780-1790	190
1791-1801	50
1802-1812	38
1813-1822	58
Total	1000

Fonte: ACMSP-PGA, Crime, São Paulo, século XVIII-XIX; ACMSP-PGA, Crime, São Paulo, Interior, século XVIII-XIX.

O tribunal diocesano teve maior atuação na administração de D. Frei Antônio da Madre de Deus Galvão (1750-1764), segundo bispo de São Paulo, com 316 processos julgados. Os períodos de sede vacante do bispado paulista (1748-1750; 1764-1772 e 1789-1792) representam em termos gerais períodos de queda no julgamento de casos, mas demonstram que houve atividade judicial e a continuidade da vigilância comportamental de clérigos e leigos²¹³. Aspecto comum às demais dioceses da América portuguesa localizadas em zonas de fronteira colonial como, por exemplo, o bispado do Maranhão²¹⁴.

Analisando a atividade processual por decênios apresentada na tabela 4, podemos afirmar que o intenso funcionamento do tribunal correspondeu às medidas do

²¹³ ACMSP - PGA, crime, São Paulo, século XVIII-XIX; ACMSP – PGA, crime, São Paulo-Interior, século XVIII-XIX.

²¹⁴ Para uma análise comparativa entre os auditórios eclesiais paulista e maranhense Cf. BRITTO, Michelle Carolina de. *Op.Cit.*, 2015. Disponível no endereço eletrônico: <http://www.snh2015.anpuh.org/site/anaiscomplementares#M>.

bispo para reforçar sua autoridade dentro do espaço diocesano por meio do foro eclesiástico e consolidar as práticas jurídicas episcopais em meio as fronteiras jurisdicionais entre o foro civil e eclesiástico. A consolidação da *práxis episcopal* paulista ocorreu por meio da confirmação da sobreposição entre os espaços de exercício da justiça episcopal e civil utilizadas pelos vigários da vara da comarca diocesana de São Paulo²¹⁵. A confluência entre os foros eclesiástico e civil era característica da cultura jurídica do direito comum e, como demonstrou Paulo Prodi, legitimada em três níveis: ao nível da lei que permitia a fluidez entre o corpus normativo; na esfera argumentativa dos juízes e na capacidade que os juristas e juízes possuíam na construção dos limites entre os foros em diálogo com as políticas jurídicas e administrativas²¹⁶. A justaposição entre os foros civil e episcopal no julgamento de delitos pelo auditório eclesiástico, assim como a correlação entre a justiça e a construção do espaço diocesano, pode ser exemplificada pelo julgamento da ação contra Bento Magalhães Peixoto, natural da vila de Curitiba e proprietário de terras²¹⁷.

No dia 20 de maio de 1766 ao voltarem da ouvidoria no horário da Ave Maria e ao chegarem ao adro da Igreja Matriz, Peixoto empurrou Manoel Borges de Sampaio – lavrador e proprietário de terras, natural da vila de Curitiba - das escadas, e com uma pedra, abriu-lhe dois cortes na testa (o que sujou o adro de sangue), ficando Sampaio imóvel entre o cruzeiro e a porta da matriz. Segundo o processo-crime, a justiça secular tomou nota da agressão e, posteriormente, remeteu os autos ao vigário da vara de Paranaguá, Francisco Meira Calassa, para que se fizesse justiça²¹⁸. Este qualificou pejorativamente o réu de “mourisco”, pois Bento Magalhães Peixoto alegou ao longo de seu depoimento que o adro da Igreja Matriz não era bento, e requereu uma petição sobre a sacralidade do mesmo. Após a aprovação do parecer e a inquirição das testemunhas, o vigário da vara requereu o parecer do ouvidor e vigário-geral, Manoel José Vaz, sobre a sentença a ser aplicada ao réu antes do traslado do processo à vigararia-geral²¹⁹. O réu foi acusado de sacrilégio e “nestes termos, e conforme aos de Direito, deve o réu ser

²¹⁵ Sobre o período embrionário da *práxis episcopal* paulista conferir o primeiro capítulo de nosso trabalho.

²¹⁶ PRODI, Paolo. *Op. Cit.*, 2005, pp. 136-140.

²¹⁷ Processo de sacrilégio contra Bento Magalhães Peixoto (1766-1768), ACMSP – PGA, crime, São Paulo-Interior-Curitiba, século XVIII-XIX.

²¹⁸ Idem.

²¹⁹ Idem, fólios 7-9.

condenado em todas as penas cíveis e crimes, impostas pelas Constituições, em semelhante caso para emendo e exemplo”²²⁰.

Procedimento semelhante ocorreu nos autos envolvendo Manoel Barbosa dos Santos, residente na vila de Curitiba, e credor de Joaquim Manoel de Abreu, natural da vila de Curitiba. Em 30 de janeiro de 1763, Manoel Barbosa dos Santos realizou uma admoestação na igreja de Nossa Senhora da Luz dos Pinhais de Curitiba contra o réu, Joaquim Manoel de Abreu, por não receber a quantia devida do mesmo. Após analisar a admoestação, o vigário da vara, padre Manoel Domingues Leitão, requereu o pagamento imediato das quantias devidas a Manoel de Abreu por motivo de carta de excomunhão. Infelizmente, o devedor faleceu e a pedido de Manoel Barbosa dos Santos por intermédio de seu procurador, Antônio Pimentel, e do vigário da vara autuou-se o defunto na ouvidoria da vila de Curitiba e requereu-se a opinião do ouvidor sobre a sentença e procedimentos a serem adotados para resolução do caso²²¹.

O vigário da vara, após consultar o ouvidor e demais oficiais, determinou a cobrança criminal da dívida por meio do procurador de Manoel Barbosa dos Santos e auxílio do braço secular. Dois anos mais tarde ao julgamento da causa de Barbosa dos Santos, chegava ao foro eclesiástico paulista outra carta de admoestação escrita pelo capitão-mor da vila de Curitiba, Manoel Rodrigues Ribas, referente ao furto de animais e objetos materiais de uma fazenda localizada no termo da dita vila. Os procedimentos judiciais adotados pelo vigário da vara e oficialato episcopal na resolução da causa foram semelhantes as ações adotadas no caso de Manoel Barbosa dos Santos e, por conseguinte, a sentença emitida pelo vigário da vara de Curitiba determinava a restituição criminal dos bens furtados sob pena de excomunhão e prisão do ladrão por meio do braço secular²²².

As ações envolvendo Manoel Barbosa dos Santos (1763) e Manoel Rodrigues Ribas (1765) sobre dívidas e furtos que foram julgados pelo vigário da vara, reforçam a ideia de uma sobreposição jurisdicional, e nos possibilitam afirmar que a atuação da

²²⁰ Idem, fólio 8v.

²²¹ Processo envolvendo Manoel Barbosa dos Santos por dívidas (30/01/1763). ACMSP- PGA, série crime, São Paulo-Interior, Curitiba, século XVIII (1750-1800).

²²² Processo envolvendo Manoel Rodrigues Ribas, capitão-mor da vila de Curitiba, por dívidas (1765) in ACMSP-PGA, série crime, São Paulo-Interior, Curitiba, século XVIII (1750-1800).

justiça eclesiástica ultrapassou os limites da vigilância comportamental e doutrinal²²³. Perspectiva que nos permite afirmar que a interferência do tribunal eclesiástico nos assuntos seculares, principalmente nas comarcas eclesiásticas fronteiriças com as dioceses fluminense e marianense, representou a tentativa de confirmação da autoridade eclesiástica por meio da uniformização dos modos de se fazer justiça. O processo de padronização das práticas jurídicas na diocese paulista possibilitaria aos bispos assegurar as divisas eclesiásticas e preservar a sua jurisdição nas freguesias em contendas, como demonstraremos no próximo capítulo, em meio a política de centralização jurídica e administrativa no Rio de Janeiro²²⁴. Esta atingiu seu ápice com a instalação do Tribunal da Relação do Rio de Janeiro, em 1750, e o desmembramento da jurisdição secular do tribunal baiano²²⁵.

A constituição da cultura jurídica episcopal paulista e a utilização do tribunal episcopal nas questões fronteiriças possibilitou a manutenção do poder diocesano por meio da apropriação das estruturas do poder eclesiástico e a disseminação da cultura jurídica diocesana pelas comarcas pertencentes a malha eclesiástica de São Paulo. O exercício da justiça, assim como a realização de visitas pastorais, favoreceu a construção do espaço diocesano e seus limites por meio da delimitação dos espaços de atuação do oficialato episcopal paulista. Delimitação dos espaços explicitada na ação envolvendo o governador da vila e Praça de Santos, Inácio Elói de Madureira, em 1755.

No mês de outubro de 1755, Inácio Elói de Madureira foi denunciado ao vigário da vara de Santos por ter provocado grande escândalo na vila ao seduzir e levar para residir em sua casa a esposa de João Gonçalves Seixas. D. Frei Antônio da Madre de Deus Galvão, ao saber do respectivo delito, pediu ao vigário de Santos que lhe enviasse uma carta reportando o comportamento de Elói Madureira e afirmando se o mesmo havia tomado para si a esposa de Seixas, durante a ausência do mesmo por conta do trabalho nas milícias ao sul do bispado. Frei Antônio, ao saber da situação de concubinato em que vivia o governador, Elói Madureira, ordenou uma visita pastoral na

²²³ Processo envolvendo Manoel Barbosa dos Santos por dívidas (30/01/1763) in ACMSP-PGA, série crime, São Paulo-Interior, Curitiba, século XVIII (1750-1800); Processo envolvendo Manoel Rodrigues Ribas, capitão-mor da vila de Curitiba, por dívidas (1765) in ACMSP-PGA, série crime, São Paulo-Interior, Curitiba, século XVIII (1750-1800).

²²⁴ CAMARINHAS, Nuno. “O aparelho judicial ultramarino português. O caso do Brasil (1620-1800)” in *Almanack brasiliense*, n.09, maio de 2009, pp. 84-102; _____. “Administração da justiça em espaços coloniais. A experiência imperial portuguesa e os seus juízes, na época moderna” in *Jahrbuch für Geschichte Lateinamerikas*, 52, 2015.

²²⁵ WEHLING, Arno; WEHLING, Maria José. *Direito e justiça no Brasil Colonial: O Tribunal da Relação do Rio de Janeiro, 1751-1808*. Rio de Janeiro: Renovar, 2004.

vila de Santos no mesmo ano para o recolhimento de informações sobre os boatos e a inquirição das testemunhas.

Ao término da visita episcopal e a análise dos depoimentos, o prelado decidiu admoestar o governador em consonância com o juiz de fora da vila de Santos que auxiliara no levantamento das informações sobre o amancebamento. O bispo declarou em sua carta de admoestação que possuía jurisdição sobre o caso e que, por zelar pelo sacramento do matrimônio, alertava e pedia que o Madureira cumprisse os sagrados cânones e “larga[sse] a ocasião escandalosa”²²⁶. Não obstante, o bispo paulista enviou ao monarca uma carta informando as providências que havia tomado em relação ao amancebamento de Elói Madureira com a esposa de João Gonçalves Seixas e que, se por algum motivo, a sua admoestação não obtivesse resultados, comunicaria novamente a situação ao monarca²²⁷.

A interrelação entre os oficiais das justiças eclesiástica e régia na apuração das denúncias feitas contra Inácio Elói Madureira demonstram como a atuação do tribunal episcopal paulista nos tempos de D. Frei Antônio da Madre de Deus Galvão procurou cooperar com as instâncias régias e atuar conjuntamente com as mesmas, sempre reforçando e inteirando a sua jurisdição. A aplicação da pena espiritual por meio do alerta ao governador de Santos – e a opção de não se abrir o processo no foro eclesiástico – demonstra a consonância dos oficiais da justiça eclesiástica e, por conseguinte, do bispo, com a administração de seu antecessor (D. Bernardo Rodrigues Nogueira), que imprimiu na população do bispado paulista o hábito da penitência espiritual no que dizia respeito aos comportamentos luxuriosos²²⁸.

Outro aspecto a ser enfatizado é que a aplicação da pena espiritual pelo prelado pode estar ligada ao papel que a comarca eclesiástica de Santos e seus oficiais (eclesiásticos e régios) exerceram na manutenção das fronteiras diocesanas paulista na

²²⁶ ACMSP – PGA, crime, São Paulo-Interior, Santos, século XVIII-XIX; Carta do bispo de São Paulo D. Frei Antônio (da Madre de Deus Galvão) a D. José I comunicando que o governador da vila e Praça de Santos, Inácio Elói de Madureira, tinha provocado grande escândalo por ter reduzido e levado para sua casa, a mulher dum habitante daquela vila, e pede as providencias que o caso requer. São Paulo, 17 de julho de 1756. AHU-ACL-CU, cx.21, Doc. 2074. A documentação eclesiástica referente ao caso se encontra anexada à carta.

²²⁷ ACMSP – PGA, crime, São Paulo-Interior, Santos, século XVIII-XIX; Carta do bispo de São Paulo D. Frei Antônio (da Madre de Deus Galvão) a D. José I comunicando que o governador da vila e Praça de Santos, Inácio Elói de Madureira, tinha provocado grande escândalo por ter reduzido e levado para sua casa, a mulher dum habitante daquela vila, e pede as providencias que o caso requer. São Paulo, 17 de julho de 1756. AHU-ACL-CU, cx.21, D.2074. A documentação eclesiástica referente ao caso se encontra anexada à carta.

²²⁸ CAMARGO, Paulo Florêncio de Silveira. *Op.Cit.*, 1945.

região da comarca do rio das Mortes. O posicionamento fraterno apresentado pelo bispo asseguraria o apoio concedido a política episcopal, uma vez que o prelado era a única autoridade em São Paulo desde a supressão da autonomia da capitania, e a possibilidade de auxílio na preservação da jurisdição eclesiástica. Cabe lembrar que Santos era o centro militar da capitania de São Paulo e, por conseguinte, responsável por organizar a fortificação das áreas suscetíveis à ataques e invasões.

A vigilância dos comportamentos que fugiam do ideal apostólico proposto por Trento e aplicado por meio da atuação do tribunal episcopal paulista refletia a inserção do bispo na cultura jurídica diocesana²²⁹, na qual a confluência entre o foro eclesiástico e o foro régio era constante e utilizada como um mecanismo de reforço da autoridade do prelado diante das autoridades régias locais. As “práticas jurídicas homogêneas” e sobrepostas demonstram como os oficiais da justiça (e o próprio bispo) procuraram reforçar sua jurisdição diante dos tribunais régios, pois os vigários adentravam as esferas seculares de exercício da justiça. Entretanto, a compreensão dos usos do tribunal pelos bispos e da consolidação da jurisdição episcopal paulista por meio de sua malha diocesana exige uma análise aprofundada das relações conflituosas entre o oficialato episcopal do bispado de São Paulo com os bispos das dioceses vizinhas.

²²⁹Compreendemos por cultura jurídica diocesana a confluência dos modos de se fazer justiça nas diferentes comarcas eclesiásticas que compunham o bispado de São Paulo, pois se analisarmos atentamente os processos-crimes depreendemos que as práticas jurídicas utilizadas pelos vigários da vara e oficiais subalternos da justiça eclesiástica se adequam ao contexto e realidade locais. Não obstante, devemos enfatizar que a adequação ao contexto e realidade locais ocorria de acordo com as prerrogativas episcopais.

Capítulo III

Construindo a jurisdição eclesiástica paulista: conflitos jurisdicionais e as medidas do episcopado para organizar o novo bispado

“Se faz no *Motu proprio* menção dos termos e limites das prefeituras seculares e dos termos e limites das Audiências e ouvidorias, mas inegável e claramente determina e manda que em algumas partes e confins dos bispados e prelaturas, seja o termo e divisão, não pelas prefeituras e audiências seculares, mas pelos lugares, rios, cataratas e montes apontados, nomeados e assinados no mesmo *Motu proprio*”

D. Bernardo Rodrigues Nogueira, 1747

A) A comarca eclesiástica do rio das Mortes e os clérigos em disputa pela área de atuação pastoral e jurídica.

A administração de D. Bernardo Rodrigues Nogueira se caracterizou pela expansão e fixação da jurisdição eclesiástica, como demonstramos no capítulo anterior, por meio da organização e estruturação do tribunal episcopal de São Paulo, para além do uso político do foro eclesiástico nas comarcas meridionais e fronteiriças com a diocese fluminense. Este período foi marcado pelos esforços do prelado e oficialato episcopal em organizar a jurisdição eclesiástica paulista e consolidar as linhas gerais da política jurídico-pastoral em consonância com as prerrogativas episcopais, as *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia* e o regalismo monárquico. Para tal, seria necessário estabelecer as fronteiras jurisdicionais das paróquias e comarcas paulistas, ou seja, construir o espaço diocesano.

O enraizamento das estruturas do poder eclesiástico em São Paulo e o redimensionamento das jurisdições paroquiais promovidos pelo prelado com o objetivo de reforçar a autoridade episcopal nas comarcas de sua diocese, assim como de viabilizar o ofício pastoral, ocasionaram inúmeros conflitos com os párocos colados,

membros do clero regular e missionários que eram contra a política episcopal e desejavam preservar seu espaço de atuação jurídico-pastoral²³⁰. Após realizar uma reunião com os clérigos das freguesias para discutir as jurisdições paroquiais, o bispo paulista expediu uma carta pastoral anunciando um traçado de limites para as paróquias e as diretrizes que deveriam ser adotadas pelos vigários para melhor aplicação dos sacramentos e realização da desobriga pascal²³¹. O corpo clerical, insatisfeito com a diminuição de sua autoridade e, por conseguinte, das conhecenças e pés de altar, não reconhecia os novos limites paroquiais e procurou preservar as demarcações pré-existentes, principalmente nas freguesias afastadas da sede diocesana e distantes da fiscalização constante do prelado²³². Devemos salientar que, para além da insatisfação do corpo clerical com as novas jurisdições paroquiais, os fiéis continuaram a frequentar as antigas freguesias e/ou as paróquias recém-criadas que distassem poucas léguas de suas residências. Este comportamento incidiu nos emolumentos eclesiásticos e resultou em oscilações nos valores recolhidos pela fábrica das igrejas nas diferentes comarcas diocesanas do bispado²³³.

Os impactos do comportamento da população paulista e as diferenças nos recolhimentos paroquiais sob a atuação do oficialato episcopal foi enfatizado pelo pároco da Sé e vigário-geral, o padre Manuel José Vaz, no relatório que fez sobre as condições gerais da freguesia. Segundo o clérigo, as diferenças nos valores das conhecenças e emolumentos acabaram por incidir nos limites paroquiais e nas condições materiais das igrejas. O alto recolhimento monetário em algumas paróquias fronteiriças por meio de doações, testamentos, legados pios e os interesses pecuniários que permeavam as celebrações eucarísticas paulistas, resultaram no não cumprimento das atividades pastorais pelos clérigos, que se sentiam desfavorecidos financeiramente²³⁴. Não obstante, devemos enfatizar que a demarcação dos limites paroquiais proposta por D. Bernardo Rodrigues Nogueira possibilitou a consolidação da política de expansão da malha da justiça eclesiástica e a salvaguarda das fronteiras jurisdicionais com os bispados de Mariana e Rio de Janeiro por meio do provimento de

²³⁰ SILVA, Maria Beatriz Nizza da; BACELLAR, Carlos de Almeida Prado; GOLDSCHMIDT, Eliana Réa; NEVES, Lucia M. Bastos P. “A organização eclesiástica” in _____. *História de São Paulo Colonial*. São Paulo: Editora UNESP, 2008, pp. 121.

²³¹ CAMARGO, Paulo Florêncio. *Op. Cit.*, vol. IV, pp. 47-49.

²³² Idem, pp. 47-49.

²³³ ZANON, Dalila. *Op. Cit.* pp. 92-93.

²³⁴ Idem, ibidem, pp. 92.

clérigos e a apropriação das paróquias e capelanias dos sertões em nível subdiocesano²³⁵.

O redimensionamento jurídico das freguesias e o estabelecimento das fronteiras entre os bispados paulista, marianense e fluminense iniciaram uma discussão jurisdicional entre D. Bernardo Rodrigues Nogueira e D. Frei Antônio do Desterro sobre a posse das paróquias e curatos localizados na campanha do Rio Verde ou comarca do Rio das Mortes, uma vez que a malha eclesiástica constituída na região acompanhou a fixação dos núcleos populacionais de sertanistas que, após a Guerra dos Emboabas (1709), se dirigiram para as minas de Cuiabá e Goiás²³⁶. Cabe ressaltar que, apesar da historiografia abordar a expansão dos paulistas e seu aparato jurídico-administrativo eclesiástico e civil para as minas do oeste colonial como uma consequência direta da perda do controle da administração dos veios auríferos nas Gerais, os mesmos não desapareceram do cenário mineiro e acabaram por desenvolver comércios lucrativos na região, assim como também permaneceu na região o corpo clerical, que acabou sendo submetido à autoridade episcopal do prelado marianense.

Exercendo papel semelhante à antiga comarca eclesiástica de São Paulo na geografia diocesana paulista e desmembrada da comarca de Guaratinguetá no terceiro decênio dos setecentos, a comarca eclesiástica do Rio das Mortes localizava-se no entroncamento de dois caminhos cruciais para a expansão luso-brasileira ao oeste do território colonial: o caminho velho, que ligava São Paulo ao centro mineiro, e o caminho novo – criado pelo sertanista Garcia Pais –, entre a Guanabara e Vila Rica²³⁷.

²³⁵ ANDRADE, Francisco Eduardo de. “Poder e capelanias na fronteira das Minas Gerais – o sertão do oeste” in *Actas do Congresso Internacional Espaço Atlântico de Antigo Regime: poderes e sociedades*, Lisboa: Instituto de investigação científica tropical, 2009, pp.01-16; FONSECA, Claudia Damasceno. *Op. Cit.*, 2011, pp. 124-130.

²³⁶ SILVA, Maria Beatriz Nizza da; BACELLAR, Carlos de Almeida Prado; GOLDSCHMIDT, Eliana Réa; NEVES, Lucia M. Bastos P. *Op.Cit.*, 2008, pp. 104-112; BOXER, Charles. *A idade do Ouro no Brasil. Dores do crescimento de uma sociedade colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000, pp. 260-283; JESUS, Nauk Maria de. *O governo local na fronteira oeste: a rivalidade entre Cuiabá e Vila Velha no século XVIII*. Dourados: Editora da UFGD, 2011.

²³⁷“Em menos de trinta dias, marchando de sol a sol, podem chegar os que partem da cidade do Rio de Janeiro às minas gerais, porém raras vezes sucede poderem seguir esta marcha, por ser o caminho mais áspero que o dos paulistas. E, por relação de quem andou por ele em companhia do governador Artur de Sá, é o seguinte. Partindo aos 23 de agosto da cidade do Rio de Janeiro foram a Parati. De Parati a Taubaté. De Taubaté a Pindamonhangaba. De Pindamonhangaba a Guaratinguetá. De Guaratinguetá às roças de Garcia Rodrigues. Destas roças ao Ribeirão. E do Ribeirão, com oito dias mais de sol a sol, chegaram ao rio das Velhas aos 29 de novembro, havendo parado no caminho oito dias em Parati, dezoito em Taubaté, dous em Guaratinguetá, dous nas roças de Garcia Rodrigues e vinte e seis no Ribeirão, que por todos são cinquenta e seis dias. E, tirando estes de noventa e nove, que se contam desde 23 de agosto até 29 de novembro, vieram a gastar neste caminho não mais que quarenta e três dias”. ANTONIL, André

O território correspondente à comarca era um ponto nevrálgico para as capitanias por ser área de fronteira “erizada de morros elevados e coberta de vegetação espessa, foi vista desde cedo [d]o início da exploração aurífera como terreno propício ao descaminho e contrabando de ouro e pedras preciosas”²³⁸. Assim, instalaram-se registros na região para controlar os carregamentos que entrassem ou saíssem das minas e foi proibida a ocupação definitiva da área por colonos que não estivessem ligados ao abastecimento dos viajantes. Proibição que não se estendeu aos missionários e párocos, que exerciam as atividades pastorais aos residentes na campanha e catequizavam os índios²³⁹.

Os viandantes e sesmeiros da região estavam subordinados ao pároco da freguesia de Mogi-Guaçu, uma vez que as grandes distâncias entre os arraiais, e a inexistência de uma paróquia nas proximidades, remodelaram a atuação do clero secular por meio da realização das “desobrigas de caminho”. Estas consistiam no deslocamento do vigário de pouso em pouso desobrigando cada fiel de suas necessidades espirituais²⁴⁰. Infelizmente, não possuímos muitas informações sobre a atividade dos missionários e membros do clero secular atuantes na região no corpus documental analisado, ou sobre as práticas de evangelização e catequização dos indígenas, dimensões de extrema importância para a compreensão do estabelecimento das fronteiras diocesanas e as relações de poder entre o clero regular, missionários e o prelado paulista. Faz-se necessário um trabalho de fôlego sobre a problemática (o que não temos como fazer no escopo deste trabalho), já que os missionários e membros do clero regular constituíam a base do regime colonial nas zonas de fronteira²⁴¹.

João. *Cultura e opulência do Brasil etc.* Lisboa, 1711 [Rio de Janeiro, 1921. Prefácio de Affonso Taunay], pp. 86.

²³⁸ FIGUEIREDO, André Rodrigues. “Os sertões proibidos da Mantiqueira: desbravamento, ocupação da terra e as observações do governador D. Rodrigo José de Meneses” in *Revista Brasileira de História*. São Paulo, vol. 23, n.46, 2003, p. 256.

²³⁹ AHU-CARTA de João Rodrigues Amorim ao vigário Gaspar de Sousa Leal, dizendo-lhe que o Rio Grande é o melhor padrão para marcar a separação entre o Bispado de São Paulo e Mariana, mas não é o verdadeiro padrão para separar São Paulo das Minas (Gerais). AHU-São Paulo-MGouveia, cx. 17, doc. 1639 (Doravante: AHU-São Paulo-MGouveia, cx. 17, doc. 1639).

²⁴⁰ ACMSP- Livro de tombo da paróquia de Mogi-Guaçu (1736-1775) *apud* SILVA, Maria Beatriz Nizza da; BACELLAR, Carlos de Almeida Prado; GOLDSCHMIDT, Eliana Réa; NEVES. Lucia M. Bastos P. *Op. Cit.*, 2008, pp. 111-112.

²⁴¹ BOXER, Charles Ralph. *A igreja militante e a expansão Ibérica (1440-1770)*. Tradução de Vera Maria Pereira. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, pp. 95. Para um estudo de caso sobre a geografia eclesiástica em zonas de fronteira e a atuação dos missionários e membros do clero regular Cf. NETO, Clovis Ramiro Jucá. “O lugar dos aldeamentos, capelas, igrejas matrizes e freguesias do Ceará durante o século XVIII e alvorecer do XIX. Alguns apontamentos” in RODRIGUES, Aldair Carlos; ASSIS, Ângelo Adriano Faria de; MUNIZ, Pollyanna Gouveia Mendonça; MATTOS, Yllan de (orgs). *Edificar e*

Os primórdios do estabelecimento das estruturas do poder episcopal na comarca eclesiástica do Rio das Mortes remetem à administração diocesana de D. Francisco de São Jerônimo (1701-1725) e à política de expansão da malha eclesiástica fluminense desenvolvida pelo prelado com o objetivo de salvaguardar sua autoridade e jurisdição nas minas²⁴². A primeira freguesia criada foi Campo Alegre dos Carijós (1709), com área coincidente à serra da Mantiqueira e integrante à comarca eclesiástica de São Paulo. Entre 1709 e 1748 foram erigidas pelos bispos fluminenses, segundo o Cônego Raimundo Trindade, 8 freguesias na comarca diocesana do rio das Mortes: Pitangui (1715), Itaverava (1726), Caxambu (1748), Beapendi (1748), Carrancas (1748), Aiuruoca (1745-1748), Campanha (1745-1748) e Pouso Alto (1745-1748)²⁴³. Estas últimas seriam objeto de conflitos jurisdicionais entre os prelados de São Paulo e Rio de Janeiro, uma vez que o desmembramento da comarca eclesiástica de Guaratinguetá e a criação da comarca eclesiástica do Rio das Mortes reestruturou a atuação do oficialato episcopal na região e o submeteu à autoridade do vigário da vara e do ouvidor de Santos, expandindo assim os limites jurisdicionais episcopais e civis paulistas até o morro do Caxambu²⁴⁴.

Entretanto, o prelado fluminense não foi o único a fundar paróquias na região. O descobrimento de veios auríferos na campanha do Rio Verde pelos sertanistas oriundos de São Paulo chamou a atenção das autoridades eclesiásticas e régias das capitanias do nordeste colonial, sobretudo o prelado pernambucano e o arcebispo baiano, que, reivindicando a jurisdição sobre a comarca, erigiram e proveram várias paróquias no interior do continente²⁴⁵. Interessante notar que a organização do aparato administrativo diocesano e, posteriormente civil na região, fez parte das manobras utilizadas pelas autoridades eclesiásticas e seculares para assegurar e legitimar a posse dos territórios compreendidos entre os rios Sapucaí e Grande, tal como as terras banhadas pelo rio São

transgredir: clero, religiosidade e Inquisição no espaço ibero-americano (séculos XVI-XIX). Jundiá: Paço Editorial, 2016, pp. 109-140.

²⁴² ARAÚJO, José de Souza Azevedo Pizarro. *Op.Cit.*, tomos IV e V, 1820; SANTOS, Antônio Alves Ferreira dos. *Op.Cit.*, 1914; FERREIRA, Fernanda Vinagre. *Op.Cit.*, 2016.

²⁴³ TRINDADE, Cônego Raimundo. *Instituições de igrejas no bispado de Mariana*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1945.

²⁴⁴ AHU- PROVISÃO (cópia da) de D. João (V), ao governador e (capitão-general) da capitania de São Paulo, Antônio da Silva Caldeira Pimentel, pela qual lhe ordena e ao governador das Minas Gerais (D. Lourenço de Almeida), que estabeleçam novos limites a uma e outra capitania, prolongado os da primeira para os montes que ficam entre a vila de Guaratinguetá e o rio das Mortes. AHU-São Paulo-MGouveia, cx. 7, doc. 763; AHU-São Paulo-MGouveia, cx. 17, doc. 1639.

²⁴⁵ CARVALHO, Maria de Fátima. *Comarca do rio das Mortes em Minas Gerais: expansão urbana nos séculos XVIII e XIX*. Belo Horizonte: Escola de Arquitetura-UFMG, 2015 (Tese de doutorado), pp. 159.

Francisco²⁴⁶. O estabelecimento do bispado de São Paulo, em 1745, e o redimensionamento da jurisdição eclesiástica fluminense promoveram modificações na geografia episcopal no rio das Mortes, uma vez que as freguesias localizadas na circunvizinhança do rio Grande deveriam ser submetidas à autoridade do bispo paulista e comarca eclesiástica de Guaratinguetá conforme a bula papal e seu *motu proprio*²⁴⁷.

Compreendendo toda a região interiorana e meridional do antigo bispado do Rio de Janeiro, a nova unidade eclesiástica alinhou a política episcopal aos projetos de ocupação definitiva do território por Portugal às vésperas do tratado de Madri (1750). Para além da preservação territorial, o bispado de São Paulo consolidaria as ações metropolitanas de centralização administrativa na capitania do Rio de Janeiro para melhor fiscalização da região mineradora e preservação dos limites meridionais, que estavam sendo ameaçados pelos espanhóis por meio da territorialização da malha jurídico-administrativa eclesiástica nas comarcas diocesanas localizadas nas áreas fronteiriças²⁴⁸.

Consciente da importância que a estrutura eclesiástica paulista possuía dentro da geopolítica portuguesa, uma vez que a cidade de São Paulo e sede diocesana se articulava com o vasto território além da linha limítrofe estipulada pelo tratado de Tordesilhas (1494) e os confins meridionais, D. João V emitiu um decreto em conjunto com a carta régia de ereção do bispado exigindo que os conselheiros ultramarinos, orientados pelo trabalho cartográfico dos padres matemáticos Domingos Capaci e Diogo Soares, estudassem as possibilidades espaciais para a determinação dos limites fronteiriços da nova diocese²⁴⁹. Seguindo as diretrizes metropolitanas, Alexandre de Gusmão apontava, em maio de 1745, em consulta sobre os limites eclesiásticos, que

²⁴⁶ FONSECA, Claudia Damasceno. *Op. Cit.*, 2011, pp. 120-130; TRINDADE, Cônego Raimundo. *Instituições de igrejas no bispado de Mariana*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1945.

²⁴⁷ *MAGNUM BULLARIUM ROMANUM*. Complectens Constitutiones BENEDICTI XIV ab Annum 1746 usque ad Annum 1749. Rome: Ex Typographia Sacrae Congregatione de Propaganda Fide, 1749. *Candor Lucis*, pp. XXII. Paulo Florêncio de Camargo realizou a tradução para o português da bula papal de criação do bispado paulista Cf. *A Igreja na História de São Paulo, 1676-1745*. São Paulo: Instituto Paulista de História e Arte Religiosa, 1954 – Anexo G.

²⁴⁸ ZANON, Dalila. *Op. Cit.*, 2012.

²⁴⁹ “Carta real anunciando a criação do bispado de São Paulo” in *Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo*, vol. 16. Avisos, cartas régias, regulamentos e ordens diversas (1679-1761), 1895, pp.166-167. Disponível online em: https://bibdig.biblioteca.unesp.br/bd/bfr/or/10.5016_10-ORDCISP-07-16_volume_16/#/166/; CORTESÃO, Jaime. *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madri*, vol.2. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores/Instituto Rio Branco, 1956, pp.173-175. Sobre a importância dos padres matemáticos Cf. BICALHO, Maria Fernando Baptista. “Sertão das estrelas: a delimitação das latitudes e das fronteiras na América portuguesa” in *Varia Historia*, Belo Horizonte, vol. 21, pp. 73-85.

“quando há lugares, ou povoações, onde se possam constituir balizas certas, é muito inconveniente e sujeito a litígios para o futuro, ou [sic] deixá-las em confuso; maiormente tratando-se de distritos Eclesiásticos”, uma vez que “deve saber os párocos distintamente quais e quais fregueses ficam no limite da sua paróquia para a satisfação do preceito Pascal, e quais fora dela, e pertencentes à cura do pároco contíguo”²⁵⁰.

Advogando a clareza dos limites diocesanos, Gusmão ressaltava a importância da atuação do corpo clerical e o exercício das atividades jurídico-pastorais nas diversas freguesias que compunham a malha paroquial das novas dioceses, sobretudo a paulista. Para tal, enfatizava que os limites do bispado de São Paulo deveriam circunscrever-se aos rios Grande e Paraíba e ao termo da capitania para melhor cálculo e correto estabelecimento das fronteiras eclesiásticas²⁵¹. Visando esclarecer a situação, o secretário régio elaborou quatro disposições sobre a questão, correlacionando os acidentes geográficos (rios, relevo, etc.) e a capilaridade da estrutura jurídico-administrativa episcopal: a) as divisas entre o bispado de São Paulo e Rio de Janeiro deveriam ser feitas pela costa do mar até a ilha de São Sebastião, e sertão adentro pelas margens do rio Paraíba do Sul até o local da aparição da imagem de Nossa Senhora da Conceição Aparecida; b) O rio Paraíba do sul também deveria servir de divisa entre as dioceses de Mariana e Rio de Janeiro até a serra da Mantiqueira; c) entre os bispados de São Paulo e Mariana dever-se-ia adotar os limites seculares entre as capitanias, pois os marcos naturais entre as jurisdições eram passíveis de confusão e d) entre as dioceses de Mariana e São Paulo com a prelazia de Goiás, as fronteiras deveriam ser estabelecidas no rio Grande²⁵².

O parecer de Gusmão sobre os limites diocesanos do bispado paulista com o marianense e as prelazias do oeste colonial, revelava a dimensão diplomática que o estabelecimento dos contornos jurídicos da diocese de São Paulo tinham na política metropolitana de expansão da fé e cristianização, pois

“Portugal obtinha do papa o reconhecimento de uma sanção transcendente à sua expansão para o oeste, e, por conseguinte, às suas violações ao Tratado de Tordesilhas (...) Desta vez o ato revertia a

²⁵⁰ “Parecer sobre os limites dos bispados e prelazias novamente criados no Brasil, falsamente atribuído a Alexandre de Gusmão e quase seguramente escrito por seu irmão o Padre Inácio Rodrigues. Maio de 1745” in CAMARGO, Paulo Florêncio. *Op.Cit.*, 1954, p. 221.

²⁵¹ Idem, p. 220.

²⁵² Idem, pp. 219- 233.

favor de Portugal e não Espanha e implicava uma antecipação, sob a espécie de *uti possidetis* religioso”²⁵³.

Indubitavelmente, a Igreja Católica desempenhou, sob a égide do padroado, um importante papel na consolidação dos limites portugueses na América, mas sua atuação não se restringiu à execução das vontades metropolitanas como grande parte da historiografia já evidenciou, uma vez que o enraizamento e estruturação da malha eclesiástica foram orientados pela política episcopal e pelos interesses do prelado em salvaguardar e expandir sua jurisdição²⁵⁴. Não obstante, devemos ressaltar que o estabelecimento dos limites diocesanos paulista, assim como os marianense e fluminense, unificariam o território de São Paulo, que havia décadas passava por transformações político-territoriais, com o objetivo de salvaguardar as regiões de vulnerabilidade fronteiriças sob a autoridade do prelado²⁵⁵.

O *motu proprio* papal sobre as novas dioceses e prelazias definia superficialmente os limites das circunscrições eclesiásticas e reforçava a necessidade de conformação das divisas diocesanas com os limites seculares entre as capitanias de São Paulo, Minas Gerais e Goiás²⁵⁶. Tais limites não haviam sido estabelecidos de modo preciso e definitivo em meados do século XVIII e, por conseguinte, eram objeto de disputas e conflitos entre as autoridades dessas unidades administrativas. Conflitos civis que seriam solucionados ao cabo de dois séculos²⁵⁷. Neste sentido, a criação da diocese paulista e a determinação de seus limites tornaram ainda mais intrincadas as fronteiras eclesiásticas entre as capitanias de São Paulo, Mariana e Rio de Janeiro.

Em janeiro de 1747, Gaspar de Sousa Leal, por comissão do bispo paulista, D. Bernardo Rodrigues Nogueira, se dirigiu às freguesias de Aiuruoca, Pouso Alto, Baependi, Carrancas e Santo Antônio do Rio Verde, localizadas na comarca diocesana

²⁵³ CORTESÃO, Jaime. *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madri*, vol.2. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores/Instituto Rio Branco, 1956, pp. 175.

²⁵⁴ HOORNAERT, Eduardo; AZZI, Rioldo (orgs.). *História da igreja no Brasil. Primeira época*, t.2. Rio de Janeiro: Petrópolis, 1983; SALGADO, Graça. “Administração eclesiástica” in _____. *Fiscais e Meirinhos: A administração no Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985, pp. 113-119. Para um posicionamento historiográfico renovado sobre a questão e com especial destaque a autonomia do episcopado luso-brasileiro Cf. SOUZA, Evergton Sales. “Igreja e Estado no período Pombalino” in *Lusitânia Sacra*, 2ª série, tomo XXIII, Jan-Jun., 2011; PAIVA, José Pedro. “Definir uma elite de poder: os bispos em Portugal (1495-1777)” in *Optima Pars. Elites Ibero-Americanas do Antigo Regime*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais (Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa), 2005, pp. 47-64.

²⁵⁵ FUNCHAL, William de Andrade. *Op. Cit.*, 2016. (Dissertação de Mestrado), pp. 22-54.

²⁵⁶ *MAGNUM BULLARIUM ROMANUM*. Complectens Constitutiones BENEDICTI XIV ab Annum 1746 usque ad Annum 1749. Rome: Ex Typographia Sacrae Congregatione de Propaganda Fide, 1749. *Candor Lucis*, pp. XXII.

²⁵⁷ FONSECA, Claudia Damasceno. *Op. Cit.*, 2011, pp. 121-130.

do rio das Mortes, e submeteu o oficialato episcopal e fregueses à jurisdição eclesiástica de São Paulo. Acompanhado do corpo clerical nomeado pelo bispo, o vigário da vara tomou as providências necessárias para a instituição do “juízo contencioso” naquela região²⁵⁸.

Contudo, em fevereiro do mesmo ano, o prelado fluminense escreveu a D. Bernardo Rodrigues Nogueira afirmando que a divisão entre os bispados do Rio de Janeiro e São Paulo se daria pela costa do mar até Ubatuba e daí sertão adentro pelas margens do rio Parnaíba, sendo que as freguesias localizadas na comarca do Rio das Mortes e situadas entre o rio Grande e Parnaíba pertenceriam à jurisdição eclesiástica marianense e, por conseguinte, à diocese do Rio de Janeiro até a posse do novo bispo²⁵⁹. Devemos salientar que a reivindicação da jurisdição eclesiástica marianense por D. Frei Antônio do Desterro até a posse de D. Manoel da Cruz, bispo de Mariana, prefigurou como uma manobra argumentativa para legitimar a atuação jurídico-pastoral do oficialato episcopal fluminense nas freguesias do rio das Mortes.

Os argumentos expostos pelo bispo do Rio de Janeiro não tinham validade prática, pois D. Manoel da Cruz havia tomado posse da diocese marianense por procuração e alguns sacerdotes mineiros já realizavam as atividades espirituais e temporais em algumas freguesias do bispado²⁶⁰. A reivindicação jurisdicional fluminense para anular a autoridade do episcopado paulista e o provimento constante

²⁵⁸ Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo, vols. 11: Divisas de São Paulo e Minas Gerais, Questão Eclesiástica. São Paulo: 1896, pp. 273-274. Disponível online: https://bibdig.biblioteca.unesp.br/bd/bfr/or/10.5016_10-ORDCISP-06-11_volume_11/#/272/.

²⁵⁹ AHU - CARTA (Cópia da) do Bispo do Rio de Janeiro (D. Frei Antônio do Desterro) ao Bispo de São Paulo (D. Bernardo Rodrigues Nogueira), dizendo que recebera uma carta sua, pelo provincial de Nossa Senhora do Carmo e outra pelo reitor da Companhia (de Jesus). Em resposta à primeira diz ter sabido por testemunhas que o, seu Bispado se separa do de São Paulo, seguindo-se pela casta, pela vila de Ubatuba e, seguindo-se pelo sertão por todas as paragens que vão até ao Rio Paraíba; mas, quanto à divisão do Bispado de São Paulo com o da cidade de Marianense (?) as testemunhas não provaram que as freguesias mencionadas na sentença - Aiuruoca, Pouso Alto, Baependi, Carrancas e Santo Antônio do Rio Verde - pertençam ao dito Bispado de São Paulo; afirmam que as ditas freguesias estão situadas entre o rio Paraíba e o Rio Grande, mas que isso não quer dizer que fiquem pertencendo ao Bispado de São Paulo, pois o "motu próprio" ordena que a região situada entre o rio Paraíba e o Rio Grande, se reparta entre os Bispados de São Paulo e o Marianense e que só a este pertençam as referidas freguesias. Em resposta à segunda carta, diz que no "motu próprio", consta que a diocese de São Paulo se divide do Bispado Marianense pelos termos da divisão das capitânicas de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, por isso, o vigário da vara do Rio das Mortes procedeu bem, não admitindo párocos na sua comarca, que não fossem nomeados por ele, Bispo do Rio de Janeiro; censura o Bispo de São Paulo, por ter dado ordens à Nova Colônia, Rio Grande e Ilha de Santa Catarina, quando estas terras não vêm mencionadas no "motu próprio" como pertencendo a São Paulo, mas pertencem à sua diocese, por serem administradas pelo respectivo Governo secular e assim o terem ordenado as ordens reais. AHU-São Paulo-MGouveia, cx. 17, doc. 1644 (Doravante: AHU-São Paulo-MGouveia, cx. 17, doc. 1644).

²⁶⁰ SANTOS, Patrícia Ferreira dos. “Poder e palavra” in _____. *Poder e palavra. Discursos, contendas e direito de padroado em Mariana (1748-1764)*. São Paulo: Hucitec, 2011, p. 105.

das freguesias do sul da capitania de Minas Gerais com clérigos fluminenses, transferiu os conflitos jurisdicionais do planalto paulista para o palácio episcopal de Mariana após a entrada triunfal de D. Manoel da Cruz, no ano de 1748, em sua diocese²⁶¹. Apesar de serem de extrema importância para a compreensão da organização das estruturas do poder eclesiástico, os conflitos jurisdicionais entre o prelado marianense e fluminense sobre o estabelecimento das fronteiras diocesanas carecem de estudos historiográficos. Deixamos aqui nosso convite aos historiadores e esperamos que nosso trabalho suscite questionamentos e indagações sobre as construções dos espaços diocesanos na América portuguesa.

Para D. Frei Antônio do Desterro, a localização das freguesias não determinava que as mesmas se encontrassem sob a jurisdição eclesiástica paulista, pois o *motu proprio* ordenava que a região em questão deveria ser dividida entre os bispados de São Paulo e Mariana conforme “as prefeituras ou governos, e como o das Minas G[erais] compreende as ditas freguesias como [...] a divisa civil”²⁶². A argumentação do bispo do Rio de Janeiro sobre os limites diocesanos retomava uma discussão jurisdicional que começou durante a administração episcopal fluminense em São Paulo por meio do levantamento de um marco de pedra no morro de Caxambu pelos agentes eclesiásticos da comarca paulista com o objetivo de assegurar a jurisdição episcopal, assim como a jurisdição civil, na região do rio das Mortes. Imediatamente ao levantamento do marco, os camarários e eclesiásticos da vila de São João Del Rei requereram a substituição do mesmo por uma cruz a ser colocada na serra da Mantiqueira²⁶³. A substituição do marco representava a tentativa dos oficiais mineiros em legitimar a posse das terras circunvizinhas à comarca eclesiástica e civil de Guaratinguetá que pertencia à jurisdição de São Paulo. Para além da legitimação da posse, e consequentemente do exercício da autoridade jurisdicional, os conflitos em torno do marco entre as comarcas de Guaratinguetá e Rio das Mortes ilustram o processo de espacialização da norma e construção das fronteiras jurisdicionais da diocese paulista por meio da apropriação das

²⁶¹ Sobre a entrada triunfal de D. Manoel da Cruz na sé de Mariana Cf. KANTOR, Íris. *Op.Cit.*, 1996, pp. 18-31.

²⁶² Idem, fólio 2.

²⁶³ RGCMSP, vol. 6, pp. 94-96; AHU- PROVISÃO (cópia da) de D. João (V), ao governador e (capitão-general) da capitania de São Paulo, Antônio da Silva Caldeira Pimentel, pela qual lhe ordena e ao governador das Minas Gerais (D. Lourenço de Almeida), que estabeleçam novos limites a uma e outra capitania, prolongado os da primeira para os montes que ficam entre a vila de Guaratinguetá e o rio das Mortes. AHU-São Paulo-MGouveia, cx. 7, doc. 763.

práticas judiciais (episcopais e civis) costumeiras e a estruturação do aparato jurídico-administrativo eclesiástico²⁶⁴.

“Anulando” as determinações da bula e *motu proprio* papal por considerar “injurídicas”, já que não se baseavam no costume e *práxis* existente na região, o bispo fluminense proveu a comarca eclesiástica das Minas (rio das Mortes) e determinou que o vigário da vara, o padre Manoel da Rosa Couto, não aceitasse em seu distrito clérigos nomeados pelo bispo de São Paulo²⁶⁵. Não obstante, devemos enfatizar que o bispo do Rio de Janeiro adotou um posicionamento semelhante em relação aos membros do oficialato episcopal paulista que atuavam nas freguesias ao sul do bispado por meio do auxílio do corpo clerical que não reconhecia a autoridade do bispo paulista sobre a região como ocorreu, por exemplo, na comarca diocesana de Laguna²⁶⁶.

A defesa da jurisdição episcopal fluminense por meio da atuação do padre Manoel da Rosa Couto, resultou em inúmeras queixas de usurpação da autoridade paroquial do clero paulista atuante na comarca a D. Bernardo Rodrigues Nogueira. Os clérigos alegavam ao prelado paulista que o vigário da vara, o padre Manoel da Rosa Couto, fazia uso de violência contra os membros do oficialato episcopal de São Paulo que exerciam suas atividades espirituais e temporais nas freguesias da comarca eclesiástica do Rio das Mortes. Sob a autoridade e consoante as prerrogativas do episcopado fluminense, o padre Manoel da Rosa Couto prendeu (com auxílio do braço secular) à força e expulsou da freguesia de Aiuruoca o pároco provido pelo bispo de São Paulo após o mesmo sair em visitação às freguesias circunvizinhas e ausentar-se da sede paroquial²⁶⁷. Após retornar da visitação, o clérigo descobriu que a paróquia sob sua

²⁶⁴Sobre os conflitos em torno do estabelecimento do marco no morro do Caxambu e sua substituição realizaram-se uma inquirição episcopal para esclarecer o episódio. Os resultados foram inconclusos Cf. AHU- INSTRUMENTO PÚBLICO DE JUSTIFICAÇÃO (Traslado do) passado pelo tabelião Francisco de Távora, sobre o requerimento do procurador da Mitra de São Paulo em que pede que se inquiram judicialmente as testemunhas que assistiram ao levantamento de um marco de pedra no morro Caxambu, ali colocado para separar Guaratinguetá do Rio das Mortes e depois tirado furtivamente por parte da última vila e substituído por uma cruz erguida na serra de Mantiqueira e AHU-São Paulo-MGouveia, cx. 17, doc. 1663.

²⁶⁵ AHU-São Paulo-MGouveia, cx. 17, doc. 1644.

²⁶⁶ AHU- CARTA (Cópia da) do vigário da Laguna, Mateus Pereira da Silva, ao Bispo de São Paulo (D. Bernardo Rodrigues Nogueira), dando conta de não haver publicado a pastoral e o edital que lhe remetera o Bispo do Rio de Janeiro (D. Fr. Antônio do Desterro), por intermédio do vigário da ilha (de Santa Catarina). AHU-São Paulo-MGouveia, cx. 17, doc. 1654.

²⁶⁷ AHU - CARTA (Cópia da) do Bispo de São Paulo (D. Bernardo Rodrigues Nogueira) ao Bispo do Rio de Janeiro (D. Frei Antônio do Desterro) tentando resolver o mal-entendido que entre ambos houve sobre a divisão dos Bispados, indicada no respectivo motu-próprio. Diz ser o seu Bispado o que vem indicado nos sumários do referido motu-próprio e que por eles se vê que a divisão dos "bispados e prelaturas

administração fora provida pelo bispo fluminense por meio da alegação de abandono das obrigações pastorais.

O pároco paulista escreveu a D. Bernardo Rodrigues Nogueira detalhando a situação e informando que reivindicaria a jurisdição paroquial por meio da reapropriação de sua autoridade e a retomada das atividades pastorais²⁶⁸. Chegando na igreja matriz de Aiuruoca “para continuar a sua obrigação”, encontrou um “outro clérigo, que lhe impediu o ingresso, exercício da ocupação e sem mais teima [sic], força ou violência lhe retirou para a sua casa”²⁶⁹. Contrariando o comportamento do pároco mineiro, o padre Manoel da Rosa Couto devido a insistência do clérigo paulista em retomar suas atividades e jurisdição na freguesias de Aiuruoca, acionou o braço secular e surpreendeu o pároco com uma ordem de prisão e expulsão definitiva da região, “ficando o tal clérigo [fluminense]” como administrador da igreja matriz²⁷⁰.

Imediatamente ao recebimento das queixas, e evocando a documentação papal sobre as dioceses, o bispo paulista escreveu, em março de 1747, a D. Frei Antônio do Desterro alegando que as freguesias ao sul do bispado deste, e fronteiriças à comarca eclesiástica do rio das Mortes, pertenciam à sua jurisdição e, por conseguinte, o bispo do Rio de Janeiro não deveria requerer a anulação de suas ordens e a atuação do oficialato episcopal fluminense em ambas regiões²⁷¹. Devemos ressaltar que a superficialidade dos limites diocesanos descritos na documentação pontifícia permitiu que os prelados paulista e fluminense interpretassem cada um à sua maneira os termos referentes à nova geografia eclesiástica e, por conseguinte, defendessem sua concepção jurisdicional e espacial de ambas dioceses.

Ciente de que a situação não se resolveria na esfera epistolar, D. Bernardo Rodrigues Nogueira enviou o “Doutor juiz eclesiástico de Santos e ouvidor”²⁷² da mesma vila (não foi possível identificar o seu nome) como visitador delegado às freguesias de Aiuruoca, Pouso Alto, Baependi, Carrancas e Santo Antônio do Rio Verde

erectas é pelas prefeituras e ouvedorias”. AHU-São Paulo-MGouveia, cx. 17, doc. 1651 (Doravante: AHU-São Paulo-MGouveia, cx. 17, doc. 1651).

²⁶⁸ Idem, fl. 04-05.

²⁶⁹ Idem, fl. 05.

²⁷⁰ AHU-São Paulo-MGouveia, cx. 17, doc. 1651, fl. 05.

²⁷¹ Idem, fl. 06.

²⁷² Devemos salientar que o bispo de São Paulo, D. Bernardo Rodrigues Nogueira, não menciona o nome do “Doutor juiz eclesiástico de Santos e Ouvidor” em suas correspondências referindo-se ao mesmo pelos cargos que ocupa na comarca eclesiástica e civil de Santos, assim como sua participação nas expedições demarcatórias da Coroa portuguesa.

(nas quais os párocos estavam recebendo ordens indevidas do vigário da vara fluminense) para resolver a questão e revogar as ordens expedidas para acabar com as

“perturbações e escrupulosas consequências que se podem seguir em matéria tal, como a de terem ou não terem os párocos, jurisdição para administração dos sacramentos, e o mais que a circunspeção, e maior compreensão que Vossa Excelência Reverendíssima pode ver e pesar melhor”²⁷³.

O envio do visitador-delegado às freguesias em contenda pelo bispo paulista para acabar *in loco* com os abusos jurisdicionais do vigário da vara representou a tentativa de consolidação da autoridade episcopal do prelado na região. Essa consolidação se deu por meio das visitas pastorais nas freguesias em litígio e da manutenção da espacialidade diocesana, assim como a realização da vigilância dos transgressores à ortodoxia expressa nas denúncias e devassas eclesiásticas. Outro aspecto interessante a ser enfatizado é que o “Doutor juiz eclesiástico da vara de Santos” era representante das expedições demarcatórias da Coroa portuguesa e, por conseguinte, utilizaria seus conhecimentos geopolíticos e autoridade para reestabelecer as freguesias e o território em contenda à diocese de São Paulo²⁷⁴.

As informações sobre a visita realizada nas freguesias em litígio pelo “Doutor juiz eclesiástico de Santos e ouvidor” com o objetivo de anular as ordens do prelado fluminense e restabelecer as paróquias à jurisdição eclesiástica de São Paulo chegaram ao palácio episcopal na Guanabara pelas cartas do padre Manoel de Sousa Couto. O clérigo informava a D. Frei Antônio do Desterro que as atividades pastorais dos membros do clero fluminense haviam sido interrompidas pelo visitador delegado paulista, e o corpo clerical provido pelo bispo, substituído por clérigos da confiança de D. Bernardo Rodrigues Nogueira²⁷⁵.

Procurando restaurar a jurisdição episcopal fluminense, D. Frei Antônio do Desterro dirigiu uma carta pastoral aos párocos e fieis das freguesias de Aiuruoca,

²⁷³ AHU- CARTA (Cópia da) do Bispo de São Paulo, D. Bernardo (Rodrigues Nogueira) ao Bispo do Rio de Janeiro (D. Frei Antônio do Desterro), dizendo-lhe que proíba os excessos do vigário da vara das Minas, que deu ordens a alguns párocos das freguesias próximas do Rio Grande. AHU-São Paulo-MGouveia, cx. 17, doc. 1638, f.01 (Doravante: AHU-São Paulo-MGouveia, cx. 17, doc. 1638).

²⁷⁴ AHU-São Paulo-MGouveia, cx. 17, doc. 1638.

²⁷⁵ AHU-CARTA do Bispo do Rio de Janeiro, D. Antônio [do Desterro] ao rei [D. João V], informando os conflitos de jurisdição eclesiástica ocorridos por ocasião da divisão do Bispado do Rio de Janeiro e da criação dos Bispados de São Paulo e de Mariana e da prelazia de Goiás. Anexo: bula (cópia), carta pastoral (cópia). AHU-Rio de Janeiro, cx. 47, docs. 108, 54; cx. 46, doc. 26 (Doravante: AHU-Rio de Janeiro, cx. 47, docs. 108, 54; cx. 46, doc. 26).

Pouso Alto, Baependi, Carrancas e Santo Antônio do Rio Verde ressaltando que as populações estavam submetidas à autoridade eclesiástica do Rio de Janeiro, pois o território diocesano em questão pertencia à comarca civil das minas e, considerando as determinações do *motu proprio* sobre a confluência entre os limites eclesiásticos e seculares na região, à comarca eclesiástica do rio das Mortes²⁷⁶. Esta pertenceria ao bispado fluminense (e não ao paulista), uma vez que o oficialato episcopal do Rio de Janeiro exercia jurisdição na região desde os primórdios da organização diocesana no Centro-Sul da América portuguesa. Não obstante, devemos enfatizar que D. Frei Antônio do Desterro compreendia o território da comarca diocesana do rio das Mortes como *nullius diocesis* e, por conseguinte, os primeiros povoadores eclesiásticos deveriam exercer o direito nas freguesias da campanha²⁷⁷.

Além de defender sua autoridade na comarca diocesana do rio das Mortes por meio da documentação papal e dos princípios da organização eclesiástica nos territórios meridionais, o prelado do Rio de Janeiro denunciava os abusos perpetrados por D. Bernardo Rodrigues Nogueira através do envio de visitantes às freguesias da comarca e da apropriação indevida da jurisdição eclesiástica fluminense²⁷⁸.

Ampliando sua argumentação, Antônio do Desterro afirmou que se o *motu proprio* fosse atendido conforme suas disposições, as incertezas sobre os limites jurisdicionais entre as dioceses estariam fora de questão, pois

“por ser Lei pela qual deviam os Ministros governar-se e inquirir as testemunhas, e como se não julgou segundo o mesmo, ficam patentes aos olhos de todos as suas nulidades, além de outras circunstâncias legais, que lhe eram necessárias para a sua validade, por ser matéria grave de divisão e des[tes] confinantes, o que V. Excelência como tão grande letrado não ignora”²⁷⁹

Evocando o poder da lei e legislador, assim como a verdade que consta nos livros jurídicos sobre a divisão dos bispados, o bispo paulista enfatizou em sua resposta que

“se faz no *motu proprio* menção dos termos e limites das prefeituras seculares, e dos termos e limites das Audiências e ouvidorias, mas inegável e claramente determina e manda que em algumas partes e confins dos bispados e prelaturas, seja o termo e divisão não pelas

²⁷⁶ Idem.

²⁷⁷ Idem, fl. 55.

²⁷⁸ AHU-Rio de Janeiro, cx. 47, docs. 108, 54; cx. 46, doc. 26.

²⁷⁹ AHU-São Paulo-MGouveia, cx. 17, doc. 1644, fl.02.

prefeituras e audiências seculares, mas pelos lugares rios, cataratas e montes apontados, nomeados e assinados no mesmo *motu proprio*”²⁸⁰

Prosseguindo, sugeriu que a melhor divisão entre as dioceses seria pelo rio Grande, e enviou o padre Lourenço de Toledo Taques como visitador das freguesias cuja jurisdição era incerta, para manter “a conservação do Direito e posse daqueles confins e de tudo até aqui obrado”²⁸¹. Estava claro que D. Bernardo Nogueira alegava o direito de posse (*uti possidetis*) para a consolidação efetiva da jurisdição episcopal paulista nas áreas de contenda com o bispo fluminense, sobretudo na região fronteira com o bispado de Mariana²⁸². O sustentáculo da posse episcopal paulista na argumentação do bispo era que a constituição da malha da justiça eclesiástica na região tinha como origem a comarca eclesiástica de Guaratinguetá e, por conseguinte, o bispado de São Paulo.

Indubitavelmente, o espaço de conflitos pelo direito de exercer jurisdição na região estava ligado à importância das freguesias no contexto diocesano e local de São Paulo, já que exerciam um papel de controle e fiscalização do ouro que seria escoado para Portugal pelas rotas que ligavam o porto do Rio de Janeiro aos veios auríferos. A construção da jurisdição eclesiástica paulista e, por consequentemente, a estruturação do aparato jurídico-administrativo na região, ancorou-se na realização das visitas diocesanas, já que os conflitos jurídicos entre os prelados e a sobreposição de jurisdições paroquiais (paulista e fluminense) impossibilitou o funcionamento efetivo da vigararia da vara de Guaratinguetá. Os conflitos jurídicos entre o episcopado e a sobreposição das alçadas paroquiais que, além de estarem correlacionados com as contendas jurisdicionais, podem estar ligados ao exercício da autoridade episcopal pelo vigário da vara das Minas e o reconhecimento de sua jurisdição por alguns membros do clero secular e fregueses da comarca diocesana do rio das Mortes.

Outro aspecto que devemos ressaltar é a participação do vigário da vara de Santos no julgamento de ações por meio das denúncias enviadas ao tribunal eclesiástico santista pelos párocos e moradores do rio das Mortes, que reconheciam

²⁸⁰ AHU-São Paulo-MGouveia, cx. 17, doc. 1651, fl.04.

²⁸¹ AHU- CARTA do Bispo do Rio de Janeiro, D. Antônio [do Desterro] ao rei [D. João V], informando os conflitos de jurisdição eclesiástica ocorridos por ocasião da divisão do Bispado do Rio de Janeiro e da criação dos Bispados de São Paulo e de Mariana e da prelazia de Goiás. Anexo: bula (cópia), carta pastoral (cópia). AHU-Rio de Janeiro, cx. 47, docs. 108, 54; cx. 46, doc. 26.

²⁸² Sobre o *uti possidetis* Cf. HESPANHA, António Manuel. *Como os juristas viam o mundo*. Lisboa: s/e, 2015, pp. 356, 567; FURTADO, Júnia Ferreira. “Às vésperas do Tratado de Madri (1750): A diplomacia e o *uti possidetis*” in *O mapa que inventou o Brasil*. São Paulo: Odebrecht, 2013, pp. 330-332.

assim a autoridade paulista sobre as freguesias da região e acabaram por respeitar as ordens e resoluções dos visitantes paulistas. Este aspecto nos permite afirmar que a jurisdição eclesiástica paulista na região se consolidou gradualmente e, sobretudo, por meio de ações do prelado de São Paulo especialmente voltadas a esse fim.

Todavia, a questão sobre os limites diocesanos na região seria resolvida apenas na administração de D. Frei Antônio da Madre de Deus Galvão (1750-1764), com a consolidação do foro episcopal na comarca eclesiástica de Guaratinguetá e da ação conjunta com as visitas pastorais. Ironicamente, as freguesias que compunham a comarca do rio das Mortes foram submetidas à jurisdição do bispado de Mariana após a morte de D. Bernardo Rodrigues Nogueira. Esta transferência jurisdicional das freguesias do bispado de São Paulo para a diocese de Mariana concretizou a argumentação de D. Frei Antônio do Desterro em suas correspondências ao bispo paulista sobre o pertencimento das paróquias da campanha do rio verde ao espaço diocesano mineiro, assim como a política metropolitana de centralização administrativa no Centro-Sul sob a direção da Guanabara²⁸³. Paralelamente, a estruturação do poder eclesiástico paulista e o redimensionamento da jurisdição do vigário da vara de Guaratinguetá possibilitaram o exercício da autoridade jurisdicional eclesiástica nos sertões da diocese e assim, a manutenção das fronteiras diocesanas.

B) As comarcas eclesiásticas nos confins meridionais: cultura jurídica e fronteiras em litígio.

Território importante para a Coroa portuguesa às vésperas da assinatura do tratado de Madri, as unidades eclesiásticas localizadas ao sul da colônia representavam a posse definitiva do território para Portugal por meio da estruturação e organização do poder episcopal nas freguesias meridionais do bispado paulista. A constituição da malha eclesiástica na região, como demonstramos no primeiro capítulo, acompanhou as expedições em busca de veios auríferos pelos sertanistas de São Paulo que se dirigiram para o sul²⁸⁴. A primeira freguesia criada foi a de Nossa Senhora do Rosário de Paranaguá (1648) com área correspondente ao litoral do atual estado do Paraná, Santa

²⁸³ FUNCHAL, William de Andrade. *Op.Cit.*, 2016. (Dissertação de Mestrado), pp.133-149; ANASTASIA, Carla Maria Junho. “Conflitos de jurisdição e violência nos sertões da comarca do rio das mortes (Minas Gerais, século XVIII)” in *Politéia: História e Sociedade*. Vitória da Conquista, vol.2, n.1, 2002, pp. 185-200.

²⁸⁴ MADRE DE DEUS, Frei Gaspar. *Memórias para a História da capitania de São Vicente*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1975; ALMEIDA, Pedro Taques. *História da capitania de São Vicente*. Brasília: Edições do Senado, 2014.

Catarina e Rio Grande do Sul. A interiorização das expedições paulistas originárias da vila de Paranaguá para os “sertões de Curitiba”, aconteceu sobretudo por causa do apresamento indígena, e resultou no estabelecimento de arraiais e capelarias, e em seguida na criação da paróquia de Nossa Senhora da Luz dos Pinhais de Curitiba (1693), cujo território se estendia pelos sertões da vila de Paranaguá até as minas de Goiás²⁸⁵.

Nas décadas seguintes, foram criadas onze freguesias ao longo das rotas que se constituíam nos arredores de Curitiba e interligavam a capitania do Rio Grande de São Pedro a São Paulo, a saber: Santo Antônio de Laguna (1714), São José de Curitiba (1721), Santo Antônio da Lapa (s.d), Santa Ana do Iapó (s.d), Nossa Senhora das Neves de Iguape (s.d), Cananeia (s.d), Graciosa (s.d), Nossa Senhora da Guia de Xiririca (1763), Sohaúma (s.d), Ararupira (s.d) e São Luís de Guaratuba (s.d)²⁸⁶. Infelizmente, não encontramos no corpus documental menção das datas específicas e/ou aproximadas de criação das paróquias meridionais da diocese paulista, mas podemos afirmar, apoiando-nos na *Relação Geral da diocese de São Paulo*, que todas foram erigidas antes de sua elaboração pelo bispo D. Frei Manoel da Ressurreição, ou seja, no período entre 1693 e 1777²⁸⁷.

Procurando assegurar a jurisdição episcopal e as fronteiras sulinas, o prelado fluminense D. Frei Francisco de São Jerônimo instituiu a vigararia da vara de Paranaguá sob a jurisdição e administração do padre Cristóvão da Costa Oliveira, em 1710. Essa criação objetivava julgar e vigiar os transgressores das freguesias meridionais e efetivar a atividade pastoral na região, além de secularizar as missões jesuíticas ali existentes²⁸⁸. O aparato administrativo camarário seria criado treze anos depois, em 1723, após a realização de uma correição pelo desembargador de São Paulo, Rafael Pires Pardini,

²⁸⁵“ Durante muito tempo era a fronteira à oeste, sendo desconhecida a região que ia além, pelo Rio Tibagi, pelos campos de Guarapuava, Palmas e extremo Oeste. Existiam poucas informações inclusive sobre as tribos indígenas da região, em geral desconhecidas e vindas de antigos relatos de bandeiras. Da mesma forma era a fronteira sul do continente” in FURMANN, Ivan. *Cultura jurídica e transição entre Colônia e Império. A experiência da Ouvidoria de Paranaguá e Curitiba*. Curitiba, 2013 (Tese de doutorado), pp. 93. Sobre a estrutura eclesiástica em Curitiba-Paranaguá Cf. POLETO, Lizandro. *Pastoreio de almas em terra brasileira. A igreja católica no “Paraná” até a criação da diocese de Curitiba* (XVII-XIX). Curitiba, 2010 (Dissertação de Mestrado), pp. 71-104.

²⁸⁶ *Relação Geral da Diocese de S. Paulo, suas comarcas, freguezias, congruas, uzos e costumes* (1777). *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, vol. 4 (1898-1899).

²⁸⁷ *Relação Geral da Diocese de S. Paulo, suas comarcas, freguezias, congruas, uzos e costumes* (1777). *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, vol. 4 (1898-1899).

²⁸⁸ POLETO, Lizandro. *Pastoreio de almas em terra brasileira. A igreja católica no “Paraná” até a criação da diocese de Curitiba* (XVII-XIX). Curitiba, 2010 (Dissertação de Mestrado), pp. 82-84.

às vilas ao sul da comarca e sua atuação em múltiplas áreas que ultrapassavam as questões de justiça como, por exemplo, organização das companhias de ordenanças e demarcação dos termos da vila²⁸⁹. Indubitavelmente, a instalação do aparato jurídico-administrativo régio na comarca diocesana resultou em conflitos entre as autoridades eclesiásticas e civis devido ao reordenamento jurisdicional e o reequilíbrio entre os poderes no campo religioso. Reequilíbrio que possibilitou a constituição de uma cultura jurídica local de sobreposição e colaboração entre os foros episcopal e civil²⁹⁰.

O rápido desenvolvimento dos núcleos paroquiais sob a jurisdição da comarca eclesiástica de Paranaguá, sobretudo Curitiba – que contava com uma população de cerca de 200 casais e 1.400 pessoas de confissão no segundo decênio dos setecentos²⁹¹ –, a extensão territorial da comarca e as dificuldades na resolução de contendas pelo juiz eclesiástico, resultaram no redimensionamento da jurisdição do vigário da vara de Paranaguá. O bispo retirou assim do vigário da vara de Paranaguá a jurisdição do território da paróquia de Curitiba com o objetivo de melhor atender espiritualmente e juridicamente os fregueses e residentes na territorialidade da freguesia de Nossa Senhora da Luz dos Pinhais. O desmembramento jurisdicional das freguesias implicou na delegação das atribuições de vigário forâneo ao pároco da vila de Curitiba, o padre Manoel Domingues Leitão, e administrador paroquial da igreja matriz de Nossa Senhora da Luz dos Pinhais. Além da realização das atividades sacramentais, o padre Manoel Domingues Leitão poderia julgar e emitir sentença em casos que não ultrapassassem as competências dos vigários da vara descritas nas *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia e Regimento do Auditório Eclesiástico*²⁹².

Diante da delegação das atribuições judiciais ao pároco de Curitiba, o prelado fluminense complexificou a estrutura jurídico-administrativa episcopal local por meio da atribuição parcial das funções de vigário-geral ao juiz eclesiástico da comarca diocesana de Paranaguá. Instalou-se, assim, uma vigararia-geral forense em Paranaguá à

²⁸⁹ SILVA, Maria Beatriz Nizza da; BACELLAR, Carlos de Almeida Prado; GOLDSCHMIDT, Eliana Réa; NEVES, Lucia M. Bastos P. Neves. *Op. Cit.*, 2008, pp.150-153.

²⁹⁰ BRITTO, Michelle. “A malha da justiça eclesiástica do bispado de São Paulo: o caso da vigararia da vara de Curitiba (1747-1822)”. Texto no prelo.

²⁹¹ Idem., p.151.

²⁹² Sobre as competências dos vigários da vara na estrutura jurídica episcopal cf. o primeiro capítulo de nosso trabalho.

semelhança do que ocorreu no Piauí um pouco mais tarde²⁹³. Embora a vigararia-geral forense pudesse funcionar com certa independência, os critérios de hierarquização foram mantidos e o vigário-geral fluminense e, posteriormente paulista, continuava sendo a autoridade mais importante da estrutura judicial diocesana²⁹⁴.

A análise do fluxo processual das apelações e agravos na comarca eclesiástica de Curitiba/Paranaguá ilustra a hierarquia jurídica diocesana por meio da existência de três instâncias episcopais na região, ou seja, a primeira instância seria a vigararia da vara de Curitiba, a segunda a vigararia-geral forense de Paranaguá, e a terceira instância a vigararia-geral de São Paulo²⁹⁵. Dimensão interessante para se compreender o processo de enraizamento e organização das estruturas do poder episcopal e tribunal episcopal e, por conseguinte, demonstrar que a organização jurídico-administrativa diocesana não obedecia a uma lógica rígida, mas se moldava segundo as intenções do prelado e do oficialato episcopal.

Concomitante à transformação da vigararia da vara de Paranaguá em vigararia-geral forense, o prelado fluminense organizou o aparato jurídico episcopal na freguesia de Santo Antônio de Laguna e a elevou ao foro de comarca eclesiástica²⁹⁶. Este seria o último desmembramento jurisdicional que a comarca diocesana de Curitiba/Paranaguá sofreria nos setecentos, uma vez que a atribuição das competências jurídicas ao pároco da matriz de Curitiba (ainda que não tenha sido elevada oficialmente ao foro de comarca eclesiástica) promoveu um reordenamento nos espaços de exercício da autoridade episcopal na capitania. Cabe ressaltar que o foro eclesiástico de Curitiba foi reconhecido oficialmente como comarca eclesiástica do bispado de São Paulo pelo bispo D. Frei Manoel da Ressureição (1774-1789) apenas no ano de 1775, quando estava sob a administração do pároco Manoel Domingues Leitão, que já exercia a função desde (pelo menos) o terceiro decênio dos setecentos. O espaço jurisdicional da comarca diocesana

²⁹³ MUNIZ, Pollyanna Gouveia Mendonça. “Justiça Eclesiástica e Inquisição no bispado do Maranhão: notas sobre um vigário-geral forense no Piauí Colonial” in MATTOS, Yllan; MUNIZ, Pollyanna G. Mendonça (orgs). *Inquisição e Justiça Eclesiástica*. Jundiaí: Paço Editorial, 2013, pp. 265-284.

²⁹⁴ ACMSP-PGA, crime, São Paulo, Curitiba, século XVIII, (1718-1758), cx.146.

²⁹⁵ ACMSP – PGA, crime, São Paulo-Interior-Curitiba, século XVIII-XIX, cxs. 57-58; ACMSP-PGA, crime, São Paulo-Interior-Paranaguá, século XVIII-XIX, cxs.59-62.

²⁹⁶ ARAÚJO, José de Souza Azevedo Pizarro. *Op.Cit.*1820; SANTOS, Antônio Alves Ferreira dos. *Op.Cit.*, 1914.

curitibana era composto pelas freguesias de São José de Curitiba, Santo Antônio da Lapa, Santa Ana do Iapó e São José dos Pinhais²⁹⁷.

A submissão do oficialato episcopal atuante nas freguesias e comarcas eclesiásticas meridionais à autoridade episcopal paulista, após 1745, resultou em contendas jurisdicionais com o prelado fluminense, já que a atuação complementar entre os foros eclesiástico e civil era essencial para a manutenção da autoridade episcopal e construção das divisas diocesanas diante da instabilidade da atuação do corpo clerical secular e regular nos confins da América portuguesa. Instabilidade consolidada após a supressão do cargo de governador da capitania de São Paulo (1748) e a emergência do bispo como única autoridade na sede diocesana.

Outro aspecto a ser ressaltado é o alinhamento do bispo fluminense, D. Frei Antônio do Desterro, à política metropolitana de centralização administrativa no Rio de Janeiro sob a figura de Gomes Freire de Andrade e, por conseguinte, as inúmeras tentativas de interpretação da bula papal e seu *motu proprio* em consonância com os ensejos da Coroa portuguesa de consolidação da soberania e integração dos territórios meridionais²⁹⁸.

Para o prelado, o parecer sobre os limites das novas dioceses elaborado por Alexandre de Gusmão e posteriormente enviado ao Sumo Pontífice, foi uma manobra monárquica para evitar “as desordens que há entre os prelados” e delimitar o espaço de atuação do corpo clerical, já que os limites diocesanos entre os bispados de São Paulo e Rio de Janeiro deveriam conformar-se com as divisas seculares²⁹⁹. Afirmando usurpação jurisdicional pelo prelado paulista e legitimando aos moldes do Direito a conformação entre as fronteiras eclesiásticas e civis, D. Frei Antônio do Desterro escreveu a D. Bernardo Rodrigues Nogueira, em 1747, defendendo a sua jurisdição sobre as freguesias d'além Curitiba e enfatizando que

“não deixo também de reparar que V. Exa. diga haver mandado dar providência, à Nova Colônia, Rio Grande, e Ilha de Santa Catarina, quando estas se não contem no Motu proprio a respeito de São Paulo, antes são palavras da primeira divisão [...] bem não serão pertencerem

²⁹⁷ Relação Geral da Dioceze de S. Paulo, suas comarcas, freguezias, congruas, uzos e costumes (1777). Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, vol. 4 (1898-1899).

²⁹⁸ FUNCHAL, William de Andrade. Op. Cit., 2016, pp. 22-54; BELOTTO, Heloísa Liberalli. *Autoridade e conflito no Brasil Colonial. O governo do Morgado de Mateus em São Paulo (1765-1775)*. 3a edição revista, São Paulo: Alameda, 2011, pp. 21-44.

²⁹⁹ AHU-São Paulo-MGouveia, cx. 17, doc. 1644.

aquelas terras a este bispado por serem administradas por esse governo secular, e assim o mandaram as ordens de Sua Majestade que pertençam a ele”³⁰⁰.

O prelado fluminense prossegue deixando claro que não pretende desistir das freguesias em questão e afirma que

“em consciência não posso desistir de uma e outra posse, e devo fazer toda a diligência que possível me for por me esforçar de toda existência que nele me fizerem; e se V. Excelência, como Prelado tão pio e douto, quer conservar a boa paz e harmonia, deve, ao meu entender, não me perturbar da minha posse, e assim o fazer entender a quaisquer Ministros seus a quem tenha insinuado o contrário”³⁰¹.

Interessante observar que o bispo fluminense legitima e adapta a sobreposição das fronteiras eclesiásticas e seculares para a construção do espaço diocesano meridional afirmando que o *motu proprio* não estabeleceu com clareza os padrões a serem utilizados como balizas fronteiriças entre as dioceses de São Paulo e Rio de Janeiro. Contudo, o bispo paulista, ao organizar sua diocese e expandir as estruturas do poder episcopal, se orientou pelas resoluções estabelecidas na documentação normativa referente à afirmação das fronteiras entre os bispados paulista e marianense.

Estava claro que D. Frei Antônio do Desterro argumentaria de inúmeros modos – como o fez em relação às freguesias da comarca do Rio das Mortes – para não perder o espaço jurisdicional ao sul, assim como antecipar a anexação das capitanias ao governo fluminense por meio do exercício da justiça e atividade pastoral. Acreditamos que tal posicionamento do prelado seria uma manobra para preservar seus privilégios e espaço de atuação diante da consolidação do regalismo monárquico e a secularização da Igreja Católica no espaço luso-brasileiro.

Apesar de pertencerem à diocese de São Paulo conforme a documentação pontifícia, os membros do oficialato episcopal atuantes nas freguesias meridionais não reconheciam a autoridade do prelado paulista e defendiam a jurisdição fluminense. O posicionamento do corpo clerical secular reforçou a autoridade eclesiástica de D. Frei Antônio do Desterro na região e, por conseguinte, preservou as práticas jurídico-pastorais costumeiras. Consciente do alinhamento do corpo clerical à política episcopal fluminense, o bispo expediu uma pastoral reforçando sua autoridade sobre a região e a

³⁰⁰ Idem., fl.02.

³⁰¹ Idem., fl.02.

anulação das ordens expedidas pelo prelado paulista como, por exemplo, as excomunhões, interditos e outras censuras³⁰².

O prelado fluminense recomendava também que, em caso de insistência do corpo clerical alinhado à política episcopal paulista na realização das atividades espirituais e temporais, o vigário da vara procedesse com a prisão dos clérigos com o auxílio do braço secular³⁰³. Lamentavelmente, não encontramos em meio à documentação analisada indícios de que os clérigos paulistas, eventualmente, tenham sido presos sob a ordem do oficialato episcopal do Rio Janeiro atuante nas freguesias em contenda. Acreditamos que a documentação em questão possa estar custodiada nos arquivos diocesanos e estaduais do Paraná e Santa Catarina à espera de um historiador para ampliar o conhecimento sobre as relações entre a Igreja Católica e o Estado na Colônia, assim como as políticas episcopais fluminenses para além da Guanabara.

Concomitante ao recebimento da pastoral pelo oficialato episcopal, o vigário da vara de Laguna, o padre Mateus Pereira da Silva, escreveu a D. Bernardo Rodrigues Nogueira afirmando que não respeitou suas ordens quanto à publicação do edital e pastoral sobre o pertencimento das freguesias ao sul à malha eclesiástica paulista, uma vez que respeitava as ordens dos bispos do Rio de Janeiro³⁰⁴. Não obstante, devemos enfatizar que o alinhamento do corpo clerical à política episcopal fluminense impulsionou a tentativa de substituição pelo bispo paulista dos membros do clero secular que atuavam nas freguesias em contenda. O bispo proveu as mesmas com párocos de sua confiança, mas a medida não surtiu efeito e os clérigos continuaram negando a jurisdição eclesiástica paulista como, por exemplo, o pároco Francisco

³⁰² AHU- CARTA (Cópia da) do Bispo do Rio de Janeiro, (D. Frei Antônio do Desterro) ao vigário da Laguna (Mateus Pereira da Silva), dizendo-lhe que retome posse do lugar que, violentamente, lhe foi tirado, pois pertence-lhe pelo motu-próprio de Sua Santidade, o governo espiritual da Colônia, Rio Grande e Santa Catarina; e, se houver perturbações da parte do Bispo de São Paulo com excomunhões, interditos e outras censuras, passe cartas anulatórias e proceda até prisão contra os que o perturbarem, pois para isso lhe concede todos os poderes, pedindo ajuda ao Governo. AHU-São Paulo-MGouveia, cx. 17, doc. 1643 (Doravante: AHU-São Paulo-MGouveia, cx. 17, doc. 1643).

³⁰³ Idem.

³⁰⁴ AHU- CARTA (Cópia da) do vigário da Laguna, Mateus Pereira da Silva, ao Bispo de São Paulo (D. Bernardo Rodrigues Nogueira), dando conta de não haver publicado a pastoral e o edital que lhe remetera o Bispo do Rio de Janeiro (D. Fr. Antônio do Desterro), por intermédio do vigário da ilha (de Santa Catarina). AHU-São Paulo-MGouveia, cx. 17, doc. 1654.

Borges Côrrea Leme, que foi processado na vigararia da vara de Paranaguá por usurpar a jurisdição eclesiástica paulista em defesa da fluminense³⁰⁵.

O clérigo, residente e atuante na freguesia de São Luís de Guaratuba, foi denunciado pelos fregueses ao vigário da vara de Curitiba, o padre Manoel Domingues Leitão, em 1778, pela usurpação da jurisdição eclesiástica paulista por meio do não cumprimento das ordens episcopais e disseminação da política administrativa dos bispos fluminenses. O desrespeito do padre Francisco Borges Côrrea Leme à jurisdição episcopal paulista também se expressava nos inúmeros pedidos de não apresentação em juízo realizados às testemunhas convocadas para depor na vigararia da vara, e participar nas atividades de culto e sacramentais. Quando interrogado em juízo, o pároco afirmou que estava sob jurisdição do Rio de Janeiro e não do bispado de São Paulo e, por este motivo, não respeitava as determinações e procedimentos da vigararia da vara de Curitiba no julgamento de seu caso³⁰⁶. Devemos enfatizar que o comportamento do pároco de São Luís de Guaratuba não foi exceção na comarca diocesana de Curitiba/Paranaguá, uma vez que muitos clérigos e leigos acabaram alegando o não reconhecimento da jurisdição episcopal paulista em juízo como, por exemplo, os réus João da Silva e Lucia de Moraes, acusados de contraírem matrimônio ilícito (1758), e Maria Ferreira, denunciada por consentir no concubinato de sua filha (1759)³⁰⁷.

Tentando resolver a situação e organizar a estrutura jurídico-administrativa da diocese de São Paulo, D. Bernardo Rodrigues Nogueira enviou o cônego e vigário geral, padre Manoel José Vaz, como visitador delegado para reforçar sua jurisdição e para averiguar e levantar informações sobre a situação das freguesias e a atuação do clero secular paulista³⁰⁸. Durante o período de visitação, o bispo de São Paulo reforçou sua

³⁰⁵ACMSP- Processo envolvendo o clérigo Francisco Borges Côrrea Leme por usurpação da jurisdição eclesiástica paulista em defesa da fluminense, Paranaguá, 1778. PGA-crime, São Paulo-Interior, Paranaguá, 1750-1800, s/c.

AHU- CARTA do Bispo do Rio de Janeiro, D. Frei Antônio [do Desterro] ao rei [D. João V], solicitando que se determine quais as capitanias que pertencem ao Bispado de São Paulo, tendo em vista os conflitos de jurisdição ocorridos na sua posse, quando mandou prover as igrejas da Nova Colônia, Rio Grande de São Pedro e Nova Colônia do Sacramento, que sempre foram jurisdição do Bispado do Rio de Janeiro. AHU-Rio de Janeiro, cx. 48, doc. 2.

³⁰⁶ ACMSP- Processo envolvendo o clérigo Francisco Borges Côrrea Leme por usurpação da jurisdição eclesiástica paulista em defesa da fluminense, Paranaguá, 1778. PGA-crime, São Paulo-Interior, Paranaguá, 1750-1800, s/c.

³⁰⁷ ACMSP- Processo envolvendo João da Silva e Lucia de Moraes por contraírem matrimônio ilícito devido a grau de consanguinidade, Curitiba, 1758. PGA-crime, São Paulo-Interior, Curitiba, 1718-1758, cx.56; ACMSP-Processo envolvendo Maria Ferreira por consentimento em concubinato, Curitiba, 1759. PGA-crime, São Paulo-Interior, Curitiba, 1718-1758, cx.56.

³⁰⁸ AHU-São Paulo-MGouveia, cx. 17, doc. 1643.

autoridade na comarca eclesiástica de Curitiba/Paranaguá e escreveu ao prelado fluminense informando que havia requerido ao monarca que passasse as freguesias ao sul para a jurisdição do bispado do Rio de Janeiro, sob o pretexto de melhor administração e uso das forças militares³⁰⁹.

A concessão das freguesias ao sul para a diocese do Rio de Janeiro pelo bispo paulista representou uma medida administrativa e política de consolidação do espaço diocesano e determinação de suas fronteiras por meio do uso direto do juízo eclesiástico em questões alheias à sua jurisdição e o exercício da justiça na vigararia da vara de Curitiba/Paranaguá³¹⁰. Para além disso, devemos enfatizar que a sobreposição jurisdicional entre as instâncias (eclesiástica e civil) se apresentou como o sustentáculo da manutenção do espaço de exercício da justiça eclesiástica na região e do enraizamento das estruturas do poder episcopal pelos confins do território diocesano³¹¹.

C) “Com poder e jurisdição”: as vigararias da vara de Curitiba e Paranaguá

O volume processual da vigararia da vara de Curitiba e vigararia geral-forense de Paranaguá na centúria dos setecentos corresponde a aproximadamente 184 processos envolvendo clérigos e leigos nos mais variados delitos. Esses processos nos permitem refletir sobre os períodos de maior atuação do foro eclesiástico no campo religioso, assim como sobre o perfil delituoso da sociedade local. Devemos enfatizar a imprecisão da análise quantitativa do corpus documental em questão, uma vez que ele se encontra incompleto devido às condições de salvaguarda e a usura do tempo. Para além das condições mencionadas, podemos aventar que essa incompletude se deva à interrupção no pagamento dos autos processuais pelos réus, já que as vilas de Curitiba e Paranaguá, assim como seus termos, estavam em desenvolvimento nos setecentos e grande parte de

³⁰⁹ CARTA do Bispo de São Paulo, D. Bernardo Rodrigues Nogueira a (D. João V), comunicando-lhe que, chegando ao Rio de Janeiro a 12 de Junho de 1746, apresentou as suas bulas ao vigário capitular, e por ele, ao Cabido da mesma cidade e, em virtude das mesmas bulas, mandou tomar posse de São Paulo, o que se deu a 7 de Agosto do mesmo ano. Ainda do Rio de Janeiro se expediu as ordens necessárias para a Nova Colônia, Rio Grande, Ilha de Santa Catarina, Laguna e para os outros vigários da vara do distrito referente ao mesmo Bispado de São Paulo, havendo todas aquelas ordens sido observadas. Fala do "motu próprio" da divisão (das capitanias) e das dúvidas levantadas pelo Bispo do Rio de Janeiro sobre a demarcação e limite entre o Bispado de São Paulo e o Marianense, afirmando ele que, na opinião de todas as pessoas conhecedoras daquela região e pelo mesmo "motu próprio", esse limite devia ser o Rio Grande, pois só assim se evitam confusões que resultam de todos os "descobertos" feitos ou que se venham a fazer. AHU-São Paulo-MGouveia, cx. 17, doc. 1685.

³¹⁰ FEITLER, Bruno. “Dos usos político do Santo Ofício no Atlântico. O período filipino” in SOUZA, Laura de Mello; FURTADO, Junia Ferreira; BICALHO, Maria Fernanda (orgs.). *O governo dos povos*. São Paulo: Alameda, 2009, pp. 213-240.

³¹¹ CAMARGO, Paulo Florêncio. *Op.Cit.*, vol. IV, 1953.

sua população era de baixa renda³¹². Isso não impede que reflitamos sobre os delitos julgados e os períodos de maior atuação da vigararia da vara de Curitiba e vigararia-geral forense de Paranaguá.

As denúncias que chegavam ao tribunal e, posteriormente, originavam processos, se referiam (em sua maioria) aos delitos da carne e contra o matrimônio (104 ações), crimes contra o sacramento (20 ações), autos de devassa e correição (21 ações), agressão e homicídio (19 ações), crimes contra a justiça eclesiástica e a igreja (16 ações), para além dos casos que deveriam ser remetidos ao Santo Ofício (4 ações). O corpus documental aponta que as décadas iniciais do funcionamento do tribunal correspondem ao ápice de suas atividades, sendo os anos finais da centúria dos setecentos e início dos oitocentos marcados por uma queda da atividade processual (Tabela 3). Esta diminuição está ligada à consolidação da política regalista no reinado mariano e à intensa participação dos bispos paulistas nos assuntos civis, o que consolidou a intersecção entre o foro eclesiástico e o secular. Indubitavelmente, o campo religioso sofreu um reordenamento devido às novas prerrogativas episcopais e o maior controle monárquico da instituição eclesiástica.

Quadro 5

Delitos julgados na vigararia da vara de Curitiba e vigararia geral-forense de Paranaguá (1747-1822)	
“Delitos da carne” e contra o matrimônio	104
Autos de devassa e correição	21
Crimes contra os sacramentos	20
Agressão, homicídio e outros	19
Delitos contra a justiça eclesiástica e a igreja	16
Feitiçaria	3
Bigamia	1
Total	184

Fontes: ACMSP – PGA, crime, São Paulo-Interior-Curitiba, século XVIII-XIX, cxs. 57-58; ACMSP-PGA, crime, São Paulo-Interior-Paranaguá, século XVIII-XIX, cxs.59-62.

Os processos abertos e julgados indicam a preocupação do prelado com o comportamento dos clérigos e dos fiéis segundo as determinações tridentinas. Eles igualmente demonstram aspectos da cultura e da *práxis* jurídica nos tempos de

³¹² SILVA, Maria Beatriz Nizza (Org.); BACELLAR, Carlos de Almeida Prado; GOLDSCHMIDT, Eliana Réa; NEVES, Luciana M. Bastos. *Op.Cit.*, 2008; LUNA, Francisco; KLEIN, Herbert S. *Op.Cit.*, 2006.

secularização da justiça eclesiástica. Além disso, os autos também demonstram o papel político que os auditórios eclesiásticos de Curitiba e Paranaguá possuíam. Os delitos julgados que não estavam sob a alçada do foro eclesiástico, mas do civil, apesar da crescente secularização, favoreceu o exercício do poder episcopal. O corpus processual das vigararias da vara de Curitiba e de Paranaguá demonstram que os juízes episcopais julgaram casos de assassinato, dívidas com caráter criminal e furto, cujos réus e autores eram leigos e, por conseguinte, deveriam ser julgados pelos juízes civis nas questões mencionadas³¹³. Podemos exemplificar a extensão da jurisdição eclesiástica sobre os assuntos cíveis por meio do auto envolvendo Alexandre Alves, natural da vila de Curitiba, que foi denunciado ao juízo eclesiástico por Sebastião Gonçalves Lopes por causa do não pagamento “de certa quantia em dinheiro” referente a comercialização de um lote de terra localizado no termo da vila. O vigário da vara, padre Manoel Domingues Leitão, inquiriu as testemunhas e determinou que réu pagasse a quantia devida sob pena de excomunhão e cobrança criminal da dívida por meio dos procuradores. Ironicamente, o réu veio a falecer antes de cumprir a sentença e, imediatamente a confirmação do óbito, o juiz eclesiástico estabeleceu que qualquer pessoa que houvesse “comprado alguns dos ditos bens [e] depois faleceu, os *dei cubra alias* pretende tirar carta de excomunhão”³¹⁴.

Esta ampliação da jurisdição eclesiástica ocorreu em diálogo com a política ilustrada promovida no ministério pombalino, afinal os bispos eram agentes régios. O exercício da justiça nas comarcas eclesiásticas de Curitiba e Paranaguá se caracterizou pela complementariedade entre foro eclesiástico e régio e por práticas jurídicas homogêneas, sendo que os oficiais da justiça eclesiástica procuraram (em alguns casos) sobrepor-se aos dos tribunais régios. Sobreposição que se explicita, por exemplo, na confluência dos cargos de vigário da vara e ouvidor na pessoa do padre André Baruel, segundo registro da Câmara de São Paulo, que passou a ser a autoridade jurídica máxima das comarcas eclesiástica e civil paulista³¹⁵. Trata-se de momento ímpar na constituição do espaço diocesano paulista, e que nos permite problematizar os mecanismos utilizados pelo bispo e por seu oficialato como forma de manutenção do

³¹³ACMSP-PGA, série crime, São Paulo-Interior, Curitiba, século XVIII (1750-1800); Processo envolvendo Manoel Rodrigues Ribas, capitão-mor da vila de Curitiba, por dividas (1765) in ACMSP-PGA, série crime, São Paulo-Interior, Curitiba, século XVIII (1750-1800 in ACMSP-PGA, série crime, São Paulo-Interior, Curitiba, século XVIII (1750-1800).

³¹⁴ Processo contra Alexandre Alves (defunto) por dívida (1751). PGA, crime, São Paulo-Interior-Curitiba, século XVIII-XIX, cxs. 57.

³¹⁵ AHSP-Registro Geral da Câmara Municipal, tomo IV, 1710-1734, pp.238-240.

poder diocesano, assim como nos questionarmos sobre os limites entre os foros nas freguesias meridionais da diocese paulista.

A sobreposição entre os espaços de exercício da justiça régia e eclesiástica presente na cultura e na prática jurídica do tribunal episcopal era frequente e se expressa no diálogo entre os oficiais da justiça (episcopal e régia) durante o julgamento de casos-crime e a realização de visitas de correição realizadas pelo ouvidor. A cooperação entre as instâncias era comum nos setecentos, principalmente nas vigararias da vara localizadas nas comarcas eclesiásticas afastadas da sede diocesana³¹⁶. A colaboração entre as instâncias aparece em grande parte dos processos julgados na freguesia de Curitiba (aproximadamente 16 processos), e pode ser exemplificada pelo julgamento da ação contra o Padre Manoel Domingues Leitão por não administrar direito os sacramentos³¹⁷. O clérigo, denunciado a Manoel José Vaz, visitador episcopal nas comarcas ao sul e ao ouvidor da comarca em correição, alegou em procuração durante o trâmite judicial que seus oficiais (clérigos, juízes, visitadores) e procuradores possuíam o direito de resolver suas querelas tanto no foro eclesiástico quanto no foro civil. O réu foi sentenciado a todas as penas pecuniárias de direito e arbitrárias para emenda e continuou a exercer suas funções na vila de Curitiba.

O posicionamento adotado pelo clérigo perante a justiça eclesiástica demonstra como a sobreposição jurisdicional no bispado de São Paulo era disseminada e utilizada por clérigos e leigos como mecanismo de diminuir as penas. Aspecto a ser questionado, sobretudo ao pensarmos no caso de Domingues Leitão (réu reincidente em 10 ações no foro episcopal), para as comarcas fronteiriças que estavam com o seu aparato jurídico em constituição e consolidação³¹⁸. Não obstante, devemos enfatizar que a confluência entre os foros eclesiástico e civil, assim como a complementariedade do corpus normativo, era característico da cultura jurídica do direito comum. Característica do campo do direito que legitimava a excepcionalidade da intersecção entre as jurisdições na *práxis* judicial do tribunal episcopal de São Paulo. A especificidade da cultura

³¹⁶ ACMSP – PGA, crime, São Paulo-Interior-Curitiba, século XVIII-XIX, cxs. 57-58.

³¹⁷ ACMSP– Processo contra o padre Manoel Domingues Leitão por falta de sacramentos (1753). PGA, crime, São Paulo-Interior-Curitiba, século XVIII-XIX, cxs. 57.

³¹⁸ O padre Manoel Domingues Leitão, apesar de ser o vigário da vara de Curitiba e pároco da igreja matriz, foi o clérigo mais processado nas vigararias da vara e geral-forense de Curitiba/Paranaguá com 10 ações referentes aos seguintes delitos: dívidas (1778), falta de sacramentos (1734), cobrança de preços abusivos para confissão e comunhão dos fregueses (1740), cobranças indevidas pelos sacramentos (1751), usura (1750), investigação realizada pela Ouvidoria e correição geral de Paranaguá (1752), falta de sacramentos (três ações entre 1752-1753) e recusa a fazer doutrina durante a celebração da missa (1774). ACMSP–PGA, crime, São Paulo-Interior-Curitiba, século XVIII-XIX, cxs. 57-58.

jurídica episcopal paulista, exemplificada pelas vigararias da vara de Curitiba e Paranaguá, era a regra, e possibilitou ao prelado paulista a construção do espaço diocesano³¹⁹.

A ação contra o padre Manoel Domingues Leitão nos permite refletir sobre as sobreposições entre os foros eclesiástico e civil em meio ao alinhamento jurisdicional promovido no ministério pombalino. Alinhamento das práticas jurídicas que possibilitou a circunscrição da jurisdição eclesiástica pelas normas civis. As ações envolvendo Manoel Barbosa dos Santos (1763) e Manoel Rodrigues Ribas (1765) sobre dívidas e furtos que foram julgados pelo vigário da vara, reforçam a ideia de uma confluência jurisdicional e nos possibilitam afirmar que a atuação da justiça eclesiástica ultrapassou os limites do foro episcopal. Sem dúvida, para os bispos paulistas, vigiar a ortodoxia era exercer sua autoridade.

A capilaridade das estruturas do poder eclesiástico, alinhada ao exercício da justiça por meio de uma cultura jurídica sobreposta nas comarcas eclesiásticas distantes da Sé, possibilitou não só o redimensionamento do espaço de exercício da justiça episcopal paulista, mas também o início do processo de consolidação do poder eclesiástico em meio aos conflitos oriundos dos esforços do prelado paulista em resguardar suas áreas de atuação. O uso político do tribunal episcopal na comarca eclesiástica de Curitiba/Paranaguá, assim como a concessão das freguesias no extremo sul ao bispado do Rio de Janeiro, construíram o espaço de exercício do poder episcopal paulista e seus limites: as comarcas eclesiásticas de Guaratinguetá ao noroeste e a comarcas eclesiásticas de Curitiba e Paranaguá ao sul.

Apesar de perder a jurisdição sobre alguns territórios, os esforços do bispo de São Paulo moldaram a política episcopal de seus sucessores e atribuíram novas dimensões ao exercício da justiça e ao enquadramento religioso da sociedade paulista. As discussões em torno dos limites diocesanos ilustram a preocupação do prelado em organizar a diocese e estruturar o tribunal episcopal e assegurar a posse de regiões estratégicas para a metrópole, afinal a tônica setecentista era cristianizar para

³¹⁹ Sobre o enquadramento normativo em que o tribunal episcopal de São Paulo atuava conferir o segundo capítulo de nosso trabalho.

salvaguardar o território³²⁰. O equilíbrio de forças e a nova geografia eclesiástica estabelecida no Centro-Sul da Colônia resultou numa política episcopal centrada no uso do foro eclesiástico pelos bispos paulistas como mecanismo de salvaguarda da autoridade e jurisdição nas zonas de fronteira. A diocese de São Paulo seria construída e reconstruída segundo os desejos dos bispos, e novos espaços de exercício da justiça se criariam ao longo de toda extensão diocesana, sobretudo nas áreas distantes da cidade episcopal.

³²⁰ MATTOS, Yllan de. *A última Inquisição. Os meios de ação e funcionamento do Santo Ofício no Grão-Pará pombalino*. Jundiaí: Paco Editorial, 2013 (sobretudo “A ação dos bispos como reforço da autoridade régia”).

Considerações Finais

A malha da justiça eclesiástica do bispado de São Paulo e as fronteiras diocesanas

“O meio de adquirir domínio em algum território é exercer jurisdição nele”.

D. Frei Antônio do Desterro, 1747

Compreendendo a espacialidade diocesana como uma extensão da jurisdição episcopal, assim como da autoridade do prelado, foi possível notar que a construção do bispado de São Paulo ocorreu por meio da organização das estruturas do poder diocesano e os usos do tribunal eclesiástico na manutenção das fronteiras e preservação da jurisdição episcopal paulista. Considerando a correlação entre o funcionamento do aparato jurídico-administrativo episcopal e a consolidação dos limites eclesiásticos paulistas, sobretudo nas regiões de contenda com o prelado fluminense, adotamos como ponto de partida analítico e narrativo os primórdios da atuação do clero secular na capitania de São Paulo e o estabelecimento das primeiras unidades paroquiais e comarcas eclesiásticas no planalto de Piratininga e seu termo.

A organização das estruturas do poder episcopal em São Paulo acompanhou o recrudescimento da atividade mineradora e a crescente necessidade de expansão da malha eclesiástica do bispado do Rio de Janeiro para as zonas ocupadas em torno dos veios auríferos. Exercendo um papel intermediário na geografia eclesiástica fluminense, a comarca diocesana paulista interligava a zona mineradora à Guanabara e, por conseguinte, era marcada pelo intenso fluxo populacional de clérigos e fregueses que se dirigiam para as minas. O expansionismo paulista e a “conversão” dos sertões resultaram numa carência de sacerdotes na comarca eclesiástica, já que os clérigos acompanhavam os sertanistas como capelães de expedições motivados pelo espírito missionário ou aventureiro de enriquecimento rápido.

O alvoroço em torno das jazidas minerais resultou numa política de controle e fiscalização metropolitana das zonas mineradoras por meio da organização da igreja diocesana no Centro-Sul colonial e sua capilaridade que possibilitaria, juntamente com a justiça civil, um controle comportamental e social eficaz da população. Orientado pelas ordens metropolitanas e as informações sobre a situação da comarca eclesiástica

paulista, o bispo fluminense, D. Francisco de São Jerônimo, procurou burocratizar a atuação do clero secular no território como um mecanismo de colonização das regiões de fronteira, tal como a manutenção e salvaguarda da autoridade episcopal na comarca de São Paulo.

O estabelecimento de freguesias (coladas e encomendadas) na comarca diocesana paulista acompanhou os fluxos populacionais e os núcleos habitacionais “móveis” que surgiam nas circunvizinhanças dos veios auríferos ou em direção as fronteiras meridionais da América portuguesa. Os conflitos em torno da posse dos arraiais e controle do aparato jurídico-administrativo na zona mineradora entre paulistas e emboabas representou um momento de inflexão na constituição da malha eclesiástica paulista, já que a instabilidade política e necessidade de preservação da autoridade episcopal e metropolitana nas freguesias mineiras resultou na expansão das estruturas do poder episcopal no sentido: cidade episcopal do Rio de Janeiro – freguesias mineiras.

O refluxo populacional das minas para a vila de São Paulo e a expansão dos sertanistas para os sertões ao oeste e os confins meridionais, cuja geografia eclesiástica era missionária, constitui um novo eixo de irradiação da malha eclesiástica fluminense em diálogo com a proliferação de paróquias no espaço diocesano e subdiocesano do Rio de Janeiro. Como demonstramos, o aumento do ritmo de criação de freguesias encomendadas e comarcas eclesiásticas representou a tentativa de preservação da autoridade e jurisdição episcopal diante do regalismo joanino que adquiria contornos sólidos e, conseqüentemente, se transformaria no cerne da política josefina. Competiu aos bispos a elaboração de uma política episcopal de salvaguarda da jurisdição eclesiástica e consolidação do espaço diocesano na capitania de São Paulo por meio do levantamento da situação das freguesias e do comportamento dos fiéis.

Para tal, os bispos fluminenses realizaram visitas pastorais por toda comarca eclesiástica paulista e procuraram, durante os procedimentos visitacionais, reforçar sua jurisdição e aprimorar a vida e os costumes cristãos dos paulistas. As visitas pastorais realizadas pelo prelado e oficialato episcopal fluminense, representaram o período embrionário da prática visitacional na vila de São Paulo e seu termo num contexto de transformações socioeconômicas e políticas resultantes da exploração aurífera. O prelado paulista, após a criação da diocese de São Paulo, realizaria visitas diocesanas constantes (intervalo médio de dois anos) e atribuiria uma dimensão política à

instituição da visita. Dimensão que, correlacionada com o aspecto normatizador e fiscalizador das visitas, remodelariam as múltiplas espacialidades do bispado.

Concomitante com as visitas diocesanas, a atuação jurídica do episcopado fluminense na comarca diocesana paulista era realizada por meio do julgamento de causas crimes e cíveis na vigararia da vara. O intenso funcionamento do foro episcopal expresso nos 73 autos julgados em primeira instância correspondeu às medidas do prelado para reforçar sua autoridade dentro do espaço diocesano em construção. Deste modo, o exercício da justiça eclesiástica na comarca diocesana de São Paulo se caracterizou pela delimitação dos espaços de atuação jurisdicionais entre os membros do corpo clerical, a normatização dos costumes e a embrionária complementariedade entre o foro episcopal e civil que seria característica da *práxis episcopal* paulista na segunda metade dos setecentos.

A atuação do oficialato episcopal fluminense na comarca eclesiástica de São Paulo aliado ao descontentamento dos paulistas com a perda da autoridade nas minas, sobretudo após os múltiplos desmembramentos territoriais que a capitania sofreu com o objetivo de centralizar a administração no Rio de Janeiro e sujeitar os paulistas a autoridade metropolitana, impulsionou a reivindicação de elevação da vila de São Paulo ao foro de cidade e a criação de um bispado independente da diocese do Rio de Janeiro. Os oficiais camarários escreveram inúmeras petições ao monarca solicitando a nomeação de um bispo e oficialato episcopal próprios para São Paulo sob a alegação de abandono espiritual da capitania. Estava claro que as preocupações metropolitanas e episcopais eram a conservação do território mineiro e a organização do aparato jurídico-administrativo episcopal e civil na capitania, tal como a demarcação das fronteiras seculares entre São Paulo e Minas Gerais. Demarcação fronteiriça que resultou em conflitos jurisdicionais entre os clérigos e camarários na circunvizinhança da serra da Mantiqueira.

As petições da edilidade paulista para a criação da diocese de São Paulo foram atendidas três décadas depois do primeiro pedido ao monarca, feito em 1711, por meio da bula pontifícia *Candor Lucis Aeternae* de dezembro de 1745. De acordo com a documentação papal, o bispado do Rio de Janeiro deveria ser desmembrado em quatro partes: duas dioceses (São Paulo e Mariana) e duas prelazias (Mato Grosso e Goiás). O desmembramento do bispado fluminense em novas unidades episcopais redimensionou

a geografia eclesiástica do Centro-Sul colonial por meio do estabelecimento de novas espacialidades diocesanas e, por conseguinte, novas jurisdições episcopais. A modificação da geografia eclesiástica fluminense correspondia a uma antecipação do *uti possidetis* por meio da consolidação das estruturas do poder eclesiástico às vésperas da assinatura do Tratado de Madri (1750), ou seja, o estabelecimento do bispado paulista refletia os ensejos metropolitanos de preservação da posse e domínio dos territórios da América portuguesa.

O primeiro bispo paulista, D. Bernardo Rodrigues Nogueira (1745-1748), ficou responsável pela administração eclesiástica em consonância com as determinações tridentinas, o regalismo monárquico e a atuação dos bispos fluminenses. Preocupado com a organização jurídico-administrativa e o cumprimento das atividades pastorais, o prelado estruturou as bases dos mecanismos da justiça episcopal por meio de um levantamento minucioso das condições gerais de sua diocese e das estruturas pré-existentes na antiga comarca eclesiástica de São Paulo. Orientando-se no sentido cidade episcopal – regiões fronteiriças do bispado (comarca diocesana do rio das Mortes e confins meridionais), o aparato jurídico-administrativo diocesano redimensionou as jurisdições paroquiais pré-existentes e construiu novos espaços de atuação do oficialato episcopal paulista. A construção da espacialidade diocesana e a conformação da jurisdição episcopal de São Paulo ocasionou inúmeros conflitos com o prelado fluminense, D. Frei Antônio do Desterro, sobre os limites entre as dioceses paulista, marianense e fluminense.

Os conflitos jurisdicionais nas circunvizinhanças da serra da Mantiqueira se intensificaram com a determinação dos limites eclesiásticos da capitania de São Paulo, já que os prelados paulista e fluminense reivindicavam a jurisdição sobre as cinco freguesias pertencentes a comarca eclesiástica do rio das Mortes (Aiuruoca, Pouso Alto, Baependi, Carrancas e Santo Antônio do Rio Verde). A superficialidade dos limites eclesiásticos descritos na documentação pontifícia permitiu que os prelados de ambas as dioceses interpretassem à sua maneira os parágrafos correspondentes à geografia eclesiástica e, por conseguinte, defendessem sua concepção jurisdicional e espacial de cada bispado. A defesa jurisdicional paulista (e fluminense) resultaram em confrontos diretos entre os clérigos e na confluência entre os párocos paulistas e fluminenses providos nas freguesias em contenda. Para reforçar sua autoridade na comarca eclesiástica do rio das Mortes, D. Bernardo Rodrigues Nogueira enviou visitantes

delegados em detrimento do foro eclesiástico para anularem as medidas adotadas pelo clero secular fluminense atuante na região e restaurar a autoridade e jurisdição episcopal paulista.

Os litígios em torno da jurisdição sobre as freguesias e o estabelecimento das fronteiras diocesanas de São Paulo não se restringiram à comarca eclesiástica do rio das Mortes e aos acidentes geográficos do rio Grande. As comarcas eclesiásticas ao sul do bispado de São Paulo também foram objeto de disputa entre os bispos paulista e fluminense. A apropriação da malha eclesiástica e submissão do oficialato episcopal atuante nas freguesias meridionais à autoridade de D. Bernardo Rodrigues Nogueira resultou em inúmeras contendas no âmbito epistolar com D. Frei Antônio do Desterro, bispo do Rio de Janeiro, e o corpo clerical. Este negava a jurisdição episcopal paulista na região por meio do não cumprimento das ordens e pastorais oriundas do palácio episcopal de São Paulo.

Procurando resolver a situação e salvaguardar sua jurisdição e autoridade na região, o prelado paulista reorganizou a geografia jurídica da comarca eclesiástica de Paranaguá elevando a vigararia da vara à categoria de vigararia-geral forense e da atribuição das competências de vigário da vara ao pároco da vila de Curitiba. A manutenção do poder diocesano na região baseou-se na sobreposição entre os espaços de exercício da justiça eclesiástica e régia, e nas práticas jurídicas homogêneas utilizadas pelo oficialato episcopal nas comarcas eclesiásticas meridionais. O uso político do tribunal episcopal por meio do julgamento de delitos que não competiam à alçada eclesiástica favoreceu a construção do espaço diocesano e a salvaguarda das fronteiras sulinas do bispado de São Paulo.

Considerando os meandros da construção da diocese de São Paulo e os esforços do prelado em organizar as estruturas do poder eclesiástico, percebemos que o tribunal episcopal teve um papel crucial na construção do espaço diocesano e na conformação da jurisdição episcopal paulista por meio da *práxis episcopal* de sobreposição com o foro civil e a territorialidade que o aparato jurídico-administrativo diocesano pressupunha, sobretudo nas comarcas eclesiásticas fronteiriças com as dioceses fluminense e marianense. Os conflitos jurisdicionais em torno das divisas eclesiásticas entre D. Bernardo Rodrigues Nogueira, bispo paulista, e D. Frei Antônio do Desterro, bispo

fluminense, ilustram o complexo processo de estabelecimento das dioceses no ultramar português.

Devemos enfatizar que, ao considerarmos os usos do tribunal episcopal e o processo conflituoso de consolidação do espaço diocesano paulista, procuramos contribuir para os estudos sobre a igreja diocesana e o clero secular do mundo português por meio problematização da máquina administrativa da Igreja Católica, correlacionando a justiça eclesiástica e a política episcopal em suas múltiplas dimensões. Outro aspecto a ser ressaltado é a necessidade de extensão da problemática para as demais comarcas do bispado paulista, já que as práticas jurídicas e os mecanismos de manutenção da autoridade episcopal se moldavam ao contexto local sem abandonar as prerrogativas episcopais originárias do palácio episcopal de São Paulo. Finalizando, esperamos que nosso trabalho impulse novas reflexões sobre a importância da temática na compreensão da atuação do clero secular e organização jurídico-administrativa episcopal nas dioceses do império ultramarino português.

Bibliografia

Fontes Manuscritas

a) Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo

Processos Gerais Antigos, série crime, São Paulo (1700-1745).

Processos Gerais Antigos, série crime, São Paulo, Interior, Curitiba (1747- 1822).

Processos Gerais Antigos, série crime, São Paulo, Interior, Paranaguá (1747- 1822).

Processos Gerais Antigos, série crime, São Paulo, Interior, Santos (1747- 1822).

Pastorais Antigas, século XVIII, cota 2-3-26.

Registro das provisões e alvarás régios referentes à criação do bispado de São Paulo e ordens dos excelentíssimos bispos diocesanos (1746-1842), cota 1-2-39.

b) Arquivo Público do Estado de São Paulo

Ofícios sobre padres, vigários, oficiais de ordenanças e incidentes havidos em várias vilas da capitania, Ord.229.

c) Arquivo Histórico Ultramarino

Fundo Manuscritos Avulsos do Rio de Janeiro

CONSULTA do Conselho Ultramarino, relativa a representação do Bispo do Rio de Janeiro José de Barros de Araújo, em que pedia a reclusão dos presos eclesiásticos nas cadeias civis, por não ter ainda aljube, onde os recolhesse. AHU_CU_017-01, Cx. 8, D. 1435.

CONSULTA do Conselho Ultramarino, acerca de uma representação dos oficiais da Câmara do Rio de Janeiro, em que se queixavam do Bispo D. José de Barros de Alarcão continuar a residir na vila de São Paulo. AHU_CU_017-01, Cx. 8, D. 1573.

CARTA do Ouvidor geral Thomé de Almeida e Oliveira, em que participa ter feito correição nas vilas da sua jurisdição e acusa o Bispo D. José Barros de Alarcão de cometer graves irregularidades. AHU_CU_017-01, Cx. 9, D. 1652-1653.

CONSULTA da Mesa da Consciência e Ordens, sobre a queixa do Bispo do Rio de Janeiro contra o Governador João Furtado de Mendonça, por este ter impedido a visita da Igreja de Santa Cruz. AHU_CU_017-01, Cx. 9, D. 1633-1665.

CONSULTA do Conselho Ultramarino, sobre as correições que fizera o Ouvidor Geral do Rio de Janeiro e as queixas que este apresentara do mau procedimento do Bispo. AHU_CU_017-01, Cx. 9, D. 1666-1667.

CONSULTA do Conselho Ultramarino, acerca da representação do Vigário Provincial da Ordem do Carmo, era que pedia para serem argumentadas as ordinárias dos Conventos da Capitania do Rio de Janeiro, é se darem ordinárias aos Conventos da Ilha Grande, São Paulo e Mogi. AHU_CU_017-01, Cx. 10, D. 1881-1882.

CONSULTAS (2) do Conselho Ultramarino e da Junta das Missões, relativas a assuntos religiosos, da cidade do Rio de Janeiro e da Vila de São Paulo. AHU_CU_017-01, Cx. 10, D. 1922-1923.

CONSULTA do Conselho Ultramarino, sobre o regimento do Ouvidor geral da Vila de São Paulo. AHU_CU_017-01, Cx. 12, D. 2350.

REGIMENTO dado ao Ouvidor geral da vila de São Paulo e suas anexas, Antonio Luiz Peleja. AHU_CU_017-01, Cx. 12, D. 2351.

CARTA régia dirigida ao Governador do Rio de Janeiro Arthur de Sá e Menezes, sobre a fixação das jurisdições dos Ouvidores do Rio de Janeiro e de São Paulo. Anexa ao n.º 6790. AHU_CU_017-01, Cx. 29, D. 6800.

PETIÇÃO do Promotor do Juízo eclesiástico do Rio de Janeiro, em que requer procedimento contra os referidos religiosos e contra todas as pessoas que impugnassem a jurisdição episcopal. Anexa ao n.º 2662. AHU_CU_017-01, Cx. 13, D. 2663.

CONSULTA do Conselho Ultramarino, acerca das informações enviadas pelo Governador do Rio de Janeiro e Ouvidor Geral de São Paulo, sobre a resolução dos moradores da freguesia de Pindamonhangaba, termo da vila de Taubaté, de erigirem a mesma freguesia em vila com denominação de Vila de Nossa Senhora do Bom Sucesso e de nomearem os respectivos juízes e oficiais da Câmara. AHU_CU_017-01, Cx. 14, D. 2785-2790.

CARTA régia dirigida ao Bispo do Rio de Janeiro, em que se lhe comunica que os juízes eclesiásticos ficam obrigados a suspender os seus procedimentos logo que lhe sejam intimados os recursos para o Juízo da Coroa. Anexa ao n.º 13358. AHU_CU_017-01, Cx. 57, D.

CARTA régia em que se determina que o Juiz eclesiástico não poderia continuar a intervir nos processos desde que lhe fossem intimados os recursos para o Juízo da Coroa. Anexa ao n.º 13358. AHU_CU_017-01, Cx. 57, D. 13370.

CONSULTA do Conselho Ultramarino acerca das queixas que tinham feito os oficiais da Câmara e moradores da vila de São Paulo, contra o procedimento do vigário o Padre Bento Carvalho Maciel. AHU_CU_017-01, Cx. 14, D. 2908.

CARTA régia pela qual se manda intimar o Juiz eclesiástico para assistir ao julgamento dos recursos que subiam ao Desembargo do Paço, da Bahia. Anexa ao n.º 13358. AHU_CU_017-01, Cx. 57, D. 13372

PROVISÃO régia pela qual se ordenou ao Governador de São Paulo e Minas que informasse sobre o número de párocos que havia na Capitania e dos que eram necessários para as novas povoações. Anexa ao n.º 3455. AHU_CU_017-01, Cx. 16, D. 3463.

CONSULTA do Conselho Ultramarino sobre as alfaias e as obras no aljube e nas casas da residência episcopal, que requisitara o Bispo do Rio de Janeiro, D. Fr. Antonio de Guadalupe. AHU_CU_017-01, Cx. 21, D. 4696.

MINUTA da resposta enviada ao Bispo do Rio de Janeiro, sobre o assunto a que se referem os docs. antecedentes e que serviu de norma para as ordens circulares enviadas aos Ouvidores e Prelados das Capitanias do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais. Anexa ao n.º 13358. AHU_CU_017-01, Cx. 57, D. 13362.

PROVISÃO régia pela qual se ordenou ao Ouvidor Geral da Comarca do Rio das Mortes, que dentro de 15 dias deferisse aos recursos que para ele se interpusessem das justiças eclesiásticas. Anexa ao n.º 13358. AHU_CU_017-01, Cx. 57, D. 13375.

CONSULTA do Conselho Ultramarino, sobre as representações do Bispo do Rio de Janeiro e do Ouvidor de Vila Rica, Caetano Furtado de Mendonça, como Juiz da Coroa,

a respeito das controvérsias suscitadas entre as suas jurisdições. Anexa ao n.º 13358. AHU_CU_017-01, Cx. 57, D. 13377.

PROVISÃO régia pela qual se mandou abonar ao Bispo de São Paulo D. Bernardo Rodrigues Nogueira a quantia de 2.000 cruzados, por ano, além da cômputa que lhe fora arbitrada. Anexa ao n.º 13131. AHU_CU_017-01, Cx. 56, D. 13137.

Fundo Manuscritos Avulsos de São Paulo Alfredo Mendes Gouveia (1618-1823)

CARTA (Cópia da) do Bispo de São Paulo, D. Bernardo (Rodrigues Nogueira) ao Bispo do Rio de Janeiro (D. frei Antônio do Desterro), dizendolhe que proíba os excessos do vigário da vara das Minas, que deu ordens a alguns párocos das freguesias próximas do Rio Grande. AHU-São Paulo-MGouveia, cx. 17, doc. 1638.

CARTA de João Rodrigues Amorim ao vigário Gaspar de Sousa Leal, dizendo-lhe que o Rio Grande é o melhor padrão para marcar a separação entre o Bispado de São Paulo e Mariana, mas não é o verdadeiro padrão para separar São Paulo das Minas (Gerais). AHU-São Paulo-MGouveia, cx. 17, doc. 1639.

CARTA (Cópia da) do Bispo do Rio de Janeiro, (D. Frei Antônio do Desterro) ao vigário da Laguna (Mateus Pereira da Silva), dizendo-lhe que retome posse do lugar que, violentamente, lhe foi tirado, pois pertence-lhe pelo motu-próprio de Sua Santidade, o governo espiritual da Colônia, Rio Grande e Santa Catarina; e, se houver perturbações da parte do Bispo de São Paulo com excomunhões, interditos e outras censuras, passe cartas anulatórias e proceda até prisão contra os que o perturbarem, pois para isso lhe concede todos os poderes, pedindo ajuda ao Governo. AHU-São Paulo-MGouveia, cx. 17, doc. 1643.

CARTA (Cópia da) do Bispo do Rio de Janeiro (D. Frei Antônio do Desterro) ao Bispo de São Paulo (D. Bernardo Rodrigues Nogueira), dizendo que recebera uma carta sua, pelo provincial de Nossa Senhora do Carmo e outra pelo reitor da Companhia (de Jesus). Em resposta à primeira diz ter sabido por testemunhas que o, seu Bispado se separa do de São Paulo, seguindo-se pela casta, pela vila de Ubatuba e, seguindo-se pelo sertão por todas as paragens que vão até ao Rio Paraíba; mas, quanto à divisão do Bispado de São Paulo com o da cidade de Marianense (?) as testemunhas não provaram

que as freguesias mencionadas na sentença - Aiuruoca, Pouso Alto, Baependi, Carrancas e Santo Antônio do Rio Verde - pertençam ao dito Bispado de São Paulo; afirmam que as ditas freguesias estão situadas entre o rio Paraíba e o Rio Grande, mas que isso não quer dizer que fiquem pertencendo ao Bispado de São Paulo, pois o "motu próprio" ordena que a região situada entre o rio Paraíba e o Rio Grande, se reparta entre os Bispados de São Paulo e o Marianense e que só a este pertençam as referidas freguesias. Em resposta à segunda carta, diz que no "motu próprio", consta que a diocese de São Paulo se divide do Bispado Marianense pelos termos da divisão das capitanias de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, por isso, o vigário da vara do Rio das Mortes procedeu bem, não admitindo párocos na sua comarca, que não fossem nomeados por ele, Bispo do Rio de Janeiro; censura o Bispo de São Paulo, por ter dado ordens à Nova Colônia, Rio Grande e Ilha de Santa Catarina, quando estas terras não vêm mencionadas no "motu próprio" como pertencendo a São Paulo, mas pertencem à sua diocese, por serem administradas pelo respectivo Governo secular e assim o terem ordenado as ordens reais. AHU-São Paulo-MGouveia, cx. 17, doc. 1644.

INSTRUMENTO PÚBLICO DE JUSTIFICAÇÃO CÍVEL, (Traslado do) feito pelo tabelião da vila de São Francisco das Chagas de Taubaté (Taboathe), a pedido do procurador de comarca e Bispado de São Paulo, no qual translada os seguintes documentos: AHU-São Paulo-MGouveia, cx. 17, doc. 1650.

CARTA (Cópia da) do Bispo de São Paulo (D. Bernardo Rodrigues Nogueira) ao Bispo do Rio de Janeiro (D. Frei Antônio do Desterro) tentando resolver o mal-entendido que entre ambos houve sobre a divisão dos Bispados, indicada no respectivo motu-próprio. Diz ser o seu Bispado o que vem indicado nos sumários do referido motu-próprio e que por eles se vê que a divisão dos "bispados e prelaturas erectas é pelas prefeituras e ouvedorias". AHU-São Paulo-MGouveia, cx. 17, doc. 1651.

CARTA (Cópia da) do vigário da Laguna, Mateus Pereira da Silva, ao Bispo de São Paulo (D. Bernardo Rodrigues Nogueira), dando conta de não haver publicado a pastoral e o edital que lhe remetera ao Bispo do Rio de Janeiro (D. Fr. Antônio do Desterro), por intermédio do vigário da ilha (de Santa Catarina). AHU-São Paulo-MGouveia, cx. 17, doc. 1654.

REQUERIMENTO do procurador da Mitra do Bispado de São Paulo, pedindo certidão dos documentos, ordens ou provisões que havia sobre a divisão, demarcação e limite

entre a capitania de São Paulo e as minas de Goiás. AHU-São Paulo-MGouveia, cx. 17, doc. 1655.

CARTA do (vigário da vara e encomendador da Igreja Matriz da vila de Guaratinguetá), Gaspar de Sousa Leal ao (Bispo de São Paulo, D. Bernardo Rodrigues Nogueira), na qual se refere a uma carta que lhe havia escrito o Padre João Rodrigues Amorim sobre as contendas levantadas entre aquele Bispado e o Marianense e diz que lhe envia "hum risco ou mappa" que recebeu do mesmo padre, "de tudo quanto tem andado". Por ele poderá verificar que o juiz ordinário do Rio de Janeiro defendeu as cinco freguesias sem razão, apresentando o único pretexto de elas não pertencerem a São Paulo. AHU-São Paulo-MGouveia, cx. 17, doc. 1657.

DECRETO de (D. Maria Ana de Áustria) determinando que o Conselho Ultramarino passe as ordens necessárias para que o Bispo de São Paulo (D. Bernardo Rodrigues Nogueira), fixe residência nas dependências então ocupadas pelo ouvidor-geral, e que este passe para a residência do seu antecessor, junto à igreja da Misericórdia. AHU-São Paulo-MGouveia, cx. 17, doc. 1660.

REQUERIMENTO do procurador da Mitra do Bispado de São Paulo, pedindo certidão do auto de demarcação e de posse que a Câmara da vila de... fez para a divisão de seu distrito e limite com a vila de São João de ElRei, do Rio (Ryo) das Mortes. Anexo: certidão AHU-São Paulo-MGouveia, cx. 17, doc. 1662

INSTRUMENTO PÚBLICO DE JUSTIFICAÇÃO (Traslado do) passado pelo tabelião Francisco de Távora, sobre o requerimento do procurador da Mitra de São Paulo em que pede que se inquiram judicialmente as testemunhas que assistiram ao levantamento de um marco de pedra no morro Caxambu, ali colocado para separar Guaratinguetá do Rio das Mortes e depois tirado furtivamente por parte da última vila e substituído por uma cruz erguida na serra de Mantiqueira e AHU-São Paulo-MGouveia, cx. 17, doc. 1663.

Fundo Manuscritos Avulsos de São Paulo (1644-1830)

CARTA do governador e capitão general da capitania de São Paulo, D. Luís de Mascarenhas, ao rei [D. João V], respondendo à solicitação de que examine se

é procedente o desejo do Bispo Bernardo Rodrigues Nogueira em querer construir nova Sé e novo palácio episcopal. Pareceu ao governador que as instalações existentes são insuficientes, sendo, pois, recomendável que se leve a cabo a construção pretendida. Anexo: provisão (cópia), carta, requerimento. AHU-São Paulo, cx. 3, doc. 32. AHU_CU_023, Cx. 3, D. 220.

CARTA do Bispo de São Paulo, Bernardo Rodrigues Nogueira, ao rei [D. João V] sobre a construção de edifícios novos para a Sé e para residência do bispo, o "Palácio Episcopal", aludindo à necessidade destas construções e designando o local escolhido. AHU-São Paulo, cx. 3, doc. 9. AHU_CU_023, Cx. 3, D. 222.

CARTA do provedor da Fazenda Real da capitania de São Paulo, José de Godoi Moreira, ao rei [D. João V] sobre a extensão daquela Provedoria, estabelecida pelo governador e capitão general da capitania de São Paulo, conde de Sarzedas, Antônio Luís de Távora, cuja jurisdição vai até o Rio Grande, ficando a outra parte para a Provedoria das minas de Goiás. O signatário reclama que, ao ser seu ofício concedido pelo rei, incluía as áreas de Cuiabá e de Goiás. Anexo: carta, 2 provisões (cópias), lembrete. AHU-São Paulo, cx.3, doc. 34. AHU_CU_023, Cx. 3, D. 227.

CARTA do vigário Capitular de São Paulo, Lourenço Leite Penteado, ao rei [D. João V], informando que, por julgar muito trabalhoso o seu cargo, tomou como assessor ao bacharel José Nunes Garcês, por todos reconhecido por seu caráter e conhecimentos. Tal escolha, no entanto, gerou descontentamento entre os capitulares, que passaram a prejudicar aquele assessor e a provocar outros distúrbios. Anexo: 2 ofícios, 6 requerimentos, despacho do vigário capitular de São Paulo, carta. AHU-São Paulo, cx.4, doc. 1. AHU_CU_023, Cx. 4, D. 244. Número no catálogo: 243

PROVISÃO (cópia) do rei D. José I ao provedor da Fazenda Real da praça de Santos, José de Godoi Moreira, ordenando que se pague as despesas das visitas feitas em sua diocese pelo atual Bispo de São Paulo, como já se fizera com seu antecessor. AHU-São Paulo, cx. 4, doc. 2. AHU_CU_023, Cx. 4, D. 245.

CARTA dos oficiais da Câmara da vila de Paranaguá, ao rei [D. José I] sobre os abusos do atual ouvidor geral desta vila, bacharel Antônio Pires da Silva e Melo

Porto Carneiro, contra o povo da comarca, e solicitam providências para o sossego dos moradores da vila de Paranaguá. Anexo: lembrete. AHU-Santa Catarina, cx. 2, doc. 4. AHU_CU_023, Cx. 4, D. 252.

CARTA do juiz de fora de Santos, Francisco Caetano de Almeida Lobo, ao rei [D. José I], encaminhando cartas, bandos e mapas referentes à jurisdição, produção e capitação das minas de Goiás, Mato Grosso e São Paulo, para documentar a diligência da qual fora encarregado pelo governador e capitão general do Rio de Janeiro, conde de Bobadela, Antônio Gomes Freire de Andrade. Anexo: 17 cartas, ofício, 2 mapas, escrito de secretário, 2 bandos (cópia). AHU-São Paulo, cx. 4, doc. 9. AHU_CU_023, Cx. 4, D. 257.

REQUERIMENTO de Carlos de Araújo Castro, ao Bispo de São Paulo, frei Antônio da Madre de Deus Galvão, solicitando a autorização para receber sacramentos, queixando-se de seus inimigos, que o vinham perseguindo e negando os crimes dos quais era acusado. Anexo: 6 requerimentos. AHU-São Paulo, cx. 4, doc. 16. AHU_CU_023, Cx. 4, D. 266.

CARTA do governador da praça de Santos, Inácio Eloi de Madureira, ao rei [D. José I] respondendo às informações pedidas sobre o número de igrejas do Bispado de São Paulo e suas características, para que possa ser estudado o pedido dos moradores da freguesia de Nossa Senhora da Piedade do distrito da vila de Guaratinguetá, no sentido de alí edificar uma igreja. Anexo: 2 relações das igrejas Coladas, carta, 2 lembretes. AHU-São Paulo, cx. 4, doc. 37. AHU_CU_023, Cx. 4, D. 293.

REQUERIMENTO do padre José de Ponte Diniz ao rei [D. José I], solicitando carta de confirmação de sesmaria de uma légua de terra de testada com duas de fundo, próximo a vila de Itú para a freguesia de Ararituaba. Anexo: bilhete, carta de sesmaria. AHU-Rio de Janeiro, cx. 68, doc. 7. AHU_CU_023, Cx. 5, D. 316.

OFÍCIO do governador e capitão general da capitania de São Paulo, Morgado de Mateus, D. Luís Antônio de Sousa Botelho Mourão, ao rei [D. José I], dando conta do estado em que achou a capitania, descrevendo e dando sugestões do que poderia ser feito a respeito das fortalezas, das tropas pagas e das

ordenanças, da Provedoria, das povoações e da situação dos moradores. AHU-São Paulo, cx. 5, doc.18. AHU_CU_023, Cx. 5, D. 333.

OFÍCIO do governador e capitão general da capitania de São Paulo, Morgado de Mateus, D. Luís Antônio de Sousa Botelho Mourão, ao [secretário do reino], conde de Oeiras [Sebastião José de Carvalho e Melo], comentando a resposta que recebe de sua carta do Bispo do Rio de Janeiro, D. frei Antônio do Desterro, pondo em dúvida que a região de Lages, onde o governador de São Paulo queria erigir vila, pertencesse à capitania de São Paulo, estando, antes, ligada ao Viamão, D. Luís Antônio, no entanto, contesta, afirmando que só não eram de sua jurisdição as terras situadas ao sul da vila de São Francisco, até a Colônia do Sacramento. Anexo: ofício, certidão de requerimento (cópia). AHU-São Paulo, cx. 5, doc. 20. AHU_CU_023, Cx. 5, D. 336.

OFÍCIO do governador e capitão general da capitania de São Paulo, Morgado de Mateus, D. Luís Antônio de Sousa Botelho Mourão, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Francisco Xavier de Mendonça Furtado, sobre absorção do ouro brasileiro pelo comércio inglês e o número de escravos que entram anualmente na capitania de São Paulo. Anexo: lista de escravos da freguesia da Sé e do bispado da cidade de São Paulo, relação do rendimento da Fazenda Real da Provedoria da capitania de São Paulo, petição, 2 certidões. Obs: ofício n.º 5 da relação do ano de 1769, Março, 1. AHU-São Paulo, cx. 5, doc. 28. AHU_CU_023, Cx. 5, D. 344.

OFÍCIO do governador e capitão general da capitania de São Paulo, Morgado de Mateus, D. Luís Antônio de Sousa Botelho Mourão, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Francisco Xavier de Mendonça Furtado, solicitando resposta à cartas que enviou propondo a fundação de novas povoações e criação de novas vilas na capitania de São Paulo, assim como a aprovação do regulamento dos Distritos tanto das freguesias como das câmaras. Obs: ofício n.º 9 da relação do ano de 1769, Março, 1. AHU-São Paulo, cx. 5, doc. 28. AHU_CU_023, Cx. 5, D. 348.

RELAÇÃO das cartas de serviço do governador e capitão general da capitania de São Paulo, Morgado de Mateus, D. Luís Antônio de Sousa Botelho Mourão, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Francisco Xavier de Mendonça

Furtado, trazendo o resumo de 10 ofícios, seguindo-se os respectivos ofícios tratando do Estado Político. AHU-São Paulo, cx. 5, doc. 28. AHU_CU_023, Cx. 5, D. 350.

RELAÇÃO das cartas de serviço do governador e capitão general da capitania de São Paulo, Morgado de Mateus, D. Luís Antônio de Sousa Botelho Mourão, ao [secretário do reino], marquês de Pombal, Sebastião José de Carvalho e Melo, trazendo o resumo de 5 ofícios que, sob o título: Estado Político, tratam da fundação das vilas de Atibaia, Mogi-Mirim e Faxina, assim como da abertura e melhoramento dos caminhos desde São Paulo para Santos e para o Iguatemi. AHU-São Paulo, cx. 5, doc. 30. AHU_CU_023, Cx. 6, D. 356.

RELAÇÃO das ordens (minuta) expedidas pela Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar para a capitania de São Paulo no ano de 1771, trazendo os resumos de todos os ofícios e as minutas de 4 deles, nos quais se trata de vários assuntos: da boa execução que o Morgado de Mateus vem dando às ordens reais; dos índios bárbaros que habitam o sertão; da oposição dos castelhanos nas fronteiras; do mapeamento do rio Tietê, da organização militar na capitania; do emprego da madeira dos pinhais; do pedido de remessa do *Compêncio Histórico* da Universidade de Coimbra, e dos rendimentos da Provedoria da Fazenda Real. Anexo: provisão (minuta), 4 carta (cópias), 5 cartas (minutas). AHU-São Paulo, cx. 5, doc. 36. AHU_CU_023, Cx. 6, D. 370.

OFÍCIO do governador e capitão general da capitania de São Paulo, Morgado de Mateus, D. Luís Antônio de Sousa Botelho Mourão, ao [secretário do reino], marquês de Pombal, Sebastião José de Carvalho e Melo, tratando da disputa entre D. Fr. Manuel da Ressurreição, Bispo de São Paulo e o governador em torno do aproveitamento do Colégio dos jesuítas para residência oficial. Anexo: 2 certidões. AHU-São Paulo, cx. 6, doc. 5. AHU_CU_023, Cx. 6, D.

d) Instituto Arquivos Nacionais da Torre do Tombo

Tribunal do Santo Ofício, Inquisição de Lisboa.

Processos nº 1547, 4368, 6226, 6639, 9753 e 15107.

Fontes Impressas

Código Philippino ou Ordenações e Leis do Reino de Portugal recopiladas por mandado d' El-Rey D. Philippe I. 14ª Edição. Rio de Janeiro: Tipografia do Instituto Filomático, 1870. Disponível online: http://www.iuslusitaniae.fcsh.unl.pt/verobra.php?id_obra=65.

Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo. Disponível online em: <http://bibdig.biblioteca.unesp.br/handle/10/57>.

Leis Extravagantes corrigidas e relatadas pelo licenciado Duarte Nunes de Lião por mandado do muito alto e muito poderoso Rei Dom Sebastião, nosso Senhor. Disponível online em: http://www.iuslusitaniae.fcsh.unl.pt/verlivro.php?id_parte=49&id_obra=60.

MAGNUM BULLARIUM ROMANUM. Complectens Constitutiones BENEDICTI XIV ab Annum 1746 usque ad Annum 1749. Rome: Ex Typographia Sacrae Congregatione de Propaganda Fide, 1749. *Candor Lucis*, pp. XXII.

Registro Geral da Câmara de São Paulo, vols. IV, VI, IX. Arquivo Histórico de São Paulo, Imprensa do Arquivo: 1930.

Relação Geral da Diocese de São Paulo, suas Comarcas, Freguesias, Congruas, Uzos e Costumes. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*. São Paulo, vol. 04 (1898-1899), pp.351-418.

VIDE, Sebastião Monteiro. *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*. São Paulo: Edusp, 2010. (Estudo introdutório e organização da edição por Bruno Feitler e Evergton Sales Souza).

_____. *Regimento do Auditório Eclesiástico do Arcebispado da Bahia*. São Paulo: Edusp, 2010.

Bibliografia

ABREU, J. Capistrano. O sertão in _____. *Capítulos de História Colonial*. Brasília: Conselho Editorial do Senado Federal (Biblioteca Brasília), 1998, pp. 107-182.

ALMEIDA, Cândido Mendes de. *Direito Civil Eclesiástico Brasileiro antigo e moderno e suas relações com o direito canônico*. Rio de Janeiro: Garnier Livreiro Editor, 1866.

ALMEIDA, Pedro Taques. *História da capitania de São Vicente*. Brasília: Edições do Senado, 2014.

ANDRADE, Francisco Eduardo de. “Poder e capelanias na fronteira das Minas Gerais – o sertão do oeste” in *Actas do Congresso Internacional Espaço Atlântico de Antigo*

Regime: poderes e sociedades, Lisboa: Instituto de investigação científica tropical, 2009, pp.01-16.

ANASTASIA, Carla Maria Junho. “Conflitos de jurisdição e violência nos sertões da comarca do rio das mortes (Minas Gerais, século XVIII)” in *Politéia: História e Sociedade*. Vitória da Conquista, vol.2, n.1, 2002, pp. 185-200.

ANHEZINI, Karina. “Um metódico à brasileira: a escrita da história de Afonso de Taunay” in *Revista de História*, 160, 1º semestre de 2009, pp. 221-260

ANTONIL, André João. "Cultura e opulência do Brasil pelas minas do Ouro" in *Cultura e opulência do Brasil etc all*; Lisboa, 1711 [Rio de Janeiro, 1921. Prefácio de Afonso Taunay.

ARAÚJO, Ana Cristina. *A Cultura das Luzes em Portugal: temas e problemas*. Lisboa: Livros Horizonte, 2003. Coleção Temas de História de Portugal.

_____. (coord.) *O Marquês de Pombal e a Universidade*. Coimbra: Impr. da Universidade, 2000.

ARAÚJO, José de Souza Azevedo Pizarro. *Memórias Históricas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1820.

BICALHO, Maria Fernando Baptista. “Sertão das estrelas: a delimitação das latitudes e das fronteiras na América portuguesa” in *Varia História*, Belo Horizonte, vol. 21, pp. 73-85.

_____.; SOUZA, Laura de Mello. *1680-1720.O império deste mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

BLAJ, Ilana. “Mentalidade e sociedade: revisitando a historiografia sobre São Paulo Colonial” in *Revista de História*, vols. 142-143, 2000, pp.239-259.

_____. *A trama das tensões: o processo de mercantilização de São Paulo Colonial (1681-1721)*. São Paulo: USP, 1995 (Tese de doutoramento).

BELOTTO, Heloísa Liberalli. *Autoridade e conflito no Brasil Colonial. O governo do Morgado de Mateus em São Paulo (1765-1775)*. 3ª edição revista, São Paulo: Alameda, 2011.

BORREGO, Márcia Aparecida. *A teia mercantil: negócios e poderes em São Paulo Colonial (1711-1765)*. São Paulo: USP, 2007. (Tese de doutoramento).

BOSCHI, Caio. “As visitas diocesanas e a Inquisição na Colônia” in *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v.7 nº14, mar. /ago. 1987, pp. 151-184.

BOURDIEU, Pierre. “Gênese e estrutura do campo religioso” in ____ *A economia das trocas simbólicas*. Tradução: Sérgio Miceli. São Paulo: Perspectiva, 2007, pp. 27-98.

_____. La force du droit: Eléments pour une sociologie du champ juridique” in *Actes de la recherche en sciences sociales*, vol. 64, septembre, 1986, pp.3-19. Disponível online em: http://www.persee.fr/doc/arss_0335-5322_1986_num_64_1_2332.

_____. *O poder simbólico*. Tradução: Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand, 1989.

BOXER, Charles. A idade do Ouro no Brasil. Dores do crescimento de uma sociedade colonial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

_____. *A igreja militante e a expansão Ibérica (1440-1770)*. Tradução de Vera Maria Pereira. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

BRITTO, Michelle Carolina de. “A atuação do tribunal episcopal do bispado de São Paulo: delitos e justiça eclesiástica na Colônia (1747-1822)”. *Anais Eletrônicos do XVIII Simpósio Nacional de História*. Florianópolis: UFSC, 2015. Disponível no endereço eletrônico: <http://www.snh2015.anpuh.org/site/anaiscomplementares#M>.

_____. “A malha da justiça eclesiástica do bispado de São Paulo: o caso da vigararia da vara de Curitiba (1747-1822)”. Texto no prelo.

BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. “Dilatação dos confins: caminhos, vilas e cidades na formação da capitania de São Paulo (1532-1822)” in *Anais do Museu Paulista*. São Paulo, vol.17, nº2, julho-dezembro, 2009, pp. 251-294.

CAMARINHAS, Nuno. *Juízes e Administração da Justiça no Antigo Regime. Portugal e o império colonial, séculos XVII e XVIII*. Lisboa: Fundação Calouse Gulbenkian, FCT, 2011.

_____. “O aparelho judicial ultramarino português. O caso do Brasil (1620-1800)” in *Almanack brasiliense*, n.09, maio de 2009, pp. 84-102.

_____. “Administração da justiça em espaços coloniais. A experiência imperial portuguesa e os seus juízes, na época moderna” in *Jahrbuch für Geschichte Lateinamerikas*, 52, 2015.

CAMARGO, Paulo Florêncio de Silveira. *A Igreja na História de São Paulo, 1676-1745*. São Paulo: Instituto Paulista de História e Arte Religiosa, 1953.

_____. *A instalação do Bispado de São Paulo e seu primeiro Bispo*. São Paulo, 1945.

CARVALHO, Joaquim Ramos de. A jurisdição episcopal sobre leigos em matéria de pecados públicos: as visitas pastorais e o comportamento moral das populações portuguesas de Antigo Regime. *Revista Portuguesa de História*, n.24, pp.121-163, 1988.

_____.; PAIVA, José Pedro. “A evolução das visitas pastorais da diocese de Coimbra nos séculos XVII e XVIII” in *Ler História*, n.15, 1989, pp.29-41.

CARVALHO, Maria de Fátima. *Comarca do rio das Mortes em Minas Gerais: expansão urbana nos séculos XVIII e XIX*. Belo Horizonte: Escola de Arquitetura-UFMG, 2015 (Tese de doutorado).

CASTRO, Zília Osório. O regalismo em Portugal. Antonio Pereira de Figueiredo. *Cultura, História e Filosofia*, vol. VI, 1987. _____. “Antecedente do regalismo Pombalino” in POLONIA, Amélia; RIBEIRO, Jorge Martins; RAMOS, Luis A. Oliveira (Coord.). *Estudos em Homenagem a João Francisco Marques*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2001.

COELHO, Maria Filomena. *A justiça d'além-mar. Lógicas jurídicas feudais em Pernambuco (século XVIII)*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2009.

CORDEIRO, J.P. Leite. *A criação da Diocese de São Paulo*. Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo e da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, s/d.

CORTESÃO, Jaime. *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madri*, vol.2. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores/Instituto Rio Branco, 1956.

CRUZ, Elias Felipe de Souza. *As visitas diocesanas nas Minas setecentistas. Poder episcopal e sociabilidade na Comarca do Rio das Mortes durante a primeira metade do século XVIII*. Universidade de Juiz de Fora. Instituto de Ciências Humanas, 2009 (Dissertação de Mestrado).

ESPINOSA, Nuno. *História do Direito Português*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2000.

FEITLER, Bruno. *Nas Malhas da Consciência: Igreja e Inquisição no Brasil*. São Paulo: Alameda, Phoebus, 2007.

_____. “Poder Episcopal e Inquisição no Brasil: o Juízo Eclesiástico da Bahia nos tempos de D. Sebastião Monteiro da Vide” in FEITLER, Bruno, SOUZA, Evergton Sales (orgs.) *A Igreja no Brasil. Normas e Práticas durante a Vigência das Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*. São Paulo: Ed. UNIFESP, 2011.

_____. Processos e práxis inquisitoriais: problemas de método e de interpretação in Fontes, n.0, 2014-2, pp. 55-64. Disponível online: <http://www.revistadefontes.unifesp.br/>.

_____. “Quando Trento chegou ao Brasil?” In GOUVEIA, António Camões; BARBOSA David Sampaio; PAIVA, José Pedro. (Org.). *O Concílio de Trento em Portugal e nas suas conquistas: olhares novos*. 1ed. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa, 2014, p. 157-173.

_____. “Dos usos político do Santo Ofício no Atlântico. O período filipino” in SOUZA, Laura de Mello; FURTADO, Junia Ferreira; BICALHO, Maria Fernanda (orgs.). *O governo dos povos*. São Paulo: Alameda, 2009, pp. 213-240.

FERNANDES, Paula Porta S. (Coord.). *Guia dos documentos históricos na Cidade de São Paulo* - São Paulo: Ed. HUCITEC, 1998.

FERREIRA, Fernanda Vinagre. *O clero secular no bispado do Rio de Janeiro e o múnus episcopal de D. Francisco de São Jerônimo (1702-1721)*. UFRJ-Programa de Pós-Graduação em História, 2016 (Dissertação de Mestrado).

FIGUEIREDO, Luciano. O império em apuros. Notas para o estudo das alterações ultramarinas e das práticas políticas no império colonial português (séculos XVII e XVIII) in FURTADO, Júnia (org.) *Diálogos Oceânicos. Minas Gerais e as novas abordagens para uma história do império ultramarino português*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2001, pp. 197-254.

_____. *Barrocas Famílias. Vida familiar em Minas Gerais no século XVIII*. Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 1989 (Dissertação de Mestrado).

FIGUEIREDO, André Rodrigues. “Os sertões proibidos da Mantiqueira: desbravamento, ocupação da terra e as observações do governador D. Rodrigo José de Meneses” in *Revista Brasileira de História*. São Paulo, vol. 23, n.46, 2003, p. 256.

FONSECA, Cláudia Damasceno. *Arraiais e vilas d’el rei. Espaço e poder nas Minas setecentistas*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

_____. “Freguesias e capelas: instituição e provimento de igrejas em Minas Gerais” in FEITLER, Bruno; SOUZA, Evergton Sales (orgs.). *A igreja no Brasil. Normas e práticas durante a vigência das Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*. São Paulo: Editora UNIFESP, 2011, pp.425-452.

FUNCHAL, William de Andrade. *Governo local em uma capitania sem governador (São Paulo, 1748-1765)*. Faculdade de Ciências Humanas e Sociais de Franca. UNESP-Franca, 2016. (Dissertação de Mestrado).

FURMANN, Ivan. *Cultura jurídica e transição entre Colônia e Império. A experiência da Ouvidoria de Paranaguá e Curitiba*. Curitiba, 2013 (Tese de doutorado).

FURTADO, Júnia Ferreira. *O mapa que inventou o Brasil*. São Paulo: Odebrecht, 2013.

GARNOT, Benoît. *Histoire de la justice. France, XVI^e - XXI^e siècles*. Paris, Gallimard, 2009.

GOLDSCHMIDT, Eliana Maria Rea. *Convivendo com o Pecado na sociedade colonial paulista (1719-1822)*. São Paulo: Annablume, 1998.

GOUVEIA, Jaime Ricardo. A configuração organizacional dos Auditórios Eclesiásticos: perfis, competências e funções dos oficiais da justiça. O caso de Coimbra in *Anais do XXX Encontro da Associação Portuguesa de História Econômica e Social*, 2010.

_____. “Vigilância e disciplinamento da luxúria clerical no espaço luso-americano, 1640-1750” in *Análise social*, 213, XLIX (4^o), 2014, pp. 820-860.

GOUVEIA, Pollyanna Mendonça. “O Tribunal Episcopal do Bispado do Maranhão: dinâmica processual e jurisdição eclesiástica no século XVIII” in FEITLER, Bruno, SOUZA, Evergton Sales (orgs.). *A Igreja no Brasil. Normas e Práticas durante a* UNIFESP, 2011.

_____. *Parochos Imperfeitos: justiça eclesiástica e desvios do clero no Maranhão colonial*. Niterói: UFF, 2011 (Tese de Doutorado).

_____. “Justiça Eclesiástica e Inquisição no bispado do Maranhão: notas sobre um vigário-geral forense no Piauí Colonial” in MATTOS, Yllan; MUNIZ, Pollyanna G. Mendonça (orgs.). *Inquisição e Justiça Eclesiástica*. Jundiaí: Paço Editorial, 2013, pp. 265-284.

HESPANHA, António Manuel. *Às Vésperas do Leviathan: instituições e poder político, Portugal (século XVII)*. Coimbra: Livraria Almedina, 1994.

_____. *Da “iustitia” à “disciplina”*. Textos, Poder e Política no Antigo Regime. Coimbra: Faculdade de Direito, 1989.

_____. “O Poder Eclesiástico. Aspectos Institucionais”. In: MATTOSO, José (dir.). *História de Portugal. O Antigo Regime (1620-1807)*. v. 4. Lisboa: Estampa, 1993, p. 287-290.

_____. “A arquitectura dos poderes” in MATTOSO, José (org.) *História de Portugal (O Antigo Regime)*, vol.4. Lisboa: Estampa, 1997. _____. *História de Portugal Moderno: político e institucional*. Lisboa: Universidade Aberta, 1995, pp.123-154.

_____. *História de Portugal Moderno: político e institucional*. Lisboa: Universidade Aberta, 1995, pp.123-154.

_____. “A constituição do Império português. Revisão de alguns enviesamentos correntes” in BICALHO, Maria Fernanda; FRAGOSO, João; GOUVEIA, Maria de Fátima (Orgs.). *O Antigo Regime nos Trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, pp. 163-188.

HOORNAERT, Eduardo; AZZI, Riolando (orgs.). *História da igreja no Brasil. Primeira época*, t.2. Rio de Janeiro: Petrópolis, 1983.

JARDIM, Caio. “São Paulo no século XVIII” in *Revista do Arquivo Municipal de São Paulo*. São Paulo: vol. XLI, ano IV, 1937.

JESUS, Nauk Maria de. *O governo local na fronteira oeste: a rivalidade entre Cuiabá e Vila Velha no século XVIII*. Dourados: Editora da UFGD, 2011.

KANTOR, Íris. “Festas públicas e processo colonizador: as festas de comemoração da conquista do Tibagi na segunda metade do século XVIII” in *Politeia: História e Sociedade*. Vitória da Conquista, vol.8, nº1, 2008, pp.165-177.

_____. *Pacto Festivo. A entrada triunfal do primeiro bispo na Sé de Mariana*. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas-USP, 1996 (Dissertação de Mestrado).

_____. “Cartografia e diplomacia: usos geopolíticos da informação toponímica (1750-1850)” in *Anais do Museu Paulista*. São Paulo, vol.17, n.02, jul/dez. 2009, pp. 39-61.

LONDOÑO, Fernando Torres (org.) *Paróquia e comunidade no Brasil: perspectiva histórica*. São Paulo, Paulus, 1997.

LORENTE, Marta ; VALLEJO, Jesús (coord.) *Manual de Historia del Derecho*. Valencia: Tirant Lo Blanch, 2012.

LUNA, Francisco Vidal; KLEIN, Herbert S. *Evolução da sociedade e economia escravista de São Paulo, 1750-1850*. São Paulo: EDUSP, 2005.

LUSTOSA, Oscar Figueiredo. Situação religiosa da capitania de São Paulo na palavra de seu bispo, D. Frei Manuel da Ressureição (1777) in *Revista de História*, nº 104, 4ª trimestre, 1975, pp. 909-924.

MACEDO, Roberto. “Prelazia e diocese do Rio de Janeiro” in *RIHGB*, Rio de Janeiro: IHGB, v.308, jul/set 1975, pp. 73-97.

MADRE DE DEUS, Frei Gaspar. *Memórias para a História da capitania de São Vicente*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1975.

MARCÍLIO, Maria Luiza. *A cidade de São Paulo*. Povoamento e População (1750-1850). São Paulo: Edusp, 2ª edição, 2014.

_____. *Crescimento demográfico e evolução agrária paulista: 1700-1836*. São Paulo: Hucitec/Edusp, 2000.

MARTINS, William de Souza. *Membros do corpo místico*. Ordens terceiras no Rio de Janeiro (C. 1750-1822). São Paulo: EDUSP, 2009.

MARX, Murilo. *Nosso chão: do sagrado ao profano*. São Paulo: EDUSP, 2003.

MATTOS, Yllan de. *A última Inquisição. Os meios de ação e funcionamento do Santo Ofício no Grão-Pará pombalino*. Jundiaí: Paco Editorial, 2013 (sobretudo “A ação dos bispos como reforço da autoridade régia”).

MAXWELL, Kenneth. *Marquês de Pombal. Paradoxo do Iluminismo*. 2ª Edição, São Paulo: Paz e Terra, 1996.

_____. *A Devassa da Devassa*. 6ª edição. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

MONTEIRO, John. *Negros da Terra. Índios e Bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

MONTEIRO, Lucas Maximiliano. *A inquisição não está aqui? A presença do tribunal do Santo Ofício no extremo sul da América portuguesa (1680-1821)*. Porto Alegre: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (UFRGS), 2011 (Dissertação de Mestrado).

MONTEIRO, Nuno Gonçalo. *D. José: na sombra de Pombal*. Rio do Mouro: Círculo de Leitores, 2006. (Coleção Reis de Portugal).

NETO, Clovis Ramiro Jucá. “O lugar dos aldeamentos, capelas, igrejas matrizes e freguesias do Ceará durante o século XVIII e alvorecer do XIX. Alguns apontamentos” in RODRIGUES, Aldair Carlos; ASSIS, Ângelo Adriano Faria de; MUNIZ, Pollyanna Gouveia Mendonça; MATTOS, Yllan de (orgs). *Edificar e transgredir: clero, religiosidade e Inquisição no espaço ibero-americano (séculos XVI-XIX)*. Jundiaí: Paço Editorial, 2016, pp. 109-140.

NEVES, Guilherme Pereira das. *E Receberá Mercê: A Mesa da Consciência e Ordens e o Clero Secular no Brasil, 1808-1828*, Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1997.

NOGUEIRA, Patrícia Moreira. “Considerações sobre os relatórios das visitas *ad limina apostolorum* do bispado de Pernambuco (1680-1746): aspectos historiográficos” in *Fontes*, n.2, 2015-1, pp.1-50.

OLIVEIRA, Antônio Rodrigues Velloso. “A Igreja do Brasil” in *Revista do Instituto Histórico, Geográfico e Ethnográfico do Brasil*. Rio de Janeiro: B.L. Garnier, tomo XXIX, 1866, pp. 159-200.

OLIVEIRA, Oscar de. Os dízimos eclesiásticos do Brasil nos períodos da Colônia e Império in BARBOSA, Waldemar de Almeida. *História de Minas*. Belo Horizonte: Comunicação, 1979.

ORTIZ, Maria Milagros Carcel. “Documentos de visita *ad limina* en el archivo de la Cathedral de Valencia”.

PAIVA, José Pedro. A administração diocesana e a presença da Igreja. O caso da diocese de Coimbra nos séculos XVII e XVIII in *Lusitânia Sacra*, 2ª série, tomo 3, Lisboa, 1991.

_____. Os Bispos do Brasil e a formação da sociedade colonial (1551-1706), *Textos de História – Revista do Programa de Pós-Graduação em História da UNB*, 14, n.1/2, 2006, pp.11-34.

_____. *Os Bispos de Portugal e do Império (1745-1777)*. Coimbra: Ed. Universidade de Coimbra, 2006.

_____. “Dioceses e organização eclesiástica” in AZEVEDO, Carlos Moreira (Dir.) *História Religiosa de Portugal*. Lisboa: Circulo de Leitores, 2000, vol. II, pp.187-1994.

_____. The appointment of Bishops in Early-Modern Portugal (1495-1777). *The Catholic Historical Review*, Volume 97, Number 3, July 2011, pp. 461-483 (Article). Disponível online: <http://muse.jhu.edu/journals/cat/summary/v097/97.3.paiva.html>.

_____. *História da diocese de Viseu*, vol.2, Viseu: Diocese de Viseu e Imprensa da Universidade de Coimbra, 2016.

_____. “Visitações” in AZEVEDO, Carlos Moreira (dir.) *Dicionário de História Religiosa de Portugal*. Rio do Mouro: Círculo de Leitores, 2000, pp.365-370.

PALOMO, Federico. A contra-reforma em Portugal. Lisboa: Livros Horizonte, 2005.

PIRES, Maria do Carmo. *Juízes e Infratores: o Tribunal Eclesiástico do Bispado de Mariana (1748-1800)*. Franca: UNESP, 1997. (Dissertação de Mestrado).

_____. O poder judiciário da Igreja: o Juízo Eclesiástico do Bispado de Mariana no século XVIII. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 161, n.408, p.545-555, 2000.

POLETTI, Lizandro. *Pastoreio de almas em terra brazilis. A igreja católica no “Paraná” até a criação da diocese de Curitiba (XVII-XIX)*. Curitiba, 2010 (Dissertação de Mestrado), pp. 71-104.

PRADO JR, Caio. “O fator geográfico na formação e no desenvolvimento da cidade de São Paulo” in *Evolução política do Brasil e outros estudos*. 3ª edição. São Paulo: Editora Brasiliense, 1961.

PRODI, Paolo. *Uma história da justiça. Do pluralismo dos foros ao dualismo moderno entre consciência e direito*. Tradução: Karina Jannini. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

_____. “Notes sur la genèse du droit dans l’Église post-tridentine” in _____. *Christianisme et monde moderne. Cinquante ans de recherches*. Tradução: Antonella Romano. Paris: Gallimard/ Seuil, 2006, pp. 147-178.

_____. “Cristianismo, modernidade política e historiografia” in *Revista de História*, nº 160, 1º semestre, 2009, pp. 107-130.

PROSPERI, Adriano. *Tribunais da Consciência. Inquisidores, Confessores e Missionários*. Tradução: Homero Freitas de Andrade. São Paulo: Edusp, 2013.

RODRIGUES, Aldair Carlos. *Poder Eclesiástico e Inquisição no século XVIII luso brasileiro. Agentes, carreiras e mecanismos de promoção social*. São Paulo: FFLCH/USP, 2012 (Tese de Doutorado).

_____. *Igreja e Inquisição no Brasil. Agentes, carreiras e mecanismos de promoção social – século XVIII*. São Paulo: Alameda, 2014.

ROMEIRO, Adriana. *Paulistas e Emboabas no coração das Minas. Ideias, práticas e imaginário político no século XVIII*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

_____. Revisitando a Guerra dos Emboabas: práticas políticas e imaginário nas Minas setecentistas in BICALHO, Maria Fernanda; FERLINI, Vera Lucia Amaral (orgs.) *Modos de Governar. Ideias e práticas políticas no Império português, séculos XVI a XIX*. São Paulo: Alameda, 2005.

RUBERT, Arlindo. *A Igreja no Brasil*, 4 vols. Santa Maria: Editora Pallotti, 1981-1993.

RUIZ, Rafael. *São Paulo na monarquia hispânica*. São Paulo: Instituto Brasileiro de Filosofia e Ciência Raimundo Lúlio, 2004.

_____. Probabilismo e teologia moral na prática judiciária na América espanhola do século XVII in *Revista Brasileira de História e Ciências Sociais*, vol. 04, 2012, pp. 7-25.

SALGADO, Graça. “Administração eclesiástica” in _____. *Fiscais e Meirinhos: A administração no Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985, pp. 113-119.

SANTOS, Antônio Alves Ferreira dos. *A Archidiocese de S. Sebastião do Rio de Janeiro. Subsídio para a história eclesiástica do Rio de Janeiro, capital do Brasil*. Rio de Janeiro: Typographia Leuzinger, 1914.

SANTOS, Patrícia Ferreira. *Poder e Palavra. Discursos, contendas e direito de padroado em Mariana (1748-1764)*. São Paulo: FFLCH/USP, 2007. (Dissertação de Mestrado).

_____. *Carentes de justiça: juízes seculares e eclesiásticos na “confusão de latrocínios” em Minas Gerais (1748-1793)*, USP, 2013. (Tese de Doutorado).

SILVA, Leandro Ferreira Lima da. *Regalismo no Brasil Colonial: a Coroa portuguesa e a província de Nossa Senhora do Carmo do Rio de Janeiro (1750-1808)*. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas-USP, 2013 (Dissertação de mestrado).

SILVA, Maria Beatriz Nizza (Org.); BACELLAR, Carlos de Almeida Prado; GOLDSCHMIDT, Eliana Réa; NEVES, Luciana M. Bastos. *História de São Paulo Colonial*. São Paulo: Editora UNESP, 2008.

SILVA, Nuno J. Espinosa Gomes da. *História do Direito Português: fontes de direito*. 5ª edição. Lisboa: Editora Calouste Gulbenkian, 2011.

SOUSA, Avanete Pereira. “Poder local e autonomia camarária no Antigo Regime: o Senado da Câmara da Bahia (século XVIII) ” in BICALHO, Maria Fernanda; FERLINI, Vera Lúcia Amaral (orgs.) *Modos de governar. Ideias e práticas políticas no Império português, séculos XVI a XIX*. São Paulo: Alameda (2ª edição), 2005, pp. 311-326.

_____. “Poder local e poder eclesiástico na Bahia setecentista: os matizes de uma convivência” in *A igreja no Brasil. Normas e práticas durante a vigência das Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*. São Paulo: Editora UNIFESP, 2011, pp. 111-136.

SOUZA, Evergton Sales. Igreja e Estado no período Pombalino, *Lusitânia Sacra*, 2ª série, tomo XXIII, Jan-jun. 2011, pp.207-230.

_____. “Jansenismo e reforma da Igreja na América Portuguesa” in *Actas do Congresso Internacional Espaço Atlântico de Antigo Regime: poderes e sociedades*.

SOUZA, Laura de Mello. “Vícios, virtudes e sentimento regional: São Paulo, da lenda negra à lenda áurea” in *Revista de História*, vols. 142-143, 2000, pp. 261-276.

_____. “As devassas eclesiásticas da arquidiocese de Mariana: fonte primária para a História das Mentalidades” in *Anais do Museu Paulista*. São Paulo: USP, Museu Paulista, t. XXXIII, 1984, pp. 65-73.

TAUNAY, Afonso. *História da cidade de São Paulo*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2004.

TRINDADE, Cônego Raimundo. *Instituições de igrejas no bispado de Mariana*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1945.

VAINFAS, Ronaldo. *Trópico dos Pecados. Moral, sexualidade e Inquisição no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

_____. (org.) *Dicionário do Brasil Colonial (1500-1808)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000.

VASCONCELOS, Vasco. *História da província eclesiástica de São Paulo*. São Paulo: Oficina Gráfica Saraiva, 1957.

VIANNA, Alexander Martins. “*Rigor iuris*’ e tempero casuístico da soberania” in *Antigo Regime no Brasil: soberania, Justiça, Defesa, Graça e Fisco (1643-1713)*. Curitiba: Editora Prismas, 2015, pp. 117-127.

ZANON, Dalila. “Os Bispos paulistas e a orientação tridentina no século XVIII” in *História: Questões e Debates*, n.36, 2002, pp.219-250.

_____. *A ação dos Bispos e a Orientação Tridentina em São Paulo (1745-1796)*. Campinas: UNICAMP, IFCH, 1999. (Dissertação de Mestrado).

_____. *Bispos de São Paulo. As diretrizes da Igreja no século XVIII*. São Paulo: Annablume, 2012.

WEHLING, Arno. *História administrativa do Brasil: Administração portuguesa no Brasil de Pombal a D. João (1777-1808)*. Brasília: Fundação Centro de Formação do Servidor Público, 1986.

_____. WEHLING, Maria José. *Direito e justiça no Brasil Colonial: O Tribunal da Relação do Rio de Janeiro, 1751-1808*. Rio de Janeiro: Renovar, 2004.

Anexos

Anexo 1: Relação das paróquias criadas na capitania de São Paulo (1532-1777)

Paróquias/Freguesias	Ano de criação
São Vicente	1532
Sé	1560
Cananéia	século XVI
Nossa Senhora da Conceição de Itanhaém	1561
Nossa Senhora das Neves de Iguape	1577
Conceição de Guarulhos	1595
Mogi das Cruzes	1611
Parnaíba	1625
Santo Antônio de Guaratinguetá	entre 1630-1650
São Sebastião	1636
Santa Cruz do Salvador de Ubatuba	1637
São Francisco das Chagas de Taubaté	1645
Nossa Senhora da Penha (Araçariguama)	1648
Nossa Senhora do Rosário de Paranaguá	1649
Nossa Senhora da Conceição do Rio Paraíba	1653
Nossa Senhora do Desterro do Campo Alegre de Jundiá	1655
Nossa Senhora da Candelária de Ouro-Guaçu (Itu)	1657
Nossa Senhora da Ponte de Sorocaba	1661
Cotia	1684
Santo Amaro	1686
Nossa Senhora das Luz dos Pinhais de Curitiba	1693
Nossa Senhora do Bom Sucesso de Pindamonhangaba	1705
Santo Antônio da Laguna	1714
Nossa Senhora do Desterro	1714
São José de Curitiba	1721
Nossa Senhora Mãe dos Homens de Araritiguaba	1728
Mogi Guaçu	1747
Santana de Mojmirim	1749
Nossa Senhora de Araritaguaba	1750
Nossa Senhora da Guia de Xiririca (atual Eldorado)	1763
Nossa Senhora da Conceição de Jaguari	1765
São José da Paraíba	1767
Faxina (Itapeva)	1769
São José de Mojmirim	1769
São João Batista de Atibaia	1769
São Luís do Paraitinga	1769
Santo Antônio das Minas de Apiaí	1771
Nossa Senhora dos Prazeres de Itapetininga	1771
São Luís de Guaratuba	1771
Nossa Senhora dos Prazeres de Lages	1772
Nossa Senhora dos Prazeres e São Francisco de Paula de Iguatemi	1772
Nossa Senhora dos Prazeres de Piracicaba	1774

Nossa Senhora da Conceição de Campinas	1774
São Roque	1778
Paróquias/freguesias em que não encontramos um ano específico de criação	
Nazaré	antes de 1777
Juqueri	antes de 1777
Jaguary	antes de 1777
Itajuba	antes de 1777
Santo Antônio da Lapa	antes de 1777
Santa Ana do Iapó (Yupó)	antes de 1777
Santa Ana do Sapucaí	antes de 1777
Facão (Cunha)	antes de 1777
Ouro Fino	antes de 1777
Camanducaya	antes de 1777
Santa Ana da Paraíba Nova	antes de 1777
Cabo verde	antes de 1777
Rio Pardo	antes de 1777
Graciosa	antes de 1777
Sohaúma	antes de 1777
Ararupira	antes de 1777
Jacareí	antes de 1777
Paranapanema	antes de 1777

Fontes: ARAÚJO, José de Souza Azevedo Pizarro. Memórias Históricas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1820; RUBERT, Arlindo. A Igreja no Brasil, 4 vols. Santa Maria: Editora Pallotti, 1981-1993; MADRE DE DEUS, Frei Gaspar. Memórias para a História da capitania de São Vicente. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1975; ALMEIDA, Pedro Taques. História da capitania de São Vicente. Brasília: Edições do Senado, 2014; SANTOS, Antônio Alves Ferreira dos. A Archidiocese de S. Sebastião do Rio de Janeiro. Subsídio para a história eclesiástica do Rio de Janeiro, capital do Brasil. Rio de Janeiro: Typographia Leuzinger, 1914; Relatórios de “Visita ad limina apostolorum, sancti Sebastiani, vulgo, Rio de Janeiro”. (Archivio Segreto Vaticano, Congregazione del Concilio, Relationes Dioecesium, 729 – Sebastiani (s.) Flum. Jan.); AHSP- Registro Geral da Câmara de São Paulo, vols. IV, VI, IX; ACMSP-Pastorais Antigas, século XVIII, cota 2-3-26; ACMSP-Registro das provisões e alvarás régios referentes à criação do bispado de São Paulo e ordens dos excelentíssimos bispos diocesanos (1746-1842), cota 1-2-39; Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo. Disponível online por meio do endereço: <http://bibdig.biblioteca.unesp.br/handle/10/57>; Relação Geral da Dioceze de S. Paulo, suas comarcas, freguezias, congruas, uzos e costumes (1777). Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, vol. 4 (1898-1899); OFÍCIO do Bispo de São Paulo, D. Frei Manuel da Ressurreição, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, enviando uma relação geral da Dioceze de São Paulo com suas comarcas, freguesias, cõngruas, rendimentos e benesses, conforme lhe fora solicitado por provisão expedida pelo Tribunal da Mesa da Consciência e Ordens. Anexo: relação geral da diocese de São Paulo e suas comarcas, relação das cõngruas do Bispo de São Paulo e demais dignidades, ofício. AHU-São Paulo, cx. 7, doc. 470.